

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Edméa Barbosa Nogueira Dias

A VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO MERCADO DE TRABALHO NO
COMPLEXO PETROLÍFERO DO NORTE FLUMINENSE

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
Agosto 2015

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Edméa Barbosa Nogueira Dias

A VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO MERCADO DE TRABALHO NO
COMPLEXO PETROLÍFERO DO NORTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade
Cândido Mendes- Campos/RJ, para obtenção do grau de
MESTRE EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Prof^a. Rosélia Piquet, D.Sc.

Coorientador: Prof. Eduardo Shimoda, D.Sc

CAMPOS DOS GOYTACAZES,RJ.
Agosto 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

D541v Dias, Edméa Barbosa Nogueira.

A valorização da língua inglesa no mercado de trabalho no complexo petrolífero do Norte Fluminense. / Edméa Barbosa Nogueira Dias. – 2016.
125 f.; il.

Orientadora: Rosélia Piquet.

Dissertação de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades– Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

Bibliografia: f. 103 - 115.

1. Língua inglesa – estudo e ensino. 2. Mercado de trabalho – indústria petrolífera – Região Norte-Fluminense 3. Mercado de trabalho – mão-de-obra qualificada I. Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU – 377=111:331.5+338.45:622.323(815.3)

EDMÉA BARBOSA NOGUEIRA DIAS

A VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO MERCADO DE TRABALHO NO
COMPLEXO PETROLÍFERO DO NORTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade
Cândido Mendes- Campos/RJ, para obtenção do grau de
MESTRE EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE CIDADES

Aprovado em ____ de _____ 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Rosélia Piquet, DSc. - Orientadora
Universidade Candido Mendes

Prof. Eduardo Shimoda, DSc. - Coorientador
Universidade Candido Mendes

Prof.^a. Lia Hasenclever, DSc.
Universidade Candido Mendes

Prof.^a. Renata Ribeiro Gomes de Queiroz Soares, D.Sc.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.
2015

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ser meu pilar de sustentação e por serem essenciais na formação da pessoa que sou hoje.

Ao meu marido, por tentar compreender silenciosamente a minha ausência.

Aos meus filhos, por serem o meu sentimento mais nobre e a razão de tudo.

À professora Rosélia Piquet, orientadora dessa dissertação, pela inspiração, pelo aprendizado, pelas sábias palavras proferidas.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, por financiar parte do curso de Mestrado e por me fazer acreditar que a educação pública pode ser de excelência.

Aos meus colegas da Coordenação de Linguagens e Códigos (COLINCO), por possibilitarem minha ausência.

Ao professor Eduardo Shimoda, por me fazer pensar que produzir gráficos estatísticos possa ser algo simples e rápido.

À Weila, pela sua disponibilidade em partilhar seus conhecimentos bibliotecários.

Aos membros da Banca Examinadora pelas contribuições a este trabalho.

Aos entrevistados, pela disponibilidade em colaborar com essa pesquisa.

Aos funcionários, professores e principalmente aos colegas da turma XIII do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades que tornaram os nossos encontros semanais prazerosos, pelas 'balinhas' partilhadas, pelas risadas e incentivos, já estou com saudades.

RESUMO

A VALORIZAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO MERCADO DE TRABALHO NO COMPLEXO PETROLÍFERO DO NORTE FLUMINENSE

O objetivo deste estudo é investigar o grau de valorização da língua inglesa na empregabilidade de profissionais no mercado de trabalho da indústria petrolífera da região Norte Fluminense. Tal região se destaca nacionalmente na exploração e produção de petróleo e gás natural atraindo diversas empresas do setor para a região. A instalação das empresas fornecedoras de bens e serviços da indústria do petróleo gera uma demanda por mão de obra qualificada que atenda as exigências do mercado globalizado e altamente tecnológico. No desenvolvimento deste trabalho, destacou-se o papel das instituições de ensino da região como formadora de mão de obra, apontando a presença da língua inglesa como diferencial competitivo profissional visto que é o principal idioma usado no cenário mundial e figura como a língua da comunicação no mundo produtivo. Por serem base da regulamentação do ensino brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio foram usados como referencial teórico. A metodologia se baseia na pesquisa qualitativa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental como formas de coletas de dados. As entrevistas foram aplicadas aos seguintes grupos: trabalhadores e recrutadores das empresas fornecedoras de bens e serviços para a indústria petrolífera, coordenadores dos cursos de idiomas e centros de línguas da rede pública de ensino. Estas entrevistas trouxeram informações sobre questões como a presença do inglês nos processos seletivos e o nível exigido, o perfil do profissional, a oferta de curso de inglês pelas empresas, as habilidades da língua inglesa no mercado profissional, a relação entre o mercado de trabalho e a escola. A pesquisa documental complementou o estudo, trazendo dados sobre as empresas e fornecendo informações sobre itens como: as provas de inglês de processos seletivos das empresas fornecedoras e da Petrobrás; as ofertas de emprego para o setor petrolífero; os cursos de idiomas; os projetos de implantação dos centros de línguas; os programas de capacitação da rede federal; entre outros. Os resultados deste estudo, além de indicarem que o domínio da língua inglesa influi significativamente no acesso de profissionais ao mercado de trabalho, evidenciam a necessidade de se estabelecer um elo entre o ensino de idiomas e o mundo do trabalho, viabilizando uma possível revisão e mudanças na prática educativa.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Inglesa. Mercado de trabalho. Indústria petrolífera. Região Norte Fluminense.

ABSTRACT

THE VALUING OF THE ENGLISH LANGUAGE IN THE LABOR MARKET OF THE OIL INDUSTRY IN THE NORTHERN REGION OF RIO DE JANEIRO

The aim of this study is to investigate the valuing of the English language in the employability of professionals in the labor market of the oil industry in the Northern Region of Rio de Janeiro. Such region stands out nationally in the exploration and production of oil and natural gas; it attracts a great variety of industries to the region. The opening of new facilities to supply the oil industry brings the necessity of skilled labor force to meet the patterns of the highly technological global market. In the development of this research, it was emphasized the role of the public education as being responsible for the professional qualification, highlighting the English language as an important professional competitive qualification due to the fact that it is the most used language in the world and it figures as the language of communication in the working world. As they are the legal bases that rule the education in Brazil, the Law of Directives and Bases of National Education and the National Curriculum Parameters for Secondary Education were used as theoretical frame of reference. The methodology used to analyze the data was the qualitative interpretative approach. The instrument used for collecting data was the semi-structured interviews and a documentary research was also used. The following groups were interviewed: employees and recruiters of the oil supply companies, coordinators of languages schools and language centers of public schools. The information delivered from the interviews brought out answer for: the presence of English in the selection processes as well as the fluency level required; the professional profile; English language classes provided by the companies; language skills for the labor market; the connection between labor market and education. The documented research completed the study, bringing data about the companies and providing information on items such as: samples of English tests of selection processes applied by the oil supply companies and by Petrobras; job opportunities for the oil industry; languages schools; projects of the language centers; programs of the federal government to improve the mastering of a foreign language; among others. The results of this study pointed out that the knowledge of the English language influences significantly in the job opportunities the professionals might have in the labor market. They also show the need to establish a connection between the language teaching and the labor world, so it can bring the chance of reviewing the daily teaching practices and making possible changes.

KEYWORDS: English language, Labor market, Oil industry, Northern Region of Rio de Janeiro state.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1:	Gráfico com as dez línguas mais faladas na internet.	43
Figura 2:	Bacia de Campos.	60
Figura 3:	Mapa das regiões do Estado do Rio de Janeiro e seus Municípios.	62
Figura 4:	Nível de Proficiência no Brasil: aplicação do TOEFEL-ITP -2013-2015.	79
Figura 5:	Nível de Inglês exigido nas ofertas de emprego divulgadas pela agência de oportunidades do IF Fluminense – 2013/2015.	86
Figura 6:	Inglês no Processo das Empresas – Nível das Empresas – Nível Exigido – Curso de Inglês Oferecido.	89
Figura 7:	Inglês como requisito diferencial ou eliminatório para profissionais de nível médio nas empresas	93
Figura 8:	Inglês como requisito diferencial ou eliminatório para profissionais de nível superior nas empresas	93
Figura 9:	Habilidades mais utilizadas na língua inglesa para a empregabilidade, segundo as empresas.	94
Figura 10:	Influência da Língua Inglesa na perda de oportunidade do crescimento profissional dentro das empresas.	96
Tabela 1:	As dez línguas mais usadas na internet.	44
Tabela 2:	Metas a serem alcançadas por modalidade na concessão de bolsa CSF até 2015.	73
Tabela 3:	Nível de dependência de funcionários de empresas multinacionais que não tem o inglês como língua materna.	76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CELEMO	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
CELIFF	Centro de Línguas do Instituto Federal Fluminense
CENPES	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Melo
CSF	Ciência sem Fronteiras
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio
IELTS	International English Language Testing System
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
ISF	Idioma sem Fronteiras
ITP	Institutional Testing Program
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
MEC	Ministério da Educação
MEO	My English Online
NEL	Núcleo de Ensino de Línguas
NF	Norte Fluminense

NuLi	Núcleos de Línguas
ONIP	Organização Nacional da Indústria de Petróleo
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNQP	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESu/MEC	Secretaria de Educação Superior
SETEC/MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
SMECE	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
TOEFL	Test of English as a Foreign Language
TOEIC	Test of English for International Communication
UCAM	Universidade Candido Mendes

SUMÁRIO

1:	INTRODUÇÃO	15
2:	AS LEIS DE ENSINO E A LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL	20
2.1:	O PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA	20
2.2:	O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA DE ACORDO COM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO	33
2.3:	O PAPEL DA LÍNGUA INGLESA NO MERCADO DE TRABALHO	41
3:	INDÚSTRIA PETROLÍFERA DO NORTE FLUMINENSE	49
3.1:	GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	49
3.2:	INDÚSTRIA PETROLÍFERA DO NORTE FLUMINENSE	53
4:	RESULTADOS DA PESQUISA	65
4.1:	ASPECTOS METODOLÓGICOS	65
4.2:	AÇÕES DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO NORTE FLUMINENSE	68
4.2.1:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.	69
4.2.2:	Centro de Línguas da Rede Municipal e Estadual e Cursos de Idiomas	81
4.3:	ALGUNS ASPECTOS DAS OFERTAS DE EMPREGO ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE OPORTUNIDADE DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE	84
4.4:	RESULTADOS GERAIS	87
4.4.1:	Presença do Inglês no Processo Seletivo e Oferta de Curso de Inglês pelas Empresas	88
4.4.2:	Perfil Profissional	90
4.4.3:	Habilidades em Língua Inglesa Valorizadas no Mercado de Trabalho	92
4.4.4:	Valorização da Língua Inglesa na Trajetória Profissional	95
4.4.5:	Relação entre o Mercado de Trabalho e a Escola	96

4.5:	RESULTADOS ESPECÍFICOS	98
5:	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
6:	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
	APÊNDICE A: PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA OS RECRUTADORES OU COLABORADORES DAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS	116
	APÊNDICE B: PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA CENTROS DE LÍNGUAS NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL E PRIVADO	118
	APÊNDICE C: PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE	120
	ANEXO 1: QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIAS PARA AS LÍNGUAS	122
	ANEXO 2: MODELO DE PROVA DE PROCESSO SELETIVO PARA PROGRAMA <i>TRAINEE</i> PARA FORMANDOS DE NÍVEL SUPERIOR	124

1: INTRODUÇÃO

A atividade petrolífera no Brasil é estratégica para a economia e a política nacionais. A região Norte Fluminense se destaca nacionalmente na exploração e produção de petróleo e gás natural, sendo incontestável o potencial para a promoção de inovações nos diversos segmentos da indústria, na (re) produção de renda e emprego, bem como a atração de diversas indústrias do setor para a região. A instalação destas empresas altamente especializadas que utilizam tecnologia de ponta e atuam em “segmentos industriais de estrutura transnacional” estabelecem uma relação entre as escalas global e local (PIQUET; OLIVEIRA, 2007), ressaltando seus efeitos multiplicadores que definem mudanças na vida da população regional, no território e na organização espacial.

Esse estudo pretende compreender a posição que a língua inglesa ocupa dentro do mercado de trabalho da indústria do petróleo na região Norte Fluminense, exigindo cada vez mais profissionais que tenham o domínio do idioma.

Entende-se que na competitividade do mercado de trabalho, a falta de mão de obra local qualificada é apontada como um dos problemas a serem enfrentado pelas empresas globais que avançam tecnologicamente, mas também precisam evoluir em recursos humanos. As empresas se preocupam em investir na capacitação, pois precisam contar com colaboradores que apresentem um bom desempenho em nível global e que estejam em desenvolvimento contínuo de suas habilidades (TRUCHOT, 1997).

O volume de investimentos feito pela indústria de exploração e produção de petróleo ao longo dos anos gerou um impacto significativo na economia brasileira. É evidente que todo esse investimento traz inúmeras oportunidades de negócios em diversos setores da cadeia produtiva e da indústria de bens e serviços.

Atender a esse mercado constitui, segundo Rappel (2007), um desafio para a indústria nacional devido a fatores como a competitividade internacional e a contínua evolução tecnológica do setor.

O Brasil está inserido no processo de internacionalização da economia mundial que é um dos principais fatores responsáveis pela formação dos blocos econômicos em várias partes do globo que reúnem países que têm como objetivo a integração econômica e/ou social, abrindo caminho à existência de um mercado mundial para as empresas multinacionais. Segundo Alcoforado (1997), o crescimento dos negócios multinacionais e das finanças multinacionais é uma das mais importantes mudanças estruturais da história econômica moderna.

Vive-se um momento único na história humana, pois o planeta tornou-se uma aldeia global, onde as comunicações orais e escritas são essenciais para a interação entre os povos. As mudanças ocorrem rapidamente e exigem um profissional que tenha conhecimentos mais abrangentes e que esteja em constante processo de qualificação. É importante a implementação de políticas públicas que possam garantir a formação de mão de obra qualificada que atenda a demanda local e as exigências do mundo globalizado, onde o domínio da língua inglesa se tornou relevante.

O percurso histórico do ensino da língua estrangeira no Brasil e as leis de ensino que o regulamentam nos mostram que a língua estrangeira foi sofrendo alterações e oscilação dentro do currículo da escola regular no decorrer dos anos. A escolha de uma língua estrangeira para compor o currículo escolar e a sua relevância faz parte de um processo mais amplo de permanências e mudanças da sociedade como um todo.

A falta de qualidade e eficiência no ensino de idiomas na escola regular favoreceu o surgimento dos institutos especializados no ensino de línguas, com aulas oferecidas nos cursos de idiomas da iniciativa privada, na modalidade de ensino a distância e nos centros de línguas das instituições públicas de ensino do país. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) mencionam que a responsabilidade sobre o papel formador das aulas de línguas estrangeiras foi retirada da escola regular e atribuído às escolas de idiomas, devido à ineficiência da escola em cumprir seu papel. Considerando as dificuldades enfrentadas pelos profissionais brasileiros que pretendem se inserir e se manter no mercado de trabalho, a pesquisa tem como objetivo geral investigar a influência do conhecimento

da Língua Inglesa na empregabilidade em empresas do setor petrolífero da região Norte Fluminense. De forma mais específica, analisa as competências e habilidades oferecidas no ensino da Língua Inglesa no Sistema Educacional Brasileiro para compará-las com as exigências do mercado de trabalho, observando sua importância no contexto da globalização. O referencial teórico utilizado está baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos PCNEM, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCNEM).

A principal hipótese levantada é de que o domínio da Língua Inglesa se torna um diferencial no momento da contratação de profissionais pelas empresas do setor petrolífero na região Norte Fluminense. Se assim for, deveria influenciar diretamente na escolha de políticas públicas educacionais capazes de inserir a população em programas e projetos de capacitação quanto ao ensino da Língua Inglesa.

Entrevistas semiestruturadas foram usadas como forma de coleta de dados primários, assim como coleta de dados secundários que foi feita através de pesquisas documentais. Recrutadores e colaboradores de empresas prestadoras de bens e serviços, trabalhadores da indústria petrolífera foram dois dos grupos entrevistados, com a intenção de verificar quais os requisitos para a entrada no mercado de trabalho, observar se a Língua Inglesa é apenas um diferencial no currículo ou uma exigência na seleção/admissão de profissionais para atender as demandas do mercado globalizado e se pode ou não representar a perda de oportunidades de crescimento na sua trajetória profissional. O terceiro grupo a ser entrevistado foi os centros de línguas da rede pública de ensino e os cursos de idiomas pelo seu papel relevante na formação da proficiência em línguas estrangeiras da sociedade brasileira. As pesquisas documentais foram complementares trazendo informações sobre as empresas, sobre os programas governamentais para a melhoria do ensino de idiomas e sobre os centros de línguas, modelos de provas de inglês das empresas e da Petrobrás, características das instituições no ensino de língua inglesa e das ofertas de emprego, entre outras. Nesse trabalho, destaca-se a importância de investigar a influência do conhecimento da Língua Inglesa no acesso de profissionais ao mercado de trabalho no complexo petrolífero da Região Norte Fluminense para que se possa correlacionar o impacto da demanda de novas competências profissionais com as políticas públicas em Educação e ações governamentais, influenciando também os setores de

qualificação que objetivam disponibilizar profissionais bem preparados para atuarem em diferentes elos da cadeia produtiva de petróleo e gás de grande importância para a economia nacional, regional e local.

Em razão da região Norte Fluminense, por meio de suas instituições de ensino, ser formadora e provedora de profissionais da área tecnológica para atender a demanda junto às empresas de petróleo e gás da região, acredita-se serem estes ambientes relevantes na investigação.

A dissertação está organizada em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais.

O capítulo 2 é composto por três seções que contextualizam a pesquisa e trazem os pressupostos teóricos. A primeira seção deste capítulo apresenta o percurso histórico das leis de ensino e da língua inglesa no Brasil. A história do ensino no Brasil e suas leis que se organizam e se transformam dentro de um processo mais amplo de permanências e mudanças da sociedade como um todo e determina a escolha de uma língua estrangeira para compor o currículo escolar. Na segunda seção são analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) enfatizando as regulamentações e orientações para o ensino da língua inglesa. A terceira seção apresenta o papel da língua inglesa no mercado de trabalho global.

No capítulo 3, as referências utilizadas apresentam um panorama da indústria petrolífera na região Norte Fluminense e seus efeitos multiplicadores que definem mudanças na vida da população regional, no território e na organização espacial. São discutidos os efeitos da globalização, ressaltando o papel ocupado pela língua inglesa nesse processo.

O capítulo 4 está organizado em quatro seções apresentando os resultados da pesquisa. A primeira seção descreve a metodologia da pesquisa caracteriza a pesquisa, os grupos entrevistados e os procedimentos de coleta de dados feita através de entrevista semiestruturada. Este capítulo apresenta também o perfil das instituições no ensino de língua inglesa no Norte Fluminense detalhando as ações governamentais e institucionais existentes que sejam voltadas para a implementação do ensino das línguas estrangeiras. São apresentadas também as características dos cursos de idiomas e dos centros de línguas da rede pública de ensino da região, além dos requisitos exigidos nas ofertas de emprego para o setor. Na última parte são apresentadas as entrevistas e os resultados dessas entrevistas

com empresas fornecedoras de bens e serviços, com trabalhadores da indústria de petróleo da região Norte Fluminense, com coordenadores dos centros de línguas das instituições de ensino da rede pública e cursos de idiomas.

Nas considerações finais, são apresentadas as conclusões sobre os resultados obtidos com as implicações mais relevantes no que diz respeito às necessidades do domínio da língua inglesa para atuação no mercado de trabalho.

Nos Apêndices, constam os protocolos das entrevistas utilizados com os quatro grupos selecionados para essa pesquisa. Nos anexos, o Quadro Comum Europeu de Referências para nível de proficiência das línguas e um modelo de prova de processo seletivo para programa de *trainee* de uma empresa multinacional prestadora de serviços da indústria petrolífera.

Este estudo, apesar de não ter a intenção de generalizações, coleta dados para incentivar uma reflexão mais ampla em relação à utilização da Língua Inglesa como determinante na conquista do mercado de trabalho no setor petrolífero. Destaca-se a importância de estabelecer um elo entre o trabalho e a escola, pois contribuirá na revisão e possíveis mudanças da prática educativa, aproximando o ensino do idioma ao mundo do trabalho, hoje tão articulado às tecnologias.

2: AS LEIS DE ENSINO E O ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

2.1: O PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

Quando se analisa a Educação Brasileira, é primordial que se considerem os documentos oficiais que formam a base para a organização das instituições de ensino quanto a suas questões legais, para orientação do planejamento anual das disciplinas e composição do currículo em todas as escolas.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB de 20 de dezembro 1996 (BRASIL, 1996) é, no momento, o principal documento que normatiza a educação nacional. Após a promulgação da LDB/96, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio – PCNEM (BRASIL, 2000), e em seguida, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OCNEM (BRASIL, 2006) para nortear a prática pedagógica do ensino médio no nosso país.

A LDB de 1996 é um marco na regulamentação da educação no país, pois além de contemplar todos os aspectos educacionais relevantes, revoga, em seu Art. 92, as disposições de todas as leis e decretos-lei anteriores. No que diz respeito ao ensino de línguas, fica estabelecido que na parte diversificada do currículo seja incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna (BRASIL, 1996).

Mas, para entender melhor o lugar das línguas estrangeiras no contexto educacional nacional, segue um breve relato da trajetória histórica do ensino da língua inglesa no Brasil, com seus períodos de ascensão e declínio.

É importante mencionar que as mudanças ocorridas na estrutura do componente curricular e do currículo escolar são sempre produtos de um contexto

histórico que sofre transformações em decorrência dos aspectos políticos, sociais e econômicos. Neste contexto, a história do ensino no Brasil também se organiza e se transforma dentro de um processo mais amplo de permanências e mudanças na sociedade como um todo em que a relação de poder determina a escolha de uma língua estrangeira para compor o currículo escolar.

O marco inicial do ensino de língua inglesa como disciplina obrigatória no currículo escolar brasileiro foi em 1809, quando o recém-chegado Príncipe Regente Dom João VI decretou a implantação do ensino de duas línguas estrangeiras modernas, o inglês e o francês (CHINA, 2008). A criação dessas duas cadeiras de ensino foi escolhida estrategicamente para atender fins expressivamente práticos, principalmente depois da abertura dos portos em 1808, quando Portugal mantinha fortes relações comerciais com a Inglaterra e a França.

A mudança da corte portuguesa para o Brasil, com a aprovação e o apoio da Inglaterra, trouxe mudanças significativas na vida local. Os ingleses aqui se instalaram trazendo “progresso”: estabelecimentos comerciais, a imprensa local (Imprensa Régia), o uso do telégrafo, do trem de ferro e da iluminação a gás. Já naquela época, oportunidades de emprego eram oferecidas aos brasileiros nas companhias britânicas desde que tivessem o domínio da língua inglesa o suficiente para entender instruções e participar dos treinamentos (DIAS, 1999).

Desta forma, o objetivo da aprendizagem das línguas estrangeiras era para que conseguissem se comunicar oralmente e por escrito. Por falta de um método adequado para o ensino das línguas modernas, a metodologia usada era a de tradução de textos e análise gramatical, ou seja, a mesma usada para o ensino das línguas clássicas. Segundo Leffa (1999), a metodologia inadequada e problemas de administração com pouca competência para gerenciar a complexidade do ensino de línguas foram os principais motivos pelos quais a aprendizagem de línguas evoluiu tão lentamente durante o império.

Cabe ressaltar que em 1837 houve a criação do primeiro colégio secundário oficial do Brasil, Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, que teve uma importância significativa no ensino de inglês por ter sido o primeiro a introduzir tal disciplina como matéria obrigatória no currículo escolar

A instituição, mantida pelo governo, era a única supervisionada diretamente pelo Ministério do Império. Apesar de ser uma escola pública, o Colégio Pedro II não era gratuito. Segundo Daros (2011), “Tinha a finalidade de servir de modelo às

demais e trazia a pretensão de formar uma elite nacional com profissionais, intelectuais e políticos para suprir as necessidades de quadros para a alta administração.” A seleção do corpo docente era rigorosa prezando intelectuais renomados e havia exame de admissão para a seleção do seu corpo discente.

Como o programa do Colégio Pedro II tinha previsão de sete anos de ensino de francês, cinco de inglês e três de alemão (CARVALHO, 2009), o ensino de línguas estrangeiras vivas teve um grande impulso, permitindo atingir um patamar quase de igualdade em relação às línguas clássicas. Essa organização curricular com obrigatoriedade do ensino de inglês e francês serviu como referência a outras escolas.

O Segundo Reinado (1840-1889), período governado por D. Pedro II, foi considerado um período de relativa estabilidade e desenvolvimento caracterizado pela moderação e habilidade política do monarca D. Pedro II. O intelectual, patrono das artes e das ciências, defensor da educação, apreciador das literaturas governou baseado na liberdade de informação e na tolerância. Durante esse período, o mundo estava sob o domínio econômico e político das grandes potências europeias que competiam na formação de grandes impérios econômicos. Destacava-se a supremacia da Grã-Bretanha no domínio ocidental, justificada principalmente pelo seu poder bélico, industrial e comercial (DAROS, 2011). O Brasil, que se estabelecia como exportador de café, começava a experimentar o crescimento econômico e industrial que impulsionou mudanças no cenário urbano de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

D. Pedro II é lembrado como homem de cultura que incentivou a educação, a leitura, o estudo de línguas estrangeiras e as ciências. Há indícios de que tenha presenciado, no então Imperial Colégio de Pedro II, aulas de aplicação de novos métodos de ensino de línguas estrangeiras (DAROS, 2011). O monarca acompanhava o século da ciência na Europa por correspondência e em “suas viagens pelo Brasil e ao exterior, a ciência está sempre presente: visitas às instituições científicas e educacionais, assim como contato com cientistas” (SANTOS, 2004). Assim, Santos (2004) descreve o monarca:

No Brasil, D. Pedro II a tudo acompanhava. Assinava publicações científicas, correspondia-se com sábios, organizava expedições científicas e culturais, convidava cientistas para visitar o país, concedia bolsas no

exterior para estudantes brasileiros, encorajava as pesquisas e discutia os novos conhecimentos, demonstrando um obsessivo amor à ciência (p. 59).

Durante a Primeira República (1889 – 1930), foram várias as reformas que promoveram mudanças em todo sistema educacional do Brasil e em todos os graus de ensino. Na fase inicial desse período histórico, apesar da eficiência da aprendizagem das línguas estrangeiras ser questionável, a carga horária inicial era relativamente significativa. Como afirma China (2008), “a ausência de uma metodologia de ensino de língua estrangeira compatível com o momento histórico e político foi considerada como um empecilho para alcançar o ensino de línguas estrangeiras de maneira satisfatória”.

Após sucessivas reformas educacionais, durante o Império foram oito e na Primeira República foram cinco reformas, o ensino das línguas estrangeiras foi sendo negligenciado, perdendo espaço no currículo e sofrendo grande oscilação quanto aos anos de estudo e à carga horária anual destinada a cada língua.

Segundo tabela apresentada por Leffa (1999), em 1829 eram destinadas setenta e seis horas de estudos anuais ao ensino de línguas comparado com trinta horas/anuais em 1915 e vinte e três horas/anuais em 1931. Quanto aos anos de estudos, conforme quadro de Vidotti e Dornelas (2007), em 1855 eram determinados dez anos de estudo de línguas clássicas e nove anos de línguas modernas (francês, inglês, alemão e italiano) com mais um facultativo. Em 1925, eram quatro anos de línguas clássicas e três anos de línguas modernas (francês e inglês) sendo mais três anos de opção por outra língua. No decorrer dos anos, algumas línguas foram excluídas do currículo obrigatório, umas oferecidas em caráter facultativo e outras passaram a ser oferecidas por exclusão, como foi o caso do inglês e do alemão, “o aluno fazia uma língua ou a outra e não as duas ao mesmo tempo” (LEFFA, 1999).

Quanto à metodologia usada neste período para o ensino das línguas, podemos reforçar que era a mesma das línguas mortas, baseada na tradução de textos e análise gramatical, com o ensino voltado para atender as necessidades profissionais do momento e aos critérios de acesso ao ensino superior.

Este método tradicional objetivava “explicar a estruturação gramatical da língua e acumular conhecimento a respeito dela e de seu vocabulário, com a finalidade de se estudar sua literatura e traduzir”, mas não capacitava os alunos à produção oral (SCHÜTZ, 2015). Embora a abordagem da gramática-tradução fosse

predominante, não foi à única. Observa-se em algumas reformas deste período, a tentativa de humanização do ensino de línguas estrangeiras com a incorporação de elementos culturais e “atividades como a leitura, análise, composição, recitação, história da língua e tradução” com uma função didática mais ampla (DAROS, 2011). Ainda hoje, o método tradicional é utilizado por muitos professores e nunca deixou de estar presente em uma grande parte das escolas brasileiras de ensino fundamental e médio.

No período de 1930-1945, conhecido como Era Vargas, o sistema educacional brasileiro passa por reformas de caráter nacional principalmente pela necessidade de investir na educação, para atender as exigências de uma nova realidade do país. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, inicia-se, sob o comando do ministro Francisco Campos, um conjunto de medidas para tentar reerguer a credibilidade do ensino secundário que havia recebido pouca atenção nas reformas anteriores.

Inicia-se em 1931, a Reforma Francisco Campos que foi composta por um conjunto de decretos através dos quais o Estado propõe ações mais objetivas em relação à educação, compondo uma estrutura orgânica para os diferentes níveis de ensino: secundário, comercial e superior (CHINA, 2008). Esta reforma é “significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização”. Como afirma Dallabrida (2009)

A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal.

Através do Decreto nº 21.421, de 14 de abril de 1932, integrante da Reforma Francisco Campos que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário, fica estabelecido divisão em dois cursos seriados: fundamental de 5 anos e complementar de 2 anos. O ensino de línguas estrangeiras fica assim disposto como se descreve a seguir. No Ciclo fundamental, se determinou 4 anos de estudos de francês, 3 anos de inglês, 2 anos de latim e 2 anos de alemão em caráter facultativo. No Ciclo complementar obrigatório para candidatos que pretendiam se

matricular em determinados institutos de ensino superior, a disciplina de inglês é obrigatória para os cursos de medicina, farmácia e odontologia, podendo fazer a opção pelo alemão (Decreto de 4 de abril de 1932). Observa-se que com a redução da carga horária do latim, foi dada mais ênfase às línguas modernas e o ensino de inglês é quase equivalente ao francês em anos de estudo.

Segundo Leffa (1999), as mudanças foram significativas não só no conteúdo, mas principalmente quanto à metodologia de ensino das línguas estrangeiras. As novas necessidades econômicas e sociais do período pós-revolução de 1930 criaram novas demandas quanto ao ensino de línguas estrangeiras com o uso de técnicas que levassem os alunos ao desenvolvimento da audição e da fala.

Fato exemplificado no texto transcrito do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 sobre as disciplinas a serem ministradas nos cursos do ensino comercial: “Inglês: Método Direto, conduzindo o aluno a pensar no próprio idioma estudado, [...] com frequentes exercícios de conversação, para que o aluno possa utilizar fluentemente o idioma”.

O Método Direto foi introduzido oficialmente no Brasil em 1931 seguindo influência de outros países, como a França que implantou o método 30 anos antes. Alguns motivos, como falta de professores capacitados e carga horária reduzida, geraram dificuldades na implementação eficaz do método nas escolas brasileiras.

Diferente do que ocorreu no Colégio Pedro II, segundo Leffa (1999), o sucesso da aplicação do Método Direto no ensino de línguas nesta escola modelo foi resultado de vários fatores, tais como: turmas reduzidas, seleção rigorosa de professores e qualidade do material didático.

Merece destaque o empenho e entusiasmo do professor Antônio Carneiro Leão na aplicação do método no Colégio Pedro II. O educador e ensaísta, imortal da Academia Brasileira de Letras, publicou em 1935 o livro, *O ensino das línguas vivas*, relatando em detalhes esta experiência positiva. Dentre as instruções metodológicas descritas no livro, Leffa (1999) destaca:

A aprendizagem da língua deve obedecer à sequência ouvir, falar, ler e escrever. O ensino da língua deve ter um caráter prático e ser ministrado na própria língua, adotando-se o método direto desde a primeira aula. · O significado das palavras deve ser transmitido não pela tradução, mas pela ligação direta do objeto a sua expressão, usando-se para isso ilustrações e objetos do mundo real. As noções gramaticais devem ser deduzidas pela própria observação e nunca apresentadas sob a forma teórica ou abstrata de regras. A leitura será feita não só nos autores indicados, mas também

nos jornais, revistas, almanaques ou outros impressos, que possibilitem aos alunos conhecer o idioma atual do país.

Esta reforma implantada pelo Professor Carneiro Leão foi única e considerada por Chagas (1957, apud LEFFA, 1999) “uma experiência magnífica”.

Em 1942, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, propôs a implantação de uma série de reformas que tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino marcando mudanças no ensino secundário e também universitário. Foram oito decretos-leis que reestruturaram completamente o sistema educacional, equiparando as diversas modalidades de ensino – secundário, normal, militar, comercial, industrial e agrícola (LEFFA, 1999).

Apesar das críticas recebidas por serem reformas parciais, tinham uma mesma concepção geral que resultou em uma estrutura organizacional única. Ficando assim organizado: o ensino médio denominado “ginásio” fica dividido em um primeiro ciclo com duração de quatro anos e um segundo ciclo que se ramifica em dois, um denominado “clássico” com ênfase nas línguas e outro denominado “científico” com ênfase nas ciências (LEFFA, 1999).

Por essa equiparação das diversas modalidades de ensino, a organização da educação na Reforma Capanema veio democratizar o ensino, mas ao mesmo tempo foi caracterizada e criticada como dualista e corporativista: dualista, pela divisão do ensino em secundário, para atender às elites condutoras, e em profissional, para trazer a formação ao povo conduzido, fortalecendo assim o classicismo aristocrático.

E considerada corporativista porque “vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social” (SAVIANI, 2007 apud CHINA, 2008).

Com a Reforma Capanema o ensino de línguas estrangeiras recebeu uma importância significativa, como pode ser observado nas informações colhidas no Decreto-Lei nº 4.224 de 9 de abril de 1942. Quanto às disciplinas do curso ginasial, estipulou-se 4 anos de estudos de latim, 4 anos de francês e 3 anos de inglês. No curso clássico, seriam 3 anos de estudos de latim e grego, podendo-se fazer a opção por duas línguas vivas em substituição ao grego, tendo ainda 2 anos de espanhol e 2 de francês ou inglês. No científico, ficou estabelecido 1 ano de espanhol e 2 de francês e inglês. Quanto ao ensino de línguas, sob a Reforma

Capanema, pode-se dizer que formaram “os anos dourados das línguas estrangeiras no Brasil” (LEFFA, 1999).

Neste período, o Ministério da Educação centralizou quase todas as decisões da educação nacional: as línguas a serem ministradas, a metodologia a ser usada e os programas de cada série ou ano escolar. Houve, em relação ao ensino de línguas, a indicação do uso do método direto e a preocupação em oferecer o apoio metodológico que preparasse “os alunos para o uso prático da língua e não somente o uso instrumental” (CHINA, 2008). Foram incluídos também objetivos educativos e culturais, tais como formação de opinião, hábitos de reflexão, conhecimento de outras culturas e suas tradições.

Leffa (1999) detalha algumas orientações quanto à aplicação pedagógica do ensino de línguas, principalmente no ensino de inglês e francês:

Os instrumentos que deveriam ser usados para atingir esses objetivos foram também detalhados até o nível da aplicação pedagógica na sala de aula. O vocabulário seria escolhido pelo critério de frequência; a leitura deveria iniciar-se por manuais "de preferência ilustrados" dentro e fora da sala de aula, começando com "histórias fáceis" e progredindo até a leitura de obras literárias completas; os recursos audiovisuais, desde giz colorido, ilustrações e objetos até discos gravados e filmes são amplamente recomendados (p.22).

Apesar de todo esse empenho do Ministério da Educação nas decisões sobre os programas e as metodologias para a educação em nível nacional, algumas orientações foram mais facilmente seguidas que outras. Leffa (1999) comenta quanto à aplicação da moderna metodologia proposta baseada no método direto para o ensino das línguas estrangeiras: “parece não ter chegado à sala de aula”, e acrescenta ainda que “no caminho entre o Ministério e a escola, o método direto foi substituído por uma versão simplificada do método da leitura”.

O principal motivo, apontado por Leffa (1999), como o causador do não sucesso da aplicação do método direto nas escolas brasileiras foi o mais básico de todos, a falta de professores preparados linguisticamente e pedagogicamente. Os profissionais não tinham a formação adequada para cumprir um programa avançado como o sugerido pelas Instruções Metodológicas de 1943.

Mesmo sendo criticada pela exaltação ao nacionalismo, a Reforma Capanema foi a que deu mais importância ao ensino das línguas estrangeiras. A Lei

Orgânica do Ensino Secundário permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. A sua história inicia-se com a promulgação da primeira LDB pelo Presidente João Goulart em 20 de dezembro – Lei Nº 4.024 de 1961. Seguida pela Lei Nº 5.692 em 11 de agosto de 1971 cuja validade se estendeu até a promulgação da mais recente LDB – Lei Nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996.

A LDB de 1961 inicia a descentralização do ensino, cria o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação. Com isso, fica a cargo dos Estados decidirem sobre a inserção das línguas nos currículos, uma vez que a língua estrangeira não constava mais dentre as disciplinas obrigatórias. Destaca-se o Artigo 35 parágrafo 1º da Lei 4.024 de 1961:

Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos Conselhos Estaduais de Educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

Paradoxalmente a intensificação da dependência econômica e cultural brasileira em relação aos Estados Unidos e ao aumento do prestígio do inglês em âmbito mundial, a LDB 1961 retira a obrigatoriedade do ensino da língua estrangeira dos currículos do sistema escolar do país.

A sociedade percebia a importância de se aprender inglês e o quanto era necessário para o mercado de trabalho. Desta forma, o inglês foi ocupando um espaço que antes era reservado ao francês. Mas, infelizmente, o ensino do inglês não era mais garantido à população que frequentava escola na rede de educação pública do país (CHINA, 2008).

A LDB de 1961 é, segundo Leffa (1999), o começo do fim dos anos dourados das línguas estrangeiras, pois reduziu o ensino de línguas a menos de 2/3 do que foi durante a Reforma Capanema e ignorou a sua importância. A falta da obrigatoriedade do ensino de línguas nas escolas foi um retrocesso para o desenvolvimento do ensino de inglês no Brasil.

Apesar do notável reconhecimento da importância do inglês pela sociedade, as políticas educacionais não asseguravam o acesso ao ensino de línguas. Sendo

assim, apenas as camadas mais favorecidas conseguiam garantir a aprendizagem de línguas, geralmente nas escolas livres de idiomas. Mas a grande maioria ficava à margem desse privilégio. Situação que se perpetuou nas décadas seguintes durante o período de vigência da LDB de 1971.

A publicação da LDB de 1971 estabeleceu as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus trazendo novas mudanças à educação no Brasil, principalmente por determinar como objetivo geral proporcionar ao educando a formação especial com ênfase na formação profissionalizante. Não se pode desconsiderar o aspecto político por trás da Lei nº 5.692/71, no qual fica claro o interesse do governo na formação de profissionais mais do que na formação de cidadãos.

Na conjuntura econômica e política da década de 1970, o Brasil precisava investir numa educação que atendesse o desenvolvimento político e econômico do país indo ao encontro dos acordos financeiros com os organismos internacionais. Essa reconfiguração do sistema educacional visou atender às exigências do mercado que necessitava de mão de obra qualificada. Assim, o ensino de Língua Estrangeira (LE) passou a atender às necessidades do processo de industrialização, passando a ser fundamentalmente instrumental para ser usado como uma ferramenta para fins específicos, reforçando a permanência apenas do inglês na maioria das escolas.

Na LDB 1971, ficou estabelecido que o curso primário e o ginásial passassem a se chamar Primeiro Grau, com oito anos de duração. O curso científico fundiu-se com o clássico e passou a ser chamado de Segundo Grau, com três anos de duração. Nessa reconfiguração, o Brasil eliminou um ano de estudos, passando para onze níveis para quem chegasse ao fim do Segundo Grau.

Quanto ao currículo, ficou prescrito no Artigo 4º da Lei 5.692/71 que o ensino de 1º e 2º graus teria um núcleo comum obrigatório nacionalmente e uma parte diversificada para atender às peculiaridades locais, aos estabelecimentos de ensino, e às diferenças individuais dos alunos.

O Conselho Federal de Educação fica responsável por fixar para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, como se copia do texto do Artigo 4º § 3º da LDB 1971: "Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins". A redução de um ano de escolaridade e a

necessidade de se introduzir a habilitação profissional gerou a redução também das horas de ensino de língua estrangeira.

A situação das línguas foi agravada pela Resolução Nº 8, de 1º de dezembro de 1971 do Conselho Federal de Educação incorporada a LDB 1971 que fixa o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo lhes os objetivos e a amplitude. Como se comprova com cópia do Artigo 7º da referida Resolução: “Recomenda-se que em Comunicação e Expressão, a título de acréscimo, se inclua uma Língua Estrangeira Moderna, quando tenha o estabelecimento condições para ministrá-la com eficiência”.

O Parecer nº 853/71 de 12 de novembro de 1971 (BRASIL, 1971), atesta a pouca importância dada na época ao ensino das LEs. O referido Parecer que fixou o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo lhe os objetivos e a amplitude, apresenta justificativa para a recomendação feita no Artigo 7º da Resolução nº 8/1971 mencionada no parágrafo anterior, como se segue:

Não subestimamos a importância crescente que assumem os idiomas no mundo de hoje, que se apegamos, mas também ignoramos a circunstância de que, na maioria de nossas escolas, o seu ensino é feito sem um mínimo de eficácia. Para sublinhar aquela importância, indicamos expressamente a “língua estrangeira moderna” e, para levar em conta esta realidade, fizemo-lo a título de recomendação, não de obrigatoriedade, e sob as condições de autenticidade que se impõem (BRASIL, 1971).

Segundo Leffa (1999), muitas escolas excluíram a língua estrangeira do 1º grau e no 2º grau era oferecida apenas uma hora de aula semanal durante um ano de estudo. Para suprir essa carência do ensino de LE, com a qualidade e a eficiência que não eram garantidas pelas políticas educacionais, as classes privilegiadas procuravam a aprendizagem de línguas nas escolas privadas de idiomas. Infelizmente os menos favorecidos não tinham essa opção. Cabe ressaltar que o Brasil é um país desigual e que essa inequidade não é apenas de renda e oportunidades, mas também de acesso aos serviços públicos essenciais oferecidos a nossa população. Na educação, isso não foi e ainda não é diferente.

No período entre 1969 e 1973, o Brasil vive a fase do “milagre econômico” que trouxe um crescimento econômico excepcional, com investimentos internos e empréstimos externos. Essas mudanças no aspecto financeiro do país refletiram no sistema educacional, pois apontaram claramente a necessidade do inglês para o

mercado de trabalho. Paradoxalmente, a LE não constava mais como disciplina obrigatória no currículo escolar brasileiro.

Em 1976, a Resolução Nº 58 de 22 de dezembro altera dispositivos da Resolução Nº 28/71, reconhece a necessidade do ensino de LE e o torna obrigatório para o ensino do 2º Grau. Conforme se observa no Artigo 1º que diz: “o estudo de Língua Estrangeira Moderna passa a fazer parte do núcleo comum, com obrigatoriedade para o ensino de 2º grau” e é recomendada sua inclusão no 1º grau quando as condições permitirem (BRASIL, 1996).

Apesar de não incluir, apenas recomendar o ensino de LE no 1º Grau, pode-se considerar um resgate parcial da valorização do ensino de línguas na escola. Neste caso, em se tratando especificamente do ensino de inglês que já dominava e ocupava o espaço antes preenchido pelo francês.

Vinte e cinco anos depois da publicação da LDB de 1971 (BRASIL, 1971), o ensino no Brasil passou por outra reforma. Em 20 de dezembro de 1996 foi publicada a nova LDB – Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) que está em vigor atualmente. De acordo com a nova lei, a Educação Básica passa a ser formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996):

A Educação Básica continua tendo um núcleo comum na formação dos currículos e uma parte diversificada como fica estabelecido no Artigo 26 da referida lei:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

No mesmo Artigo 26, parágrafo 5º, fica bem definida a necessidade da LE no ensino fundamental estabelecendo que “na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna” e a escolha da língua fica a cargo da comunidade e de acordo com “as possibilidades da instituição” (BRASIL, 1996).

Em relação ao ensino médio, a lei determina que seja “incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição” (Art. 36, Inciso III, BRASIL, 1996). Fica clara a tentativa de valorização do ensino de língua estrangeira se comparada com a Lei 5.692/71 para que pudesse recuperar um pouco da importância perdida dentro da estrutura de ensino escolar, ao longo das décadas anteriores.

Segundo Leffa (1999), a ideia de um único método para o ensino de línguas estrangeiras é abandonada, visto que um dos princípios da educação nacional estabelecidos pela LDB/96 é o de “pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas” (Art. 3ª Inciso III, BRASIL, 1996). Ressalta-se ainda a flexibilidade curricular permitida pelo disposto no Artigo 24 Inciso IV: “poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares” (BRASIL, 1996).

O Parecer nº15/1998, deliberado pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), é o documento que apresenta propostas de regulamentação da base curricular nacional e de organização do ensino médio. A implementação destas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) presentes no Parecer nº15/1998 foi um passo preparatório para mudanças reais na educação brasileira, uma vez que estaria nas mãos das instituições escolares e das comunidades a construção de propostas e práticas pedagógicas inovadoras que, de acordo com o disposto no Parecer, “pudessem trazer resposta às novas demandas de uma economia aberta e uma sociedade democrática” (BRASIL, 1998a, p.52).

Esse documento reconhece a autonomia das escolas na montagem dos currículos e apresentação de propostas pedagógicas, reconhece o importante papel do professor e da comunidade escolar na execução dessas diretrizes e metas para a melhoria do ensino no Brasil. Como se comprova nesse trecho do Parecer nº15/1998:

O produto mais importante de um processo de mudança curricular não é um novo currículo materializado em papel, tabelas ou gráficos. O currículo não se traduz em uma realidade pronta e tangível, mas na aprendizagem permanente de seus agentes, que leva a um aperfeiçoamento contínuo da

ação educativa. Nesse sentido, uma reforma como a que aqui se propõe será tanto mais eficaz quanto mais provocar os sistemas, escolas e professores para a reflexão, análise, avaliação e revisão de suas práticas, tendo em vista encontrar respostas cada vez mais adequadas às necessidades de aprendizagem de nossos alunos. Em suma, o ensino médio brasileiro vai ser aquilo que nossos esforços, talentos e circunstâncias forem capazes de realizar (BRASIL, 1998a, p. 51).

Destaca-se, no Parecer nº15/1998, a organização dos saberes em três áreas que devem estar presentes na base nacional comum dos currículos das escolas de ensino médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. A presença das Tecnologias em cada uma das áreas se justifica porque permite contextualizar os conhecimentos de todas as áreas e disciplinas no mundo do trabalho. Fica assim estabelecida a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias objetivando a constituição de competências e habilidades ao educando, dentre elas encontra-se: “Conhecer e usar língua (s) estrangeira (s) moderna(s) como instrumento de acesso a informações e a outras culturas e grupos sociais” (BRASIL, 1998a, p.48).

A constituição dessas áreas estabelecidas pelas DCNEM serviu como base para a formatação dos documentos oficiais que, atualmente, orientam o processo ensino-aprendizagem nas escolas de ensino médio no Brasil: os Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio (PCNEM) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM).

2.2: O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA DE ACORDO COM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

A partir da LDB 1996, o primeiro documento sistematizado e articulado com a intenção de levar um ensino de qualidade às escolas brasileiras foi os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) voltados para o Ensino Fundamental. Em seguida foram publicados os PCNEM voltados para o Ensino Médio. No portal do Ministério da Educação (MEC), assim foram definidos os PCNEM:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio são o resultado de meses de trabalho e de discussão realizados por especialistas e educadores de todo o país. Foram feitos para auxiliar as equipes escolares na execução de seus trabalhos. Servirão de estímulo e apoio à reflexão

sobre a prática diária, ao planejamento de aulas e, sobretudo ao desenvolvimento do currículo da escola, contribuindo ainda para a atualização profissional (BRASIL, 2015).

Como foi identificada a necessidade de aprimoramento desse documento, seis anos depois, surgem as das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) como uma versão revisada dos PCNEM. As OCEM foram elaboradas a partir de diálogos em âmbito educacional com as equipes técnicas, professores e representantes da comunidade acadêmica. As contribuições trazidas por esse novo documento servem para impulsionar os referenciais curriculares e as propostas das escolas, preenchendo lacunas deixadas pelos PCNEM, não de forma substitutiva, mas com enfoque complementar.

Assim foi esclarecido o objetivo das OCEM no Portal do MEC:

O objetivo deste material é contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente. A qualidade da escola é condição essencial de inclusão e democratização das oportunidades no Brasil, e o desafio de oferecer uma educação básica de qualidade para a inserção do aluno, o desenvolvimento do país e a consolidação da cidadania é tarefa de todos. (BRASIL, 2015).

As mudanças propostas pela LDB 1996 (BRASIL, 1996), nos currículos do Ensino Médio, destacam a importância da linguagem de modo geral como meio de expressão e comunicação e também como forma de acesso a conhecimentos e afirmação da cidadania.

Os PCNEM propõem uma mudança qualitativa ao Ensino Médio e organizam as disciplinas nas três áreas em consonância com as DCNEM, como mencionado na seção anterior. Esse documento é bem claro quando considera a linguagem como o elo entre essas áreas. A linguagem é naturalmente transdisciplinar e assume função central na efetivação da aprendizagem. Nos PCNEM, a linguagem é considerada como

a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido (BRASIL, 2000, p.5).

As ideias expressas nas OCEM seguem, logicamente, a mesma concepção:

Daí se poder depreender um outro princípio, o de que os conhecimentos são elaborados, sempre, por formas de linguagem, sendo fruto de ações intersubjetivas, geradas em atividades coletivas, pelas quais as ações dos sujeitos são reguladas por outros sujeitos (BRASIL, 2006, p.24).

Entender a concepção de linguagem presente nos PCNEM e nas OCEM faz-se necessário para que possamos compreender o que foi estabelecido como o papel do ensino da LE por esses documentos oficiais. Norteando essa ideia as OCEM afirmam que “a língua é uma das formas de manifestação da linguagem, é um entre os sistemas semióticos construídos histórica e socialmente pelo homem” (BRASIL, 2006, p.25).

De acordo com os PCNEM, como parte integrante da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, as línguas estrangeiras assumem “a condição de serem parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao estudante aproximar-se de várias culturas e, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado” (BRASIL, 2000, p. 25). O documento confirma o que já havia sido estabelecido pela LDB e tenta resgatar o prestígio da LE, considerando o ensino da LE tão relevante quanto qualquer outra disciplina do currículo por serem “veículos fundamentais na comunicação entre os homens” (BRASIL, 2000) e funcionarem como meio de acesso ao conhecimento.

A proposta apresentada pelos PCNEM para o ensino de LE segue a recomendação de um perfil comunicativo

Torna-se, pois, fundamental, conferir ao ensino escolar de Línguas Estrangeira um caráter que, além de capacitar o aluno a compreender e a produzir enunciados corretos no novo idioma, propicie ao aprendiz a possibilidade de atingir um nível de competência linguística capaz de permitir-lhe acesso a informações de vários tipos, ao mesmo tempo em que contribua para sua formação geral enquanto cidadão (BRASIL, 2000, p. 26).

Sendo assim, fica bem clara a ideia nos PCNEM que a meta do ensino de línguas nas escolas é a comunicação oral e escrita, por ser imprescindível no mundo moderno, para que possa formar o indivíduo integralmente tanto no âmbito profissional, acadêmico ou pessoal. Considerando a exigências do mundo atual, deseja-se que o aprendiz seja capaz de falar, ler, escrever e entender uma língua

estrangeira sem dificuldades, ou seja, que sejam desenvolvidas as quatro habilidades. Ainda segundo os PCNEM, para que o aluno possa exercer sua cidadania, ele precisa entender o mundo que o cerca sabendo se comunicar, buscar informações, interpretá-las e argumentar sobre elas. O conhecimento da língua estrangeira é um dos instrumentos que o habilita a compreender esse mundo trazendo inclusão social e valorização pessoal.

É importante salientar que está sendo usado o termo língua estrangeira para que esteja em consonância com os documentos oficiais analisados aqui, pois a lei prevê a possibilidade de uma segunda Língua Estrangeira em caráter optativo. Porém, a escolha pela língua inglesa é a mais frequente no sistema de ensino brasileiro por ser considerada essencial no mundo atual.

O ensino da língua inglesa é considerado nos PCNEM como monopólio linguístico nas escolas brasileiras. “A aprendizagem da Língua Inglesa é fundamental no mundo moderno, porém, essa não deve ser a única possibilidade a ser oferecida ao aluno” (BRASIL, 2000, p. 27).

Nas OCEM é possível observar vários indícios de que a língua inglesa é priorizada nos documentos oficiais. São encontradas várias citações em inglês, as referências bibliográficas em inglês são maioria, são usados constantemente exemplos referentes à língua inglesa e apresenta sugestões de atividade para serem desenvolvidas nas aulas de língua inglesa. Desta forma, se deduz que o ensino da língua inglesa predomina no ensino médio brasileiro. Apesar do documento no capítulo referente aos Conhecimentos de Línguas Estrangeiras considerar o ensino de várias línguas estrangeiras, a teorização é quase toda apresentada em inglês e o próprio documento ressalta a necessidade de adaptações e ajustes para outros idiomas, comprovado pelo trecho que se segue:

Lembremos, ainda, que nos referimos a Línguas Estrangeiras em quase todo o documento, exceto nos levantamentos que se realizaram na área de ensino de inglês e cuja atenção está voltada para o ensino dessa língua especificamente. Entendemos, assim, que as teorias apresentadas neste documento se aplicam ao ensino de outras Línguas Estrangeiras no ensino médio. Elas requerem, contudo, adaptações e ajustes em função das especificidades de cada idioma estrangeiro (BRASIL, 2006 p. 87).

O ensino da língua inglesa nas escolas do país tem enfrentado dificuldades no decorrer dos anos, algumas dessas situações já foram relatadas na seção

anterior. O texto dos PCNEM relata as principais dificuldades: a redução das horas reservadas ao estudo das línguas, a carência de professores com formação adequada, equívocos metodológicos com práticas ineficazes e a escassez de materiais didáticos. Cabe ressaltar que somente em 2011 os livros de língua estrangeira foram incluídos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que beneficia as escolas públicas de todo o Brasil, distribuindo gratuitamente os livros didáticos para uso de cada aluno individualmente. O ensino da língua inglesa nas escolas tem produzido resultados abaixo do esperado e previsto na legislação em vigor (ALMEIDA FILHO, 2003).

Lima (2012) afirma que para se conceber uma aprendizagem significativa é necessário conhecer as razões pelas quais alguém precisa aprender uma língua estrangeira. Os PCNEM defendem essa ideia quando afirmam que devemos pensar em competências a serem dominadas para que possibilite justificar a aprendizagem da LE. “Dessa forma, a competência comunicativa só poderá ser alcançada se, num curso de línguas, forem desenvolvidas as demais competências que a integram [...]” (BRASIL, 2000). Quais sejam as competências elencadas nos PCNEM (BRASIL, 2000):

1: Saber distinguir entre as variantes linguísticas. 2: Escolher o registro adequado à situação na qual se processa a comunicação. 3: Escolher o vocábulo que melhor reflita a ideia que pretenda comunicar. 4: Compreender de que forma determinada expressão pode ser interpretada em razão de aspectos sociais e/ou culturais. 5: Compreender em que medida os enunciados refletem a forma de ser, pensar, agir e sentir de quem os produz. 6: Utilizar os mecanismos de coerência e coesão na produção em Língua Estrangeira (oral e/ou escrita). Todos os textos referentes à produção e à recepção em qualquer idioma regem-se por princípios gerais de coerência e coesão e, por isso, somos capazes de entender e de sermos entendidos. 7: Utilizar as estratégias verbais e não verbais para compensar falhas na comunicação (como o fato de não ser capaz de recordar, momentaneamente, uma forma gramatical ou lexical), para favorecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido (falar mais lentamente, ou enfatizando certas palavras, de maneira proposital, para obter determinados efeitos retóricos, por exemplo).

Os componentes listados acima não podem ser considerados isoladamente, eles deverão estar inter-relacionados e interligados tanto entre si quanto com as próprias disciplinas da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e das demais áreas. De acordo com os PCNEM o domínio de cada uma dessas competências é essencial para que se alcance boa competência comunicativa em

uma língua estrangeira. Assim, apresenta o que considera os propósitos maiores do ensino de Línguas Estrangeiras no Ensino Médio: competência gramatical, competência sociolinguística, competência discursiva e competência estratégica (BRASIL, 2000).

A articulação das línguas estrangeiras com outras disciplinas é defendida como uma estratégia para que o ensino de inglês seja efetivo, uma vez que poderá proporcionar experiências relevantes aos alunos, mantendo laços com o mundo real e favorecendo a comunicação. Lima (2008) defende que desta forma a aprendizagem seria como uma “ampliação de horizontes” por meio da qual se consegue compreender os valores socioculturais de um idioma. No mundo globalizado de hoje não se aplica mais um processo ensino-aprendizagem estático, baseado minimamente nos atos de ler e escrever.

Em concordância com os PCNEM, atingir essa meta não é nada fácil na realidade educativa do Brasil. Mas é possível que a interdisciplinaridade seja a forma mais viável de se pôr em prática os fundamentos do ensino de Inglês estabelecidos pelos documentos oficiais. Essa relação entre as disciplinas pode levar a uma conscientização da importância prática do conhecimento da língua inglesa em favor da comunicação e integração com o mundo (LIMA, 2008).

Em relação ao ensino de línguas estrangeiras, os PCNEM apontam a direção, recomendam conteúdos e metodologias, abordam a necessidade de ampliação da visão de conteúdo sem estarem presas apenas às fronteiras gramaticais e ressaltam também a necessidade de se valorizar o trabalho dos professores, “já que esses são mediadores do conhecimento socialmente produzido” (NAVES e VIGNA, 2008).

A partir das LDBs, não há mais determinação da utilização de um único método para o ensino de LE, já que o documento apenas apresenta recomendações. China (2008) salienta que é possível identificar nos PCNEM e nas OCEM propostas que remetem a variadas metodologias de ensino de língua inglesa. Inicialmente, os PCN recomendam o ensino da LE com foco na leitura, mas não fecham as portas para as outras habilidades serem trabalhadas, desde que o contexto possibilite e seja relevante para o grupo em questão. Antes mesmo da publicação dos PCN, alguns professores já estavam focando na leitura como uma alternativa ao fracasso de práticas anteriores. Outra característica importante dos PCN, que deve ser mencionada, é a autonomia que o professor disfruta, o fato de

não existir obrigatoriedade de metodologia, apenas sugestões. Sendo assim não o limita ao enfoque na leitura, mas o possibilita ir além.

Segundo Almeida (2012), o fato de não haver no Brasil histórico de sucesso nas escolas regulares envolvendo as quatro habilidades no ensino da língua inglesa, reforçou a opção pelo foco na leitura como uma forma de garantir pelo menos o desenvolvimento de uma das habilidades. Os PCN apresentam três razões para que o ensino de LE com ênfase na leitura pareça mais apropriado para a maioria das escolas brasileiras: questões sociais, educacionais e considerações práticas quanto às condições de trabalho. Almeida (2012) acrescenta que entender e respeitar o professor são uma das partes mais importante para garantir o sucesso de uma mudança na política educacional. É o professor, munido de informações significativas sobre as metodologias de ensino, sobre as teorias de linguagem, sobre a sociedade e as características únicas dos seus alunos e do contexto, será capaz de decidir o que e como ensinar. Essa liberdade de escolha foi preservada pelos PCN e pelas OCEM quanto ao ensino de línguas estrangeira.

No entanto, os questionamentos contidos nas OCEM “vão de encontro ao que é vivenciado em sala de aula por uma grande parte dos professores” (CARVALHO, 2009). As orientações objetivam apresentar um conjunto de reflexões que alimentem a prática docente para que o ensino de línguas não permaneça apenas com o objetivo linguístico ou instrumental, mas que possa trazer também a formação crítica dos aprendizes. Na maioria das escolas públicas brasileiras, os professores adotam o modelo tradicional, onde o foco principal é a gramática fora de qualquer contexto comunicativo. Objetivando mudar esse quadro, as OCEM apresentam:

As propostas epistemológicas (de produção de conhecimento) que se delineiam de maneira mais compatível com as necessidades da sociedade atual apontam para um trabalho educacional em que as disciplinas do currículo escolar se tornam meios. Com essas disciplinas, busca-se a formação de indivíduos, o que inclui o desenvolvimento de consciência social, criatividade, mente aberta para conhecimentos novos, enfim, uma reforma na maneira de pensar e ver o mundo (p. 90).

O documento detalha sobre a necessidade de mudanças nas perspectivas praticadas no desenvolvimento da leitura e orienta para que o uso de textos não seja limitado apenas a materiais não autênticos. São apresentados exemplos ideais de atividades para o uso da leitura como letramento e que ao mesmo tempo

contribuirão para a formação do senso de cidadania. A sugestão das OCEM diz que “A escolha dos textos de leitura deve, por exemplo, partir de temas de interesse dos alunos e que possibilitem reflexão sobre sua sociedade e ampliação da visão de mundo [...]” (p. 114).

A autonomia pedagógica e administrativa permitida pela LDB 1996 favorece a elaboração e execução, pelas escolas, de documentos e projetos próprios que auxiliem o professor na organização das propostas curriculares que atendam ao contexto escolar específico em que estão inseridos. É inegável a importância desses documentos analisados aqui, uma vez que eles trazem alternativas para a organização do trabalho pedagógico e orientações para a estruturação do ensino de línguas estrangeiras que influenciam diretamente na prática docente diária nas escolas do nosso país. Fica clara também, a intenção de valorizar a inserção das línguas estrangeiras no currículo para fins educacionais, que vão além de simplesmente preparar o aluno para comunicação, que é o objetivo básico de se aprender uma língua estrangeira. Cabe à educação levar ao educando o conhecimento significativo para que ele possa enfrentar a complexidade do mundo que o cerca dentro de uma concepção global.

Como já detalhado nessa seção, muitas são as dificuldades apontadas para que o ensino de LE nas escolas brasileiras seja realmente eficiente. A proficiência em inglês hoje se apresenta como um requisito básico na formação do indivíduo que é o papel fundamental da escola. Mas, infelizmente a escola regular não tem sido capaz de oferecer de maneira satisfatória o ensino da língua inglesa como podemos comprovar pela explicitação feita pelos próprios PCNEM (2000):

O que tem ocorrido ao longo do tempo é que a responsabilidade sobre o papel formador das aulas de Línguas Estrangeiras tem sido, tacitamente, retirado da escola regular e atribuído aos institutos especializados no ensino de línguas. Assim, quando alguém quer ou tem necessidade, de fato, de aprender uma língua estrangeira, inscreve-se em cursos extracurriculares, pois não espera que a escola média cumpra essa função (p.26).

Essa ideia é apontada por Almeida Filho, quando afirma que a sociedade brasileira busca pelas escolas e institutos de idiomas devido ao senso comum da população de que o ensino de LE nas escolas regulares não é eficaz (ALMEIDA FILHO, 2002 apud CHINA, 2008, p. 44). Sobre isso Almeida Filho (2002) declara:

A sociedade brasileira reconhece um valor educacional formativo na experiência de aprender outras línguas na escola. Reconhece esse bem cultural ao garantir de alguma forma a presença da disciplina Língua Estrangeira no currículo e mesmo quando duvida da eficácia do ensino escolar e leva seus filhos e a si mesmo para aprender línguas em escolas e institutos particulares de idiomas (ALMEIDA FILHO, 2002 apud CHINA, 2008, p.41).

É inquestionável que no Brasil o conhecimento e a competência na língua inglesa sejam exigidos pela sociedade e pelo mercado de trabalho. Entende-se que esse conhecimento deveria ser adquirido na escola visto que de acordo com os documentos oficiais cabe ao ensino médio formar o aluno para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania (BRASIL, 2000). Confirmado no trecho dos PCNEM :

Evidentemente, é fundamental atentar para a realidade: o Ensino Médio possui, entre suas funções, um compromisso com a educação para o trabalho. Daí não poder ser ignorado tal contexto, na medida em que, no Brasil atual, é de domínio público a grande importância que o inglês e o espanhol têm na vida profissional das pessoas. Torna-se, pois, imprescindível incorporar as necessidades da realidade ao currículo escolar de forma a que os alunos tenham acesso, no Ensino Médio, àqueles conhecimentos que, de forma mais ou menos imediata, serão exigidos pelo mercado de trabalho (BRASIL, 2000, p.27).

De acordo com os PCNEM – Parte I Bases Legais (BRASIL, 2000):

Na perspectiva da nova Lei, o Ensino Médio, como parte da educação escolar, “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Art.1º § 2º da Lei nº 9.394/96). Essa vinculação é orgânica e deve contaminar toda a prática educativa escolar. (p.10)

2.3: O PAPEL DA LÍNGUA INGLESA NO MERCADO DE TRABALHO

O mundo é marcado por mudanças e evoluções no decorrer da história humana. Muitas foram as transformações que modificaram o mundo do trabalho e fizeram a humanidade avançar. No decorrer dos tempos, com o crescimento das cidades e o surgimento das fábricas, a busca de empregos fora do ambiente doméstico representou uma grande mudança no conceito de trabalho. As profissões também sofreram mudanças drásticas, principalmente pelas grandes inovações tecnológicas. Foi-se o tempo em que o esforço braçal era primordial.

Hoje, a maioria das ocupações exige capacidade intelectual e uma melhor formação profissional do indivíduo que precisa acompanhar essas transformações para manter-se no mercado de trabalho.

Essas transformações que ocorrem diariamente são também fruto do avanço dos meios de comunicação. A presença da internet como principal forma de transmissão de informação significou a redução das distâncias geográficas e possibilitou à sociedade se beneficiar dessas ferramentas como linguagem comunicativa. Essa troca e difusão acelerada de informações, a constante interação entre as nações e as rápidas transformações são características de um fenômeno mundial chamado globalização.

Nesse contexto, podemos destacar a presença da língua inglesa como “veículo facilitador que estreita as transações comerciais e provoca mudanças na forma de interação” (TONDELLI, 2005), figurando como a língua da comunicação internacional.

Para melhor entender o papel da língua inglesa no mercado de trabalho, será necessário compreender e visualizar também sua posição no mundo.

A posição de destaque da língua inglesa frente ao mundo foi propiciada inicialmente, pelo grande poder econômico da Inglaterra no século XIX, com a Revolução Industrial e a extensão do colonialismo britânico. E se manteve devido à soberania político-militar dos EUA, após a II Guerra Mundial, além da grande influência econômica e cultural que esses dois países exercem em relação ao mundo globalizado atual em que vivemos.

O inglês ocupa um lugar de destaque no cenário mundial, pois estabelece a comunicação em praticamente todos os campos conhecidos pela humanidade, dentre eles podemos mencionar: a aviação, as publicações, a ciência e tecnologias mundiais, o comércio, as novas tecnologias de informação e comunicação, assim como as políticas internacionais, comunicação empresarial e comunidades acadêmicas. Assim destaca York (1999):

English is the chief language of world publishing, science and technology, conferencing, and computer storage as well as the language of international air traffic control. English is also used for purposes of international communications, and international politics, business communications, and academic communities. English is the chief language of world publishing, science and technology,

Inglês é a principal língua do mundo na área editorial, na ciência e na tecnologia, em conferência e armazenamento de computador, bem como a linguagem de controle do tráfego aéreo internacional. Inglês é também usado para fins de comunicação internacional e política internacional, comunicação empresarial e comunidades acadêmicas. (tradução livre)

Como exemplo dessa predominância, verifica-se na Figura 1 que o inglês lidera em número de usuários na Internet, mesmo considerando a enorme população chinesa.

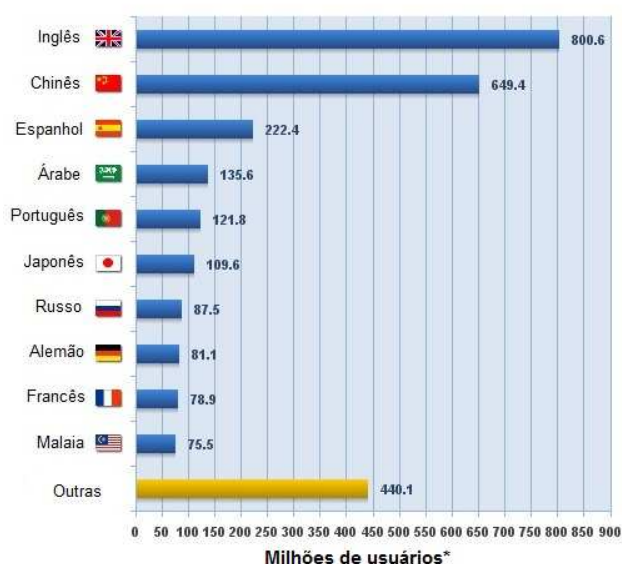


Figura 1 : Dez línguas mais usadas na Internet

Fonte: Internet World Stats Disponível em: <[http:// www.internetworldstats.com/stats7.htm](http://www.internetworldstats.com/stats7.htm)>. Acesso em: 20 mar 2015.

Nota: *Quantidade estimada de usuários da Internet era de 2.802.478.934 em 31 de dezembro de 2013.

Para impor-se como língua global, um idioma tem que ter “um papel especial reconhecido no mundo todo” (GRIGOLETTO, 2000). Esse papel é facilmente identificado nos países que usam o inglês como primeira língua pela maioria da população: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul e vários países caribenhos. Apenas isso não é suficiente para que o inglês seja considerado uma língua global.

Internet por língua; porcentagem da população que usa a Internet; crescimento do número de usuários no período de 2000-2013; porcentagem da população que é usuária e a estimativa em números da população mundial por língua.

Tabela 1: As dez línguas mais usadas na Internet

As dez línguas mais usadas na Internet - 2013 (usuários de Internet por língua)					
As dez línguas mais usadas	Usuários de por língua	Penetração populacional	Crescimento de usuários (2000 - 2013)	Participação total mundial	População mundial por língua
Inglês	800.625.314	58,4 %	468,8 %	28,6 %	1.370.977.116
Chinês	649.375.491	46,6 %	1.910,3 %	23,2 %	1.392.320.407
Espanhol	222.406.379	50,6 %	1.123,3 %	7,9 %	439.320.916
Árabe	135.610.819	36,9 %	5.296,6 %	4,8 %	367.465.766
Português	121.779.703	46,7 %	1.507,4 %	4,3 %	260.874.775
Japonês	109.626.672	86,2 %	132,9 %	3,9 %	127.103.388
Russo	87.476.747	61,4 %	2.721,8 %	3,1 %	142.470.272
Alemão	81.139.942	85,7 %	194,9 %	2,9 %	94.652.582
Francês	78.891.813	20,9 %	557,5 %	2,8 %	377.424.669
Malaia	75.459.025	26,6 %	1.216,9 %	2,7 %	284.105.671
As dez línguas mais usadas	2.362.391.905	48,5 %	696,1 %	84,3 %	4.856.715.562
Outras línguas	440.087.029	19,0 %	585,2 %	15,7 %	2.325.143.057
Total mundial	2.802.478.934	39,0 %	676,3 %	100,0 %	7.181.858.619
Russo	87.476.747	61,4 %	2.721,8 %	3,1 %	142.470.272

Notas: (1): Tabela baseada em dados de 31 de dezembro de 2013; (2): Penetração da Internet é a relação entre a soma de usuários da internet falando uma língua e o total da população estimada que fala aquela língua específica; (3): Internet World Stats usou como fonte: Nielsen Online, International Telecommunications Union, GfK, U.S. Census Bureau.

Fonte: Disponível em: < <http://www.internetworldstats.com/stats7>>. Acesso em: 20 mar 2015.

Conforme dados da Internet World Stats (2013), verifica-se que o Inglês continua a ser a língua mais escolhida pelos usuários de Internet: 800.625.314 usuários, por uma navegação média de 58.4% correspondente, em comparação com uma população estimada de 1.370.977.116 falantes da língua inglesa.

Segundo Hill e Zyl (2002), o número de falantes de uma língua não garante necessariamente poder e prestígio a essa língua. Para isso é necessário que esteja exercendo um papel crescente no mundo dos mercados, na geração de conhecimento e disseminação de informações assim como um veículo para divulgação da cultura, da ciência e da tecnologia, e também esteja presente nas questões comerciais, econômicas e políticas. Só assim então terá poder e prestígio reconhecidos, situação já associada à língua inglesa e ao seu papel no mercado de trabalho.

Para que possamos perceber que a situação da língua inglesa e do multilinguismo está presente ao redor do mundo no ambiente de trabalho, apresenta-se como exemplo a pesquisa feita por Hill e Zyl (2002) sobre o ambiente linguístico na prática da engenharia na África do Sul. Elas relatam ser um mercado que trabalha em nível global, dominado pela língua inglesa e recrutador de mão de obra. A citada pesquisa concluiu que a proficiência na língua inglesa é crucial no ambiente de trabalho onde há política de uso apenas do inglês como língua da comunicação com a gerência, entre os diversos departamentos da empresa e nas comunicações escritas. Vale esclarecer que a escolha desse exemplo se deve ao fato de a África do Sul também ser produtora de petróleo e gás com empresas que atuam em nível global, ou seja, com características que se assemelham ao ambiente desta pesquisa no complexo petrolífero do Norte Fluminense.

A importância do aprendizado da língua inglesa é determinada, entre outros, por fatores históricos, por meio dos quais é estabelecido seu papel hegemônico nos intercâmbios culturais, educacionais, científicos e no mundo do trabalho. Os principais motivos da predominância do ensino da língua inglesa são listados por Totis (1991, p.16, apud TONDELLI, 2005):

- a. o inglês é a língua oficial de mais de quarenta países, seja como primeira e/ou segunda língua;
- b. a língua inglesa é atualmente a mais adotada no mundo como segunda língua;
- c. das publicações científicas do mundo, 67% são em língua inglesa;
- d. o papel de língua estrangeira chefe que o francês ocupou por dois séculos a partir de 1700 foi indubitavelmente assumido pelo inglês;
- e. nenhuma outra língua é mais estudada ou usada como língua estrangeira;
- f. o inglês é a língua que hoje em dia mais se aproxima de uma língua franca, pois, em torno de 700 milhões de pessoas a falam — um aumento de 40% nos últimos vinte anos e um total que representa mais do que 1/7 da população do mundo.

Tomando esse cenário mundial como base, constata-se que no Brasil a língua inglesa é oferecida como disciplina desde o 6º ano do ensino fundamental até a conclusão do ensino médio, totalizando sete anos de estudo dessa língua. Assim identificamos que a sociedade brasileira reconhece o valor educacional formativo na aprendizagem de outra língua na escola, em sua grande maioria da língua inglesa.

Este fato é comprovado quando se verifica que o número de alunos matriculados nas escolas e institutos de idiomas particulares no Brasil é estimado em aproximadamente dois milhões em todo Brasil (CHINA, 2008). Os documentos oficiais, que regularizam o ensino no Brasil, apontam o domínio da língua inglesa como fator essencial na formação do educando para que possa atuar no mercado de trabalho que é um dos principais objetivos do ensino médio, conforme determina a LDB/96. É através do trabalho que o aluno egresso terá a oportunidade de inserir-se na sociedade, vinculando-se à prática social.

Cada vez mais o mercado de trabalho exige profissionais que apresentem um diferencial, que constantemente invistam no seu aperfeiçoamento, sua qualificação e atualização para que sejam capazes de suprir as necessidades do mercado global tão exigente e em constante mudança. Só assim poderão se inserir ou se manter no mundo do trabalho onde as novas tecnologias e a globalização exigem relacionamento com outros países onde a língua comum é o inglês, demandando profissionais que tenham capacitação para desempenhar as mais diversas atividades.

Dentre as habilidades exigidas, podemos ressaltar a competência em língua inglesa que se fortalece como forma de interação com os mais diferentes povos. Com a globalização, as empresas estão espalhadas pelo mundo de forma dinâmica, os profissionais se deslocam de seu país para o país de origem da empresa ou para outro país em que ela esteja operando. Assim, as empresas atuam com equipes variadas em diferentes países e já conseguem perceber que, na verdade, são uma equipe única atuando em diferentes partes do mundo, mas interligadas pela comunicação em Língua Inglesa..

Esses profissionais são pessoas que participam de um processo de comunicação mundial, visto que as empresas e os profissionais envolvidos nesse processo são de nacionalidades diferentes. Cria-se, então, a necessidade de se comunicarem, em sua maioria, por meio de uma língua única, o inglês.

Dominar o inglês é sem dúvida uma forma de tornar o currículo profissional mais eficaz e competitivo aos olhos do mercado de trabalho, já que é um idioma que possibilita o intercâmbio entre pessoas das mais diferentes nacionalidades.

Lima e Urbina (2002, p.3) discutem o impacto dos investimentos em recursos humanos na eficiência das empresas, onde o dinamismo competitivo e crescimento econômico e as habilidades intelectuais representam “um importante requisito para o crescimento econômico, e afetam os progressos em várias atividades socioeconômicas. É improvável que uma firma garanta eficiência competitiva nos dias de hoje sem a existência de uma mão de obra capaz de lidar com o fator conhecimento”.

Destaca-se a língua inglesa como um dos requisitos para o acesso a esse conhecimento, uma vez que o indivíduo expande sua rede de comunicação fazendo parte de uma sociedade global em que o idioma amplia o horizonte de possibilidades. A língua inglesa confere um poder de status por “oferecer oportunidades de se obter um melhor emprego ou uma promoção, indicando ser um meio de ascensão social” (TONDELLI, 2004).

Segundo Truchot (2002), o uso do inglês na indústria é um resultado direto da internacionalização da economia num processo envolvendo capital, produtos e funcionários. O inglês está inserido em cada um desses níveis (TODELLI, 2004). Há preocupação das empresas globais em investir na capacitação, pois precisam contar com colaboradores que apresentem um bom desempenho em nível global e que estejam em desenvolvimento contínuo de suas habilidades (TRUCHOT, 1997).

O papel da língua inglesa no mercado de trabalho se fortalece a cada dia, visto que a qualificação profissional é indispensável neste contexto de globalização contínuo.

A presença de empresas globais no contexto nacional faz com que várias colocações feitas até aqui sejam também relacionadas ao mercado de trabalho do Brasil que reafirmou sua inserção “subordinando-se à internacionalização do capital produtivo industrial” (BACELAR, 2008).

O mundo do trabalho atual está entrelaçado ao cenário mundial e vem se tornando cada vez mais multicultural. Isto influencia diretamente a atuação de empresas que passam por fusões, se tornam grandes multinacionais para operarem além das fronteiras (BHATIA, 1997) e estão presentes em vários territórios ao redor

do mundo. Torna-se pertinente a discussão sobre a globalização e a internacionalização da economia brasileira.

3: INDÚSTRIA PETROLÍFERA DO NORTE FLUMINENSE

3.1: GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Compreende-se que a globalização consiste em um processo de aprofundamento econômico, social, cultural, espacial e político entre todos os países do mundo, incluindo o importante papel da comunicação e dos meios de transporte nesse processo. Podemos afirmar que esse processo não se realizaria sem os avanços tecnológicos. As novas tecnologias possibilitaram a integração entre os povos, pois através do uso das telecomunicações associadas à informática o intercâmbio entre os povos atingiu um ritmo único na história do planeta. Um dos termos utilizados atualmente para caracterizar o mundo totalmente interligado é a aldeia global, significando que o planeta está reduzido a uma aldeia. Isto é, a possibilidade de se intercomunicar diretamente com qualquer pessoa ao redor do mundo nos faz entender como estão profundas as relações e a interdependência entre os seres humanos e os países.

É inegável que “com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, realmente cresceram enormemente as possibilidades concretas de difusão de informações/conhecimento codificado à escala global” (LASTRES, 1999).

Vários são os aspectos relevantes do processo de globalização com suas origens e consequências, tanto do ponto de vista político, quanto econômico e social. Dentre todos os aspectos, destacamos aqui, as importantes mudanças no mundo dos negócios com o surgimento da empresa multinacional.

Segundo Alcoforado (1997), o crescimento dos negócios multinacionais e das finanças multinacionais é uma das mais importantes mudanças estruturais da história econômica moderna. A internacionalização da economia mundial é um dos

principais fatores responsáveis pela formação dos blocos econômicos em várias partes do mundo, que reúnem países que têm como objetivo a integração econômica e/ou social, abrindo caminho à existência de um mercado mundial para as empresas multinacionais.

Quando uma empresa possui uma ampla atuação mundial, ela adquire status de multinacional e enfoque global na sua administração gerando mudanças na sua organização e no planejamento de suas atividades nos diversos países em que atua. Alcoforado (1997) ressalta que nesse estágio, as empresas têm cargos “preenchidos por pessoas de qualquer nacionalidade e exercem as suas atividades sem que se faça uma distinção entre os países onde operam”. Sendo assim, é oportuno mencionar que para a organização das empresas que atuam com colaboradores e clientes de nacionalidades variadas, entende-se que seja exigido um profissional que tenha um perfil global e que seja capaz de se comunicar internacionalmente guiado pelo conhecimento e pela informação.

A globalização exigiu “por parte das empresas cada vez mais novas qualificações e especializações no ambiente de trabalho, para que as mesmas possam acompanhar esse crescente progresso tecnológico” (TONDELLI, 2004). Para conquistar seu espaço nesse mercado, a empresa precisa de profissionais qualificados que atendam às exigências de um mundo altamente conectado, passando a buscar novas formas de aumentar sua eficiência para atender melhor aos seus clientes.

Como já mencionado anteriormente, o domínio da Língua Inglesa está entre as habilidades importantes a serem desenvolvidas na formação profissional, visto que é o principal idioma usado como forma de comunicação e troca de informações entre as empresas multinacionais e seus colaboradores. Ao buscar o crescimento, é necessário que a empresa se ajuste ao novo cenário mundial, ou seja, à economia globalizada. Esse fenômeno transformou o mundo atual em um lugar único, onde as fronteiras linguísticas também precisam ser ultrapassadas, tanto quanto as regionais.

Hoje, os países mantêm acordos internacionais e bilaterais, pois perceberam que precisam uns dos outros para sobreviver economicamente. Apesar de todo enfoque positivo dado à globalização por ser um fenômeno que integra sociedade, cultura, política e economia, envolvendo países pobres e ricos, pequenos e grandes, não podemos deixar de mencionar a existência de efeitos negativos, pois da mesma

forma que unifica uns, pode excluir aqueles que não se adaptam ao novo cenário mundial. Conforme ressalta Rattner (1995, p.69-70):

Admitindo-se a irreversibilidade da globalização, com seus efeitos e impactos positivos e negativos em nível das comunidades e nações, simultaneamente integradores e desestruturadores, permanece a tarefa formidável de como conduzir e orientar esse processo sem cometer falácias e confundir as consequências da acumulação centralizadora de capital (crise social, desemprego, erosão e aniquilação de culturas e valores tradicionais) com as oportunidades efetivas de integração, aproximação e cooperação em nível mundial, proporcionadas pela globalização. (p.69-70).

Saber conduzir e orientar esse processo de internacionalização é um desafio para a atuação das empresas no mercado internacional, para que, desta forma surjam oportunidades efetivas de integração em nível mundial. Exportar produtos e serviços é apenas um dos passos para a internacionalização que significa mudança de estado e implica em mudanças dinâmicas em uma empresa (BUCKLEY e GHOURI, 1999). O processo de internacionalização de uma empresa inclui toda e qualquer iniciativa de atuação no âmbito internacional motivada pela globalização de economias e mercados, podendo ser tanto pela exportação quanto pela importação de produtos e serviços.

As empresas brasileiras e estrangeiras que atuam no complexo petrolífero da região Norte Fluminense estão incluídas neste contexto e em sua maioria atendem a indústria de petróleo e gás em inúmeros países. São empresas que desenvolvem alta tecnologia, projetam, fabricam e oferecem assistência técnica no fornecimento de equipamentos e sistemas para a atividade petrolífera. Há uma complexa rede de unidades industriais que se articulam e atuam mundialmente.

Quando menciona a indústria do petróleo como um caso especial, Piquet (2007) afirma que “as áreas produtoras funcionam como um campo de fluxos, onde se articulam sofisticadas redes de unidades industriais, portos, dutos, aeroportos, bens, homens e informações” (PIQUET, 2007 p. 23). O volume de investimentos feito pela indústria de exploração e produção de petróleo ao longo dos anos gerou um impacto significativo na economia brasileira, em sua grande maioria feita pela Petrobras, trouxe dezenas de outras empresas ao nosso país. É evidente que todo esse investimento gera inúmeras oportunidades de negócios em diversos setores da cadeia produtiva e da indústria de bens e serviços que passaram a ser produzidos e

fornecidos localmente pelas empresas instaladas no país, reduzindo-se a dependência externa (RAPPEL, 2007). Atender esse mercado constitui “um desafio relativamente complexo para a indústria nacional” devido a fatores como a competitividade internacional e a contínua evolução tecnológica do setor (RAPPEL, 2007 p. 114).

Como as empresas fornecedoras de bens e serviços para a indústria de petróleo estão sujeitas a variação cíclica de demanda, precisam buscar alternativas de mercado para garantir sua permanência no setor. A instabilidade do mercado afeta o planejamento e representa uma ameaça séria à sobrevivência das empresas do setor (RAPPEL, 2007). O mercado externo foi apontado por Rappel como “a saída estratégica”. Ele menciona a existência de novos desafios para garantir a competitividade internacional aos fornecedores locais da indústria de petróleo, pois é considerada uma das áreas mais competitivas do mundo com multinacionais de grande porte e altamente especializadas. Fatores como produtividade e qualidade, inovação tecnológica contínua, custo e prazo, são imprescindíveis para garantir a sobrevivência das empresas fornecedoras no mercado global.

Não há dúvidas de que o parque brasileiro fabricante de materiais e equipamentos e prestador de serviços está, em boa parte, capacitado em vários elos da cadeia de suprimento para atender essas demandas. [...] Para chegar a esse padrão de competitividade, as firmas mais atuantes passaram por processos de reestruturação, modernização e ampliação, enquanto novas empresas foram implantadas, muitas como frutos de *joint-ventures*, fusões ou incorporações com companhias estrangeiras e líderes mundiais em importantes segmentos da cadeia produtiva de petróleo (RAPPEL, 2007, p.132).

Sem a intenção de simplificar o processo de consolidação da indústria brasileira no mercado internacional como fornecedora de bens e serviços para o setor de petróleo, visto que muitas são as estratégias necessárias para se alcançar a sustentabilidade do mercado. Podemos exemplificar alguns fatores ainda necessários: melhoria das regras do comércio externo, apoio do governo nas questões tributárias e financeiras, atualização quanto às demandas e conhecimento sobre a concorrência, concentração de poder nas mãos de poucas e grandes empresas com seus formatos de práticas comerciais predefinidos (RAPPEL, 2007)

Não somente nesse cenário internacionalizado da indústria de petróleo, mas também no mercado globalizado como um todo não há espaço para a falta de profissionalismo, fazendo-se necessário a adaptação às práticas comerciais e às especificidades de cada setor para que possam participar ativamente do comércio externo. Segundo Rappel (2007), aqui se encontra uma oportunidade única para a indústria brasileira se consolidar como supridora internacional de bens e serviços para o setor de petróleo, podendo alcançar a “tão desejável sustentabilidade do mercado”.

É pertinente para esse trabalho, destacar que as atividades exploratórias na Bacia de Campos, como principal produtora de petróleo e gás do Brasil, desempenham um papel central “no crescimento e consolidação de um mercado petrolífero de porte” no nosso país (DIAS, 2013). Seguindo então para alguns desdobramentos da presença dessa indústria como principal economia e principal geradora de empregos do interior do estado do Rio de Janeiro.

3.2: INDÚSTRIA PETROLÍFERA DO NORTE FLUMINENSE

A matriz energética mundial depende fortemente do consumo de combustíveis fósseis de energia, como o petróleo, o gás natural e o carvão que representam aproximadamente 80% da energia consumida no mundo. Comparativamente, o Brasil utiliza em torno de 55% de combustíveis fósseis, pois dispõe de uma matriz energética considerada mais limpa. Isso se deve à presença de fontes energéticas diversas e abundantes tais como a energia hidráulica, a biomassa e etanol (PINTO JUNIOR, 2007).

No entanto, o petróleo continua na liderança da matriz energética do Brasil e do mundo e é usado como forma de garantir suprimento de energia necessário ao desenvolvimento econômico de regiões e países, envolvendo também sua importância na manutenção do bem-estar da sociedade (PIQUET, 2011). Nas últimas quatro décadas, o petróleo transformou a economia, a sociedade e o espaço dos países produtores do mundo em desenvolvimento de forma profunda, pois, estrategicamente, significa fornecimento de divisas, energia e matérias-primas impactando nas mais variadas dimensões da economia (MONIÉ, 2011).

A atividade petrolífera no Brasil é estratégica para a economia e a política nacionais. O crescimento e desenvolvimento dessa indústria no nosso país estão fortemente ancorados na presença ativa do Estado que regula as regras básicas da economia. Em 1953, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) foi criada sob o controle do Estado, como órgão executor do monopólio da União, tendo como função implementar e executar as atividades do setor, com a missão de tornar o país autossuficiente em petróleo, servindo como pilar no processo de industrialização nacional.

No início de suas atividades, a Petrobras dependia, quase exclusivamente, da importação de materiais, equipamentos, serviços e recursos humanos especializados. Consciente da necessidade de busca da capacitação nacional, segundo Rappel (2003), a Petrobras enviava parte do seu pessoal para centros acadêmicos fora do Brasil, e estabelecia, ao mesmo tempo, um programa de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos dentro do país em parceria com universidades e escolas técnicas. Assim, inicia um plano de “nacionalização”, tanto do seu corpo técnico, como do seu suprimento de bens e serviços.

Para que possa progressivamente compor seus quadros técnicos com mão de obra brasileira e também desenvolver e implementar um parque industrial voltado para o setor, a Petrobras “investe na capacitação empresarial de serviços especializados, na formação de pessoal e no desenvolvimento tecnológico” (PIQUET, 2011, p. 18)

Observou-se um esforço contínuo na busca de soluções para os novos desafios tecnológicos através de investimentos em “transferência, absorção, adaptação e desenvolvimento de tecnologias de processo e de produto”, em cooperação com universidades e empresas, ou diretamente por meio do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) da Petrobras em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (SANTOS, 2012).

Forma-se então uma extensa rede de fornecedores de bens e serviços, constituída de fabricantes de materiais e equipamentos, companhias de construção civil e montagem industrial, estaleiros, firmas de projetos de engenharia, de logística e de infraestrutura, assim como a empresa cria seu próprio centro de pesquisa, capaz de adaptar e desenvolver tecnologias de processo e de produto (PIQUET, 2011, p.18).

O CENPES é um dos complexos de pesquisa aplicada mais importantes do mundo, instalado no Parque Tecnológico do *campus* da UFRJ na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro (RJ), com uma área total de 300 mil m². Além de laboratórios avançados, tem salas de simulações e imersão em processo da indústria de energia. O Parque Tecnológico iniciou suas atividades em 2003. Atualmente, no local, estão instalados centros de pesquisa de 12 grandes empresas, 7 laboratórios e centros de pesquisa, 7 pequenas e médias empresas, além de 26 startups (GE, 2015b). As principais metas do CENPES sempre foram ampliar a competitividade da Petrobras no mercado internacional e reduzir custos operacionais. O centro ganhou importância indispensável nas descobertas e nos avanços na tecnologia de exploração de petróleo e mantém parceria com outras universidades e centros de pesquisa científica, atraindo também equipes de pesquisa de outras empresas para o local.

Desta forma, a Petrobras busca aumentar nossas reservas e desenvolver a produção para garantir o atendimento à crescente demanda de energia, garantindo também possibilidades para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em 1997, o governo quebrou o monopólio da Petrobras abrindo a possibilidade de empresas privadas nacionais ou estrangeiras explorarem as reservas brasileiras.

Essa abertura e as demais reformas orientadas para o mercado, segundo Piquet (2011) foram fundamentais para adequar o país aos novos tempos de globalização e interdependência econômica. Piquet (2011) ressalta a importância da criação, em 1998, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que, como órgão regulador do setor e responsável pela delimitação dos blocos exploratórios e pela regulação dos contratos de concessão, passou a exigir que as concessionárias dessem igualdade de tratamento aos fornecedores locais, em todos os projetos no Brasil.

Os efeitos da abertura do setor ao investimento privado logo apareceram, principalmente na expansão da produção de petróleo e gás natural no país. O próprio crescimento da estatal brasileira trouxe ampliação dos valores em jogo no mercado de contratações de fornecedores. “Após a instituição da livre concorrência no setor, em lugar de uma única companhia estatal, o país passou a sediar mais de

50 empresas privadas voltadas à exploração e produção de petróleo e gás” (RAPPEL, 2011, p. 49).

Uma das respostas ao acirramento da competição foi a criação da Organização Nacional da Indústria de Petróleo (ONIP), em 1999, com o intuito de incentivar a articulação entre empresas petrolíferas fornecedoras de bens e serviços nacionais, agentes financeiros e órgãos governamentais, promovendo o debate político e maximizando as oportunidades de ingresso do parque nacional de fornecedores de bens e serviços nos contratos das concessionárias (DIAS, 2013).

Em 2003, a ANP modificou as regras dos contratos de concessão, adicionando a obrigatoriedade da adoção de conteúdo local nas encomendas de produtos e serviços, garantindo no mínimo 30% dos contratos no mercado nacional. Outra iniciativa do governo federal, neste mesmo período, foi a criação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), que estrutura suas ações a partir das reais necessidades de bens e serviços, associadas aos investimentos do setor de petróleo e gás natural nas regiões do país onde os mesmos irão ocorrer.

Essa exigência de Conteúdo Local mínimo nos contratos de concessão dos blocos exploratórios da ANP gerou obrigação contratual da concessionária a apresentar Certificação de Conteúdo Local que é fornecida pelas entidades certificadoras que por sua vez utilizam como metodologia a Cartilha de Conteúdo Local do Prominp garantindo assim uma forma única de medição (BRASIL, 2015).

A qualificação técnica de pessoal para a indústria de petróleo e gás natural sempre foi um dos focos do Prominp. Merece destaque a estruturação do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), com o objetivo de qualificar, gratuitamente, os profissionais para atuação nos diferentes elos da cadeia de suprimento do setor. Segundo o próprio Prominp, de 2006 a 2015 foram qualificados aproximadamente 99 mil profissionais, com investimentos realizados de aproximadamente R\$ 304 milhões.

Ao acessar o portal do Prominp, é possível visualizar seu principal objetivo: “maximizar a participação da indústria nacional fornecedora de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de investimentos do setor de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior”, a fim de traduzir os investimentos do setor em geração de emprego e renda no país.

Hoje, a Petrobras, maior empresa nacional e sétima maior empresa de energia do mundo, presente em outros 17 países, possui atualmente as maiores reservas de petróleo em águas profundas e ultraprofundas e é reconhecida mundialmente por sua tecnologia de exploração de petróleo em águas cada vez mais profundas (PETROBRAS, 2015a). A empresa atua no segmento de exploração, desenvolvimento e produção conhecido como *upstream*, onde se concentram a maior parte dos investimentos. Os custos da fase de exploração são altos, principalmente no Brasil, onde essa etapa se concentra predominantemente no mar, exigindo tecnologia de ponta, equipamentos sofisticados e serviços especializados. A empresa atua também nas fases de transporte, refino e distribuição, segmento denominado como *downstream* (PIQUET, 2007).

A descoberta dos campos *offshore* no chamado pré-sal é responsável por um aumento significativo nas reservas brasileiras de petróleo e gás natural, jazida situada sob uma espessa camada de sal, até 5.000 metros abaixo do leito do mar, distante 180 quilômetros da costa, em águas ultraprofundas. Quando relata sobre a exploração do pré-sal e os impactos sobre a indústria brasileira de petróleo, Rappel (2011, p.49) afirma que “dos dez maiores campos em águas profundas encontradas na última década, no mundo, sete estão localizados em águas brasileiras. Somente a Petrobras é hoje responsável por 22% da produção mundial de petróleo em águas profundas”.

A própria Petrobras anuncia que, em 2013, sete anos após a primeira descoberta de petróleo na camada pré-sal, chegaram à marca de 300 mil barris de petróleo por dia. Isso ocorreu num intervalo de tempo inferior ao que foi necessário para se chegar ao mesmo patamar em outras importantes áreas de produção marítima no mundo (PETROBRAS, 2015b).

Extrair petróleo na camada pré-sal é uma atividade que exige excelência em todas as áreas. O nosso país enfrenta um grande desafio na tecnologia e na falta de mão de obra especializada e intenciona-se que os índices de nacionalização não ameacem o desenvolvimento do setor, visto a fraqueza tecnológica dos fornecedores nacionais. Esse enorme desafio produtivo e tecnológico de desenvolvimento de novos sistemas de produção nos campos do pré-sal gerou uma mudança na relação entre a Petrobras e seus fornecedores de bens e serviços. Para a Petrobras, o que era antes apenas contratação externa de desenvolvimento tecnológico, agora se transformou em oportunidade de “co-desenvolvimento local

das tecnologias do pré-sal”, inaugurando “um novo padrão de interação entre a Petrobras e seus grandes fornecedores estrangeiros” (FURTADO, 2013, p. 92).

Algumas empresas multinacionais aceitaram o desafio lançado pela Petrobrás de instalar seus laboratórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para gerar tecnologias do pré-sal no Brasil. O exemplo mais significativo “dessa mudança de contexto da inovação” é o Parque Tecnológico da UFRJ na Ilha do Fundão-RJ, onde está localizado o Cenpes e onde vários fornecedores, na última década, instalaram seus Centros de P&D: Schlumberger, FMC Technologies, Baker Hughes, Halliburton, General Electric (GE), Siemens, BG Group, Tenaris Confab, entre outras (FURTADO, 2013). No *site* de uma das empresas, líder na produção e no fornecimento de tubos de aço com costura e conexões *premium* para o setor de energia, podemos entender a motivação para se instalar no Parque Tecnológico da UFRJ. O investimento foi motivado pela oportunidade estratégica de participar do desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil com o objetivo de oferecer recursos de excelência, alta tecnologia e inovação às operações do setor energético brasileiro e mundial (TENARIS, 2015). A empresa possui uma unidade produtiva no estado de São Paulo e uma Base de Serviços em um município bem próximo à base de operações da Bacia de Campos.

A GE, outra das empresas instaladas na Ilha do Fundão, está investindo R\$500 milhões em pesquisa e tecnologia com seu novo Centro de Pesquisas Global, o quinto da empresa no mundo (GE, 2015a). Ocupando um dos andares deste Centro, a *Crotonville Rio* é uma extensão da universidade corporativa da GE e servirá como base de treinamento para toda a região Sudeste (GE, 2015b). O centro de treinamento tem a missão de inspirar, conectar e desenvolver líderes, permitindo que os melhores executivos da GE transmitam conhecimento para o maior número possível de pessoas (GE, 2015c). Parte das atividades do Centro de Pesquisas Global da GE será focada em petróleo e gás, um Centro de Excelência em *Subsea* para pesquisar e desenvolver alta tecnologia para a exploração da camada pré-sal (GE, 2015d).

As empresas foram citadas anteriormente, de forma aleatória, apenas como exemplo da importância do Parque Tecnológico da UFRJ. Todas as empresas lá instaladas têm projetos de imensa importância, pois são representantes de ponta da indústria do petróleo, energia, além de meio ambiente e tecnologia da informação.

Desta forma, promovem a integração da universidade e o desenvolvimento do sistema produtivo do nosso país.

É oportuno destacar a cláusula de investimentos em P&D da Lei do Petróleo, regulamentada pela Resolução ANP nº 33/2005, que determina que os concessionários realizem investimentos em pesquisa e desenvolvimento em valor equivalente a 1% da receita bruta gerada pelos campos de grande rentabilidade ou com grande volume de produção, e que, pelo menos 50% desse valor devem ser despesas realizadas na contratação de projetos/programas em universidades e/ou institutos de P&D localizados no país e credenciados pela ANP para este fim. Os outros 50% podem ser usados em instalações da própria concessionária, nas instalações de suas afiliadas no Brasil, ou na contratação dessas despesas junto a empresas nacionais (ANP, 2015). Segundo tabela apresentada por Furtado (2013), o montante de recursos arrecadados com essa cláusula é significativo, superando 1 bilhão de reais, em 2011.

Apesar dos esforços do governo brasileiro para “promover a geração de ciência e tecnologia na indústria do petróleo”, principalmente através do fomento à P&D, a fraqueza tecnológica dos fornecedores nacionais é uma limitação para que o país consiga superar sua situação de dependência e se torne exportador de equipamentos e tecnologia (FURTADO, 2013). Ele acrescenta que “são poucos os fornecedores que estão se habilitando a realizar o salto tecnológico aberto pelo pré-sal, a maior parte desses esforços concentra-se entre os fornecedores estrangeiros” (FURTADO, 2013, p. 98).

Sem a intenção de simplificar o potencial de oportunidades e a real capacidade industrial instalada no país, faz-se necessário que as empresas brasileiras aproveitem as “oportunidades de evolução e capacitação tecnológica que os desafios da exploração do pré-sal proporcionarão ao mercado nacional” (RAPPEL, 2011, p.58).

O país vive um momento histórico com a exploração econômica do pré-sal, certamente um dos maiores projetos de desenvolvimento nacional face aos impactos que provocará no aumento da geração de riqueza, criação de empregos, inovação tecnológica, arrecadação de impostos e balança comercial (RAPPEL, 2011, p.77).

Conforme informação contida no *site* da Agência Internacional de Energia (IEA), as grandes descobertas de petróleo e gás *offshore* confirmaram o status do Brasil como uma das mais importantes regiões de petróleo e gás natural do mundo.

Para se chegar a esse status, ressaltamos o papel central desempenhado pela Bacia de Campos no crescimento e consolidação de um mercado petrolífero de porte no Brasil, sendo considerada a maior reserva petrolífera da Plataforma Continental Brasileira. Ilustrada na figura 3, a Bacia de Campos tem cerca de 100 mil quilômetros quadrados e se estende do sul do Estado do Espírito Santo até Cabo Frio, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, estão em operação mais de 400 poços de óleo e gás natural, mais de 40 plataformas de produção e 4.200 quilômetros de dutos submarinos (PETROBRAS, 2015c).



Figura 2: Bacia de Campos

Fonte: Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br>>. Acesso em: 20 mar 2015.

Devido aos investimentos feitos nas últimas décadas na prospecção e exploração, a Bacia de Campos é atualmente responsável por cerca de 80% da produção nacional de petróleo. “O domínio maior sobre as técnicas de exploração *offshore* permitiu à Petrobras desenvolver suas atividades de forma mais expressiva na plataforma continental do norte fluminense” (MONIÉ, 2003, p. 261). A Bacia de Campos destaca-se por abrigar aproximadamente 80% das reservas totais de

petróleo no Brasil, onde a Petrobras montou um dos maiores complexos petrolíferos marítimos do mundo.

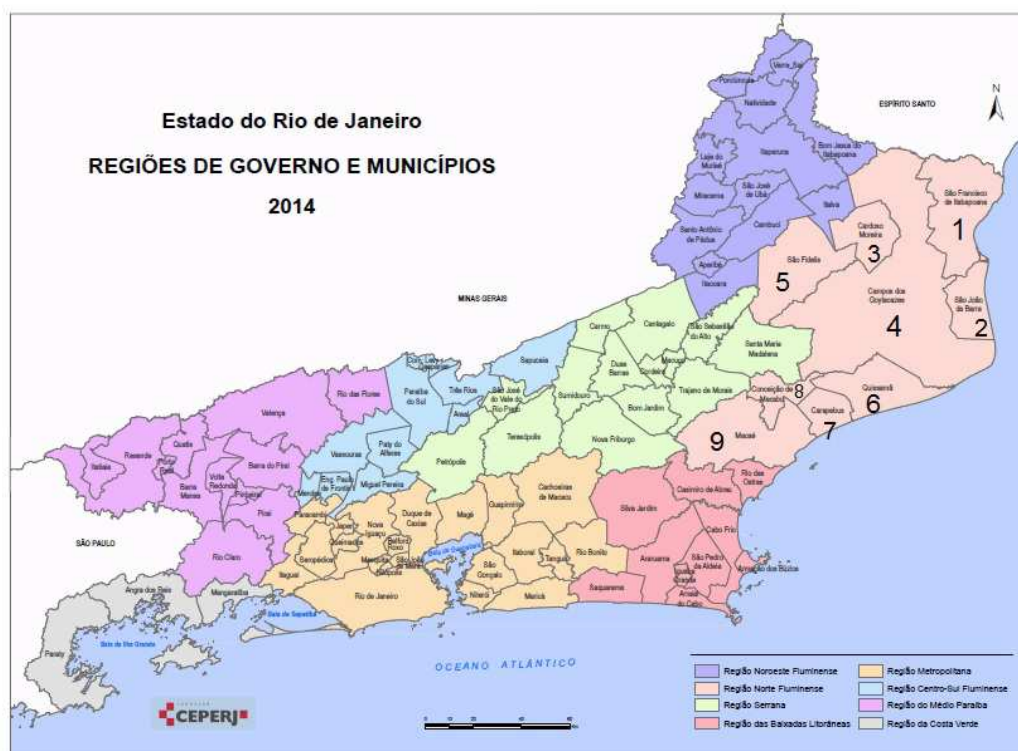
Na Bacia de Campos, a Petrobras testou as principais tecnologias *offshore* que desenvolveu ao longo de sua história, podendo ser chamada de “laboratório a céu aberto”. Foram tecnologias pioneiras que nunca haviam sido testadas anteriormente no mundo (REDEPETRO, 2015). Essa trajetória de sucesso transformou a Bacia de Campos em uma gigantesca indústria onde são utilizadas e aperfeiçoadas as tecnologias de produção de petróleo em águas profundas, que conduziram o Brasil à liderança mundial nessa área e servem de referência às maiores empresas internacionais do setor.

Cabe acrescentar o papel das atividades locais, ou seja, prestadoras de serviços superiores e das instituições de ensino e P&D que, segundo Monié (2003, p. 272), fornecem “recursos humanos qualificados, suporte tecnológico, informação e conhecimento”.

A economia brasileira deverá continuar sendo impactada pelos investimentos a serem realizados pela indústria de petróleo e gás, conforme alguns dados informados pelo próprio *site* da Petrobras. O Conselho de Administração da Petrobras aprovou, no dia 26 de junho de 2015, o Plano de Negócios e Gestão 2015-2019. Apesar dos investimentos totais previsto serem 37% menores quando comparado ao plano anterior, a previsão é de US\$ 130,3 bilhões para esse período. Os investimentos priorizam projetos de Exploração e Produção (E&P) de petróleo no Brasil, com ênfase no pré-sal (PETROBRAS, 2015d).

Identifica-se na Figura 4, as regiões e os municípios do estado do Rio de Janeiro, a região Norte Fluminense (NF), onde a maior parte da Bacia de Campos está inserida, que possui nove municípios: Macaé, Carapebeus, Conceição de Macabu, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Fidélis, Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana (CEPERJ, 2015). São inquestionáveis os impactos causados na região NF pela presença da indústria petrolífera, tais como investimentos em capital fixo, crescimento do emprego, da renda e da população (CRUZ, 2012, p. 42).

O volume de recursos adicionado aos orçamentos municipais, principalmente pela transferência das rendas petrolíferas, leia-se, *royalties*¹¹ e participações especiais “gerou uma expectativa de melhoria das condições de urbanização, da rede de infraestrutura de serviços coletivos, e de oportunidades de emprego e renda” (CRUZ, 2012).



- 1 – São Francisco de Itabapoana
- 2 – São João da Barra
- 3 – Cardoso Moreira
- 4 – Campos dos Goytacazes
- 5 – São Fidélis
- 6 – Quissamã
- 7 – Carapebus
- 8 – Conceição de Macabu
- 9 – Macaé

Figura 3: Mapa das regiões do Estado do Rio de Janeiro e seus municípios

Fonte: Adaptado do CEPERJ, (2015). Disponível em:

<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf>. Acesso em: 14 mar 2015.

Nota: Legenda elaborada pela autora.

¹¹ Os royalties do petróleo são uma compensação financeira devida ao Estado pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural. É uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos que são escassos e não renováveis (ANP).

Neste cenário regional podemos destacar as cidades de Campos dos Goytacazes e de Macaé. A cidade de Macaé, por ter a totalidade das instalações terrestres da indústria petrolífera regional como base operacional do Complexo de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, se tornou, juntamente com Campos dos Goytacazes, o principal município empregador do NF (DIAS, 2013). Macaé apresenta atualmente a maior concentração de empresas do setor no país que atuam direta e indiretamente na indústria petrolífera a serviço da Petrobras. Essa posição privilegiada ocupada por Macaé num cenário global muito exigente quanto à velocidade e à flexibilidade, levou o município a dispor, hoje, segundo Monié (2003),

das infraestruturas e serviços logísticos que lhe permitem articular as atividades de produção marítima e terrestre e conectar o município com os centros de decisão nacionais e internacionais da economia petrolífera, assim como com os mercados de consumo, em diversas escalas geográficas (p.277).

Mesmo não abrigando empresas que atuam diretamente na indústria petrolífera e apresentando um quadro de baixa produtividade das atividades tradicionais e a decadência das bases da economia regional, Campos dos Goytacazes dispõe, segundo Monié (2003), de alguns trunfos. Podemos ressaltar que “continua a ser, de longe, o maior centro urbano regional e preserva sua tradicional função de lugar central que polariza uma ampla hinterlândia que se estende ao norte e ao noroeste fluminenses, ao sul do Espírito Santo e a parte de Minas Gerais” (MONIÉ, 2003, p.280).

Em relação às instituições de ensino, Campos dos Goytacazes se destaca por ser um importante polo de formação e qualificação da força de mão de obra para o Complexo de E&P de petróleo no NF através de unidades de ensino técnico e superior instaladas na cidade. É oportuno observar que tem sido estratégica a presença desta rede de instituições de ensino e pesquisa constituída: por Unidades do Sistema S, entre elas o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); pela rede de formação técnica estadual, Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC); pela Universidade Federal Fluminense (UFF); pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF); pela Universidade Estadual do

Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e por várias unidades privadas de ensino técnico e superior (CRUZ, 2012).

Monié (2003) considera que para a região NF essa rede de ensino e pesquisa e desenvolvimento de qualidade “representa uma oportunidade única para a região fomentar uma dinâmica de aprendizagem coletiva, formando o capital humano e social indispensável para definir os rumos de sua própria história”. Desta forma, fica o desafio para que as lideranças locais sejam capazes de guiar os fartos e finitos recursos vindos dos *royalties* e das participações especiais em oportunidades reais para o “desenvolvimento local baseado na diferenciação dos processos produtivos regionais” (PIQUET, 2007. p. 283).

Considerando as instituições de ensino locais como responsáveis pela formação dos jovens para que possam aproveitar as oportunidades de emprego no mercado de trabalho da indústria petrolífera, é importante a implementação de políticas públicas que possam garantir a formação e qualificação dessa mão de obra. Assim, para que atendam a demanda local e as exigências do mundo globalizado, onde o domínio da língua inglesa se tornou relevante, destaca-se a importância de se buscar uma aproximação entre a escola e o mercado de trabalho. Esta seria uma forma da população local não perder oportunidade de emprego causada pela falta de escolaridade, pois se acredita que o domínio das tecnologias e o conhecimento da língua inglesa sejam parte fundamental no currículo de quem ingressa no competitivo mercado de petróleo e gás natural.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa investiga se o conhecimento em língua inglesa tem influência na inserção de profissionais no mercado de trabalho no complexo petrolífero da Região Norte Fluminense. Ressalta-se o papel das instituições de ensino da região como formadora dessa mão de obra, tanto em nível médio como superior, destacando o IF Fluminense por ser ambiente de atuação profissional desta pesquisadora como professora de língua inglesa.

Tal fato corrobora para que a pesquisa seja classificada como aplicada, pois tem interesse na aplicação e utilização dos conhecimentos de forma prática (GIL, 2008), uma vez que se pretende conhecer a realidade da valorização do domínio da língua inglesa na contratação desses profissionais para atuarem nas empresas do complexo petrolífero. O resultado dessa pesquisa poderá influenciar na definição de ações, de projetos e programas de capacitação na instituição de ensino, promovendo uma interface entre o trabalho e a escola. Certamente poderá contribuir também para a reflexão sobre possíveis mudanças na prática educativa.

A metodologia se baseia na pesquisa qualitativa, pois o ambiente natural é a fonte direta de dados (LÜDKE e ANDRÉ, 1986), entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental foram utilizadas como formas de coleta de dados.

Inicialmente foram selecionados três grupos para serem pesquisados: as empresas fornecedoras de bens e serviços da indústria petrolífera, os centros de línguas das instituições públicas de ensino e trabalhadores da indústria de petróleo da região NF.

No decorrer da pesquisa, um quarto grupo foi inserido na pesquisa: os cursos de idiomas. A justificativa para sua inclusão foi por ter percebido que haveria uma lacuna, uma vez identificado que a responsabilidade sobre o papel formador das aulas de línguas estrangeira tem sido retirado da escola regular e atribuído às escolas de idiomas.

Os participantes do primeiro grupo foram selecionados entre as empresas fornecedoras de bens e serviços ligadas à exploração e produção de petróleo e que possuem base operacional no aglomerado petrolífero em Macaé, que atende à

Bacia de Campos, pois são empresas que absorvem mão de obra local, ponto de interesse desta pesquisa.

As primeiras empresas entrevistadas foram contactadas durante a Feira Mostre-se 2014, parte integrante da Mostra Tecnológica para Estágio e Emprego de Campos dos Goytacazes, que ocorre anualmente no IF Fluminense, trazendo empresas interessadas no recrutamento de pessoal e no estreitamento das relações entre a escola e o mundo do trabalho. Foram entrevistados nesta etapa: analistas de recursos humanos, coordenadores de programa de *trainee* e analistas de recrutamento. A segunda rodada de entrevistas ocorreu na Brasil *Offshore* 2015, Feira e Conferência Internacional da Indústria de Petróleo e Gás, realizada a cada dois anos em Macaé, que é considerada a terceira maior feira da indústria *offshore* do mundo. Foi usada como filtro na escolha para participação das entrevistas, empresa que possuísse base operacional na região NF. As entrevistas foram concedidas por gerentes operacionais e analistas de recursos humanos. Das 20 empresas²² entrevistadas, 17 são multinacionais e 4 são nacionais.

Quanto aos centros de línguas, participaram da pesquisa coordenadores dos centros de línguas pertencentes à rede pública de ensino da cidade de Campos dos Goytacazes.

No âmbito federal, a coordenação do Centro de Línguas do IF Fluminense; no âmbito estadual, a coordenação do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas do Liceu de Humanidade de Campos e a coordenação do Núcleo de Ensino de Línguas de uma das escolas técnicas da rede FAETEC; no âmbito municipal, a coordenação do Centro de Línguas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

No grupo dos trabalhadores da indústria de petróleo, foram selecionados dois de formação técnica nível médio e dois de formação superior, todos trabalhando em Macaé em grandes empresas que prestam serviços para a Petrobrás. Nesse grupo, é a diversidade que enriquece a pesquisa e não a quantidade. Um dos técnicos tem formação em Eletrônica e é morador de Macaé, o outro técnico é formado em Mecânica pelo IF Fluminense e morador de Campos. As outras duas pessoas entrevistadas são engenheiras originalmente de Campos, mas atualmente morando

²² Empresas entrevistadas listada em ordem alfabética: AFGlobal, Dunlop Oil & Marine, FMC Technologies, Fototerra, Halliburton, Lapatech, Locon, Man Diesel, National Oil Varco, Oceaneering, Odebrecht Óleo e Gás, Oil States, Onesubsea, Petrus Oil & Gas, Schlumberger, Sparrows BSM, Sulzer, Technip, Trelleborg, e Weatherford,

na região de Macaé. Uma formada pela UENF e a outra formada por uma universidade particular da cidade do Rio de Janeiro.

Também participaram das entrevistas, duas franquias de idiomas que possuem, cada uma, três unidades na cidade e foram escolhidos por terem uma estruturação nacional no seu formato de atuação no mercado de idiomas, uma delas com mais de mil alunos matriculados. Entende-se que como esses cursos atuam no setor de forma padrão e concorrente apresentam uma amostra do perfil geral de todo o setor no que interessa a essa pesquisa. Foram entrevistados os coordenadores dos dois cursos de idiomas.

A pesquisa não se fundamentou no aspecto quantitativo dos participantes, mas no qualitativo. Desta forma, a número de pessoas envolvidas na pesquisa não é tão importante, pois a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa está relacionada à compreensão do significado e a descrição dos fenômenos estudados em seus contextos e “não à sua expressividade numérica” (GOLDENBERG, 2009, p.50).

Por meio de entrevistas semiestruturadas que permitem maior flexibilidade para o entrevistado e o entrevistador, esses dados coletados tendem a serem analisados através de um processo indutivo, pois são mais interpretativos e menos mensuráveis. No protocolo de entrevistas (APÊNDICES A, B e C), as perguntas são abertas proporcionando um amplo campo de interrogativas e garantindo maior flexibilidade durante a abordagem, em que novas hipóteses surgem à medida que se recebe informações do entrevistado sobre a realidade questionada (GOLDENBERG, 2009).

A entrevista trata de dados específicos relacionados aos grupos que atenderam aos critérios de seleção estabelecidos pela pesquisa, buscando informações de acordo com os objetivos deste trabalho. Foram envolvidas as seguintes questões: o nível de inglês exigido nos processos seletivos e no dia a dia das empresas fornecedoras de bens e serviços para a indústria de petróleo; a importância do inglês no acesso ao mercado de trabalho e na trajetória profissional; as habilidades de inglês valorizadas no mercado; o perfil geral do profissional; a relação entre o mercado de trabalho e a sala de aula; as ofertas de cursos e as opções de capacitação no idioma.

Outra fonte de dados utilizada foi a documental. As informações obtidas complementam as entrevistas e trazem informações pertinentes para questões

mencionadas pelos grupos entrevistados. Como por exemplo: dados referentes às empresas; as provas de inglês de processos seletivos das empresas fornecedoras e da Petrobrás; ofertas de emprego para o setor petrolífero; *folders* informativos das empresas e dos cursos de idiomas; os projetos de implantação dos centros de línguas; os programas de capacitação da rede federal; entre outros.

Do total de 30 entrevistas, foram feitas 20 com recrutadores e analistas de recursos humanos das empresas fornecedoras de bens e serviços, 4 com trabalhadores da indústria petrolífera, 4 com coordenadores de centros de línguas da rede pública e 2 com coordenadores de cursos de idiomas.

No capítulo anterior foram feitas considerações sobre o complexo petrolífero da Bacia de Campos e sua presença no NF que caracterizam as empresas prestadoras de bens e serviços e seus trabalhadores, grupos integrantes da amostra dessa pesquisa. As demais caracterizações da amostra serão feitas na próxima subseção deste capítulo.

4.2: AÇÕES DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES NO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO NORTE FLUMINENSE

No decorrer do capítulo 2, foram feitas inúmeras considerações sobre as dificuldades enfrentadas para que o ensino da língua inglesa nas escolas do país seja realmente eficiente e sobre o fato de os resultados serem abaixo do esperado previsto na legislação em vigor. De acordo com as determinações dos documentos oficiais que regulamentam o ensino no Brasil, o conhecimento de uma língua estrangeira deveria ser adquirido na escola regular.

Mas, ao longo do tempo, o papel formador da proficiência na língua inglesa foi delegado aos institutos especializados no ensino de línguas. Uma das evidências deste fato é a presença de centro de línguas nas unidades públicas de ensino no âmbito federal, estadual e municipal. Por este motivo, foram caracterizados os centros de línguas das instituições públicas de ensino e os cursos livres de idiomas da região NF, mais especificamente de Campos dos Goytacazes pela presença de uma rede de instituições de ensino médio, técnico e superior na cidade. Desta forma, ficam retratadas as opções disponíveis para a sociedade no momento que deseje ou precise de capacitação na língua inglesa fora do ensino regular. Destaca-se também o perfil de outras ações governamentais dentro das instituições de

ensino que colaborem para formação dos educandos na língua inglesa e atendam às exigências do mundo globalizado.

4.2.1: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense) faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e está presente em todo o território nacional. Após completar 105 anos de existência, a rede conta com 562 unidades em atividade. As unidades da Rede Federal são referências em suas áreas de atuação e oferecem cursos de qualificação, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, e programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Segundo o MEC, foram investidos mais de R\$3,3 bilhões entre 2011 e 2014 na expansão da educação profissional (BRASIL, 2015a).

Desde sua criação, em 1909, ainda como Escola de Aprendizes e Artífices, com o propósito de educar e proporcionar oportunidade de trabalho para os jovens das classes menos favorecidas, a unidade de ensino, hoje já como IF Fluminense foi e continua sendo referência de ensino na formação dos jovens profissionais principalmente nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. Atualmente, o IF Fluminense conta com 13 *campi* em municípios das referidas regiões, Região dos Lagos e Região Metropolitana e é “voltado para o mundo do trabalho com o intuito de colaborar para o desenvolvimento econômico das várias regiões onde está instalado” (IFF, 2015a). A Reitoria, órgão executivo do IF Fluminense, é responsável pela administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da instituição e é composta por cinco Pró-Reitorias dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor que, por sua vez, é escolhido através de processo eletivo pelos servidores e pelos estudantes do Instituto. Dentre elas, citamos aqui a Pró-Reitoria de Ensino que “tem como princípios a sintonia da oferta de cursos com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, além de articular o ensino, a pesquisa e a extensão promovendo uma educação inclusiva e emancipatória e a formação integral do cidadão” (IFF, 2015b).

Vinculado à Pró-Reitoria de Ensino do IF Fluminense, o Centro de Línguas do IF Fluminense (CELIFF) iniciou sua atuação no segundo semestre de 2010 com sete turmas de língua inglesa no *Campus* Campos Centro, com a perspectiva de difundir

e aprimorar o ensino de línguas nos *campi* de abrangência do Instituto. O CELIFF tem como uma de suas finalidades “oferecer à **comunidade interna** atividades de ensino na forma de cursos de línguas, cursos temáticos, oficinas e atividades culturais” (IFF, 2015c). **(grifo do autor)**

Segundo o projeto de implantação do CELIFF³³, a proposta de criação do Centro de Línguas surgiu da inquietação de alguns professores de língua inglesa ligados à Coordenação da Área de Linguagens e Códigos (COLINCO) que notaram uma lacuna no ensino de línguas estrangeiras nos cursos regulares da instituição. Uma das justificativas apresentadas para a implantação do projeto é a realidade da maioria das escolas do Brasil, assim como do próprio instituto, que privilegiam o desenvolvimento da habilidade de leitura, em detrimento de outras habilidades. Propõem-se, então, cursos extracurriculares com o objetivo de suprir o desenvolvimento da comunicação oral em língua estrangeira.

Esta proposta é apresentada como uma alternativa que colabora no acesso de egressos no mercado profissional, promovendo sintonia com o desenvolvimento local e regional, além de ser considerado imprescindível à formação pessoal e acadêmica no mundo atual.

O CELIFF tem como um de seus objetivos suprir as necessidades de alunos, professores e funcionários administrativos no que diz respeito à aprendizagem de línguas, ampliando a oportunidade de capacitação.

Atualmente, o CELIFF oferece cursos de inglês e espanhol nos *campi* Campos-Centro, Campos-Guarus e Itaperuna. O Núcleo Avançado de São João da Barra oferece apenas curso de inglês. O ingresso aos cursos é feito mediante processo seletivo regimentado por edital próprio e contemplando apenas a comunidade interna do IF Fluminense. Desta forma, o IF Fluminense reafirma sua posição de instituição que alia qualidade e excelência de ensino.

Apesar de representar uma nova institucionalidade por ter uma estrutura *multicampi* e pluricurricular, o Instituto Federal não abdica do princípio de ser uma única e singular instituição mantendo o desafio de contribuir de forma efetiva para

³³ Informações obtidas através do “Projeto de Implantação do Centro de Línguas do Instituto Federal Fluminense (CELIFF) – qualificação para o mundo tecnológico” que foi disponibilizado pela coordenação do CELIFF.

redemocratização do país traçando políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento local e regional.

Neste novo momento histórico, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014 do IF Fluminense foi formatado retratando a riqueza da diversidade e da abrangência regional garantindo a participação dos diversos segmentos da comunidade para garantir o processo de implementação das políticas institucionais do Instituto. Este PDI apresenta, em sua agenda de prioridades, seus principais fundamentos: o ensino nos diversos níveis e modalidades, a implementação de pesquisa e extensão, o fortalecimento das relações internacionais, compromisso com a verticalização do ensino, compartilhamento dos recursos, democratização do acesso e da permanência para a promoção da inclusão social e a valorização das forças de trabalho docente e técnico-administrativa (IFF, 2015d).

Para o interesse desta pesquisa, dentre os fundamentos elencados, destacamos o fortalecimento das relações internacionais que, na área educacional, é condição fundamental para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos nos aspectos científicos e tecnológicos.

É essencial que se conheçam as experiências de outros países permitindo um diálogo entre culturas, compreendendo as diferenças, trocando conhecimentos, estimulando a solidariedade e cultivando a paz. O contexto globalizado do mundo de hoje “requer a formação de profissionais com visão geral do mundo, mas ao mesmo tempo, com habilidades específicas” (IFF, 2015e).

Desse modo, os projetos de cooperação internacional são relevantes pelos benefícios gerados pelas atividades de cooperação e intercâmbio com instituições parceiras de outros países, “permitindo um conhecimento mútuo em pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, sistemas de ensino e formação pedagógica, além de gerar visibilidade internacional às ações dos Institutos Federais brasileiros” (IFF, 2015f).

Para tratar das relações internacionais foi criado, em 2010, o Escritório de Cooperação Internacional do IF Fluminense, com a missão de executar e divulgar projetos de interação com organismos e instituições de outros países representando o Instituto em suas ações de internacionalização, consolidando, desta forma, sua inserção no cenário internacional. Dentre outras funções do escritório podemos destacar: apoiar e programar acordos de cooperação técnica, científica e cultural; viabilizar o intercâmbio de estudantes e servidores; viabilizar programas que

possibilitem a troca de experiências e o aperfeiçoamento em idiomas estrangeiros (IFF, 2015g).

É importante destacar que o processo de implementação das políticas de relações internacionais dos Institutos Federais ocorre em interação com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), por intermédio da sua Assessoria Internacional, sendo de forma mais articulada e dentro de uma estratégia de concepção nacional, por meio do qual cada Instituto constrói suas estratégias a partir da identificação das características locais.

Um das ações do escritório de Cooperação Internacional do IF Fluminense, que podemos destacar, é o apoio e suporte oferecido aos candidatos à bolsa pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Por fazer parte do programa, o IF Fluminense nomeou um Coordenador Institucional que é o responsável por atuar com o CsF dentro da instituição.

O programa foi instituído com o objetivo de “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (BRASIL, 2015b). A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC. (BRASIL, 2015c).

O Programa Ciência sem Fronteiras possui acordos e parcerias com diversas instituições de ensino, programas de intercâmbio e institutos de pesquisa ao redor do mundo, oferecendo oportunidades de bolsas de estudo, financiadas pelo Governo Federal para alunos de instituições de ensino superior de todo o país. Há também as bolsas no Brasil, que atraem jovens talentos, pesquisadores e líderes de grupos de pesquisa no exterior para o nosso país.

Os objetivos do programa CsF estão alinhados com as políticas de relações internacionais dos Institutos Federais, pois investem na formação de pessoal, aumentam a presença de estudantes brasileiros em instituições de excelência no exterior, promovem a inserção internacional das nossas instituições de ensino, ampliam o conhecimento de pessoal das indústrias tecnológicas, além de atrair jovens talentos para trabalhar no Brasil (BRASIL, 2015d). Baseado nisso,

cabe ressaltar a importância da proficiência em línguas estrangeiras tanto para os jovens bolsistas que seguem para o exterior quanto para as instituições que recebem pesquisadores de fora do Brasil (BRASIL, 2015e).

O programa tem previsão e estabeleceu como meta, conforme tabela 2, a concessão de 101 mil bolsas, em quatro anos, para promover o intercâmbio de estudantes e pesquisadores no país e estágio no exterior, mantendo, assim, contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

Tabela 2: Metas nacionais a serem alcançadas por modalidade na concessão de bolsa pelo CsF até 2015.

Modalidade	Nº de Bolsas
Doutorado sanduíche	15.000
Doutorado pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000
Total	101.000

Fonte: Dados do programa CsF.

Disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas>>. Acesso em: 15 mar 2015.

Do total de bolsas, 75 mil já estão sendo financiadas pelo Governo Federal e as 26 mil restantes serão concedidas com recursos da iniciativa privada. Dentre as áreas contempladas pelo CsF, a Petrobras patrocina a concessão de bolsas de estudo e elegeu 14 linhas prioritárias para o setor de petróleo e gás natural: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e

Bioprospecção; Ciências do Mar; e Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva (BRASIL, 2015f).

A cooperação internacional é umas das ações que vem se fortalecendo a cada dia no âmbito institucional da rede federal de ensino. Por meio das parcerias, o IF Fluminense faz o intercâmbio de conhecimento e estabelece parcerias educacionais com outros países (IFF, 2015i).

Desta forma, a implementação de políticas públicas de integração gera mudança comportamental institucional, auxilia no fortalecimento da internacionalização dos institutos e universidades brasileiras trazendo jovens estrangeiros e alavancando o ensino de idiomas no país. As parcerias estabelecidas pelo CsF também trouxeram reconhecimento ao Brasil e a suas instituições de ensino ao redor do mundo, o que levou universidades estrangeiras a procurar o MEC para estabelecer parcerias. (IFF, 2015h).

O programa Ciência sem Fronteiras abre oportunidades para a mobilidade estudantil, gerando uma grande motivação para que universitários aprendam idiomas. O CsF em parceria com o *British Council*⁴⁴ ofereceu o curso on-line gratuito que foi destinado exclusivamente para candidatos pré-selecionados pelo CNPq nas Chamadas de graduação ou pós-graduação e que fossem portadores de uma oferta de vaga em Universidade no Reino Unido. O curso beneficiou 200 candidatos até março de 2014 e teve foco no desenvolvimento de habilidades necessárias ao atingimento dos níveis requeridos, no exame *International English Language Testing System* (IELTS)⁵⁵, para aceitação em universidades ao redor do mundo (BRASIL, 2015g).

No processo de inscrição e seleção dos jovens, para a concessão das bolsas do programa, foi identificado que o Brasil precisa estabelecer uma nova cultura no ensino de idiomas. A baixa fluência dos candidatos do CsF nas línguas estrangeiras foi diagnosticada durante as chamadas do programa principalmente no momento da apresentação da certificação de proficiência para cumprir exigências dos Editais

⁴ O British Council é a organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais.

⁵ ⁵ International English Language Testing System (IELTS) é um dos exames válido para proficiência em língua inglesa de ampla aceitação mundial que fornece um reflexo das habilidades de entender, ler, escrever e falar inglês.

durante a candidatura.⁶⁶ Segundo a *GlobalEnglish Corporation*, provedora líder de soluções para avanço da proficiência em inglês nos negócios, o Brasil fica entre os 10 piores países quando se mede o nível de fluência em inglês ao redor do mundo (GLOBALENGLISH, 2015).

A *GlobalEnglish* apresentou o resultado da sua pesquisa anual intitulada *Business English Index* (BEI) 2013 que mede a habilidade com a língua inglesa de 200 mil funcionários de empresas multinacionais, ao redor do mundo, que não tem o inglês como língua materna. Dentre os 77 países analisados, o Brasil ficou na 71ª posição. No índice de 1 a 10 sendo 1-3 referente ao nível iniciante, 4-6 ao básico, 7-8 ao intermediário e 9-10 ao avançado; o país ficou com a nota 3,27. A média deixa o Brasil entre os índices iniciante e básico, abaixo da média de 3,38 da América Latina e abaixo da média mundial de 4,75. Observando a tabela 3, o Brasil fica bem atrás de outros emergentes como a China com 5,03 e longe também de outros países lusófonos como Portugal, com nota 5,47, e Angola, com 4,49. O ranking é liderado pelas Filipinas, com nota 7,95 e a média mais baixa é a de Honduras com 2,92.

⁶⁶ Informações disponibilizadas pela Assessoria da SESu em reunião de coordenadores do Idioma sem Fronteiras da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica.

Tabela 3: Nível de proficiência de funcionários de empresas multinacionais que não tem o inglês como língua materna.

Países	Índice - BEI
Honduras	2,92
Colômbia	3,05
Arábia Saudita*	3,14
México*	3,14
El Salvador	3,24
Chile	3,24
Brasil	3,27
Venezuela	3,39
Rússia*	3,95
Iraque*	4,10
Angola	4,49
Argélia	4,54
Irã*	4,85
China*	5,03
Estados Unidos*	5,23
Portugal	5,47
Canadá*	5,71
Austrália	6,78
Reino Unido	6,81
Holanda	7,03
Noruega	7,06
Filipinas	7,95

Nota¹: Tabela baseada no *Business English Index - BEI 2013* publicado pela *GlobalEnglish – Pearson* que usou dados coletados em 2012. Elaborada pela autora

Nota²: *Países com maior produção de petróleo no mundo

Fonte: Globalenglish, (2015).

Disponível em:

<http://static.globalenglish.com/files/GlobEng_BEIreport%202013_EN_A4_FINAL.pdf>. Acesso em: 14 mar 2015.

Por ser uma pesquisa focada no mercado corporativo, o relatório BEI 2013 apresenta resultados de testes realizados com as empresas multinacionais dentro do ambiente de trabalho para o aperfeiçoamento da língua inglesa entre seus profissionais. Assim, nos serve de parâmetro, pois revela o nível de proficiência dos profissionais que atuam no mercado globalizado de hoje e serve de alerta em relação à necessidade de avançar no domínio da língua inglesa para que a falta de proficiência em línguas não seja impeditivo para que nosso país continue atraindo investimentos de fora e para o aproveitamento dos talentos nacionais.

Com o intuito de analisar a situação e apresentar possíveis soluções para a falta de proficiência dos estudantes brasileiros, candidatos ao programa CsF, em 2012, foi criado um Grupo de Trabalho em parceria com a Secretária de Educação Superior (SESu) /MEC e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Com o auxílio deste grupo formado por 10 especialistas em Língua Estrangeira oriundos das Instituições Federais de Ensino Superior pertencentes à ANDIFES, Assessores da SESu/MEC e representantes da ANDIFES, foi criado o programa Inglês sem Fronteiras (IsF) com apoio da CAPES e CNPq. A escolha da língua inglesa para o programa foi orientada pela quantidade de bolsas ofertadas pelo programa CsF até 2015 para ingresso em universidades anglófonas⁷.

O Programa Inglês sem Fronteiras (IsF) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que surgiu para atender, inicialmente, as demandas do programa Ciência sem Fronteiras e outros programas de intercâmbio governamentais. Mas, vai além, pois “tem como objetivo principal incentivar o aprendizado do idioma inglês, bem como propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país como um todo”. O IsF visa também oferecer aos candidatos do CsF a possibilidade de aperfeiçoamento na língua inglesa de forma mais rápida e eficiente para que possam ter melhores condições de participar dos intercâmbios disponibilizados. Assim, o IsF tem como público alvo os estudantes de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior do país objetivando aumentar a proficiência ao nível exigido pelas universidades anglófonas.

⁷ Informações disponibilizadas pela Assessoria da SESu em reunião de coordenadores do Idioma sem Fronteiras da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica.

Esse programa foi estendido a servidores públicos de universidades e institutos federais de ensino (BRASIL, 2015h).

O programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)⁸ abrange três ações específicas: aplicação de teste de nivelamento e proficiência, o ensino de inglês online – My English Online (MEO) e o ensino presencial. A construção dessas ações valoriza o ensino de línguas estrangeiras mostrando a necessidade de capacitação em idiomas para que não seja limitante no processo de internacionalização das universidades e institutos superiores de educação do país (BRASIL, 2015i).

O teste de nivelamento e proficiência avalia o nível de inglês de um estudante da língua. Isso é possível devido a parâmetros estabelecidos internacionalmente que descrevem as habilidades linguísticas de um falante de língua inglesa como língua estrangeira avaliando a compreensão escrita, produção escrita, compreensão oral e produção oral, ou, utilizando os termos em inglês: *reading, writing, listening e speaking*. O teste ofertado pelo IsF é *Test of English as a Foreign Language (TOEFL) Institutional Testing Program (ITP)*, ou seja, o TOEFL ITP é um teste de inglês como língua estrangeira em um programa de avaliação institucional usado em contextos acadêmicos (BRASIL, 2015j).

O IsF-Inglês em parceria com a Mastertest, representante exclusivo e oficial no Brasil dos testes TOEFL ITP, disponibilizou 400.000 testes desse tipo. Os testes são aplicados de forma presencial em instituições públicas de ensino superior em todo Brasil, desde que a instituição faça sua adesão ao programa e se torne Centro Aplicador. Segundo assessoria da SESu/MEC foram aplicados, entre 2013-2015, aproximadamente 262.000 testes.

Há previsão para aplicação de outros 100.000 testes do formato *Test of English for International Communication (TOEIC)* em contexto profissional que terão como público alvo os alunos concluintes do Ensino Médio e Técnico da Rede Federal de Educação Profissional e tecnologia.

⁸ Com a ampliação do programa para outras línguas estrangeiras, em 2015, o Inglês sem Fronteiras (IsF) passa a se chamar Idiomas sem Fronteiras (IsF), usando a sigla IsF – Inglês para referir-se ao inglês e apenas IsF quando se referir ao Idiomas sem Fronteiras. A expansão e inclusão de outros idiomas no programa IsF ocorrerão gradativamente.

Esses testes, aplicados em parceria com a Mastertest e Centro Aplicadores, com início previsto para 2º semestre de 2015.⁹

Os resultados desses testes aplicados nacionalmente auxiliarão o Núcleo Gestor do IsF a estabelecer estratégias para o aprimoramento do nível linguístico no Brasil e servirão para o enriquecimento de currículo de qualquer área profissional por ser uma avaliação reconhecida internacionalmente. No caso dos testes TOEFL ITP aplicados pelo programa IsF, os resultados são utilizados para liberar acesso a cursos online e presenciais nas instituições, além de serem aceitos como comprovante de proficiência em língua inglesa em programas de intercâmbio acadêmico. Os resultados dos testes TOEFL ITP aplicados na rede federal de ensino do Brasil entre o 1º semestre de 2013 e 1º semestre de 2015 foram organizados de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência (Anexo A). Conforme apresentado na Figura 5, grande parte dos estudantes apresentou nível de proficiência entre básico e intermediário com 42% no nível A2 e 34% no B1.

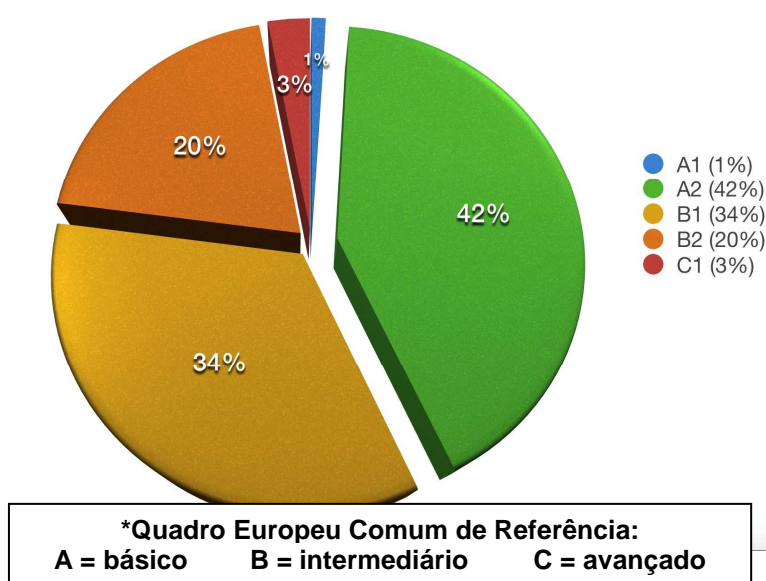


Figura 4: Nível de proficiência no Brasil - testes TOEFL ITP aplicados na Rede Federal – 2013-2015

Fonte: Núcleo Gestor do programa Idiomas sem Fronteiras/MEC (2015)

Nota¹: Elaborado pela autora

Nota²: *No Anexo A, o quadro explicativo mais detalhado sobre cada nível. .

⁹ Informações disponibilizadas pela Assessoria da SESu em reunião de coordenadores do Idioma sem Fronteiras da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica.

Outra ação específica do IsF é ensino de inglês através do curso online denominado *My English Online* (MEO) que foi elaborado pelo setor educacional da *National Geographic Learning* em parceria com a editora internacional *Cengage Learning*, e é um curso de auto estudo que enfatiza o desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão oral e gramática. Esta iniciativa é destinada aos alunos de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras, e servidores das universidades federais e institutos superiores federais. O curso MEO, oferecido pela CAPES/MEC em parceria com o IsF, abrange desde o nível mais básico até os níveis mais avançados, preparando o aluno para os exames de proficiência da língua inglesa solicitados para admissão em instituições de ensino no exterior (BRASIL, 2015l).

O curso MEO oferece um grupo de atividades interativas para o estudo da língua inglesa que pode ser acessado em qualquer horário e em qualquer lugar. É composto por cinco níveis de ensino e possibilita que o aluno siga seu próprio ritmo. O usuário terá a sua disposição uma variedade de atividades tais como: vídeos, livros interativos, leituras graduadas, exercícios de gramática (com correção imediata), dicionários, atividades para prática oral, testes de acompanhamento e materiais que podem ser impressos (MYENGLISHONLINE, 2015).

Segundo informações fornecidas pelo Núcleo Gestor do IsF, foram disponibilizadas dois milhões de senhas para acesso ao MEO pelos usuários que estejam dentro do perfil permitido. Atualmente, o MEO tem 670.000 alunos ativos em todo país, o usuário é monitorado pela CAPES para que tenha responsabilidade com o cumprimento das etapas de estudo e prazos estipulados pelo sistema. Como qualquer outro curso que seja feito na modalidade Educação a Distância, exige dedicação e determinação no cumprimento de metas para que se chegue a resultados satisfatórios.

O IsF conta ainda com 63 núcleos em universidades federais para ofertar cursos presenciais de inglês.

Os cursos do NuLi visam enfatizar o desenvolvimento da comunicação oral e escrita, o conhecimento de culturas acadêmicas em países onde se usa a língua inglesa no ensino superior e a interação aluno-aluno e professor-aluno (BRASIL, 2015m). Entre 2014-2015, foram inscritos 105.587 alunos¹⁰ nos NuLi das 63 universidades federais do país. Atualmente, apenas as universidades federais foram contempladas com os Núcleos de Línguas (NuLi), mas a intenção é ampliar essa

atuação para os institutos federais, inicialmente com 3-5 projetos pilotos¹⁰ (BRASIL, 2015n).

Dessa forma, identificamos que o IF Fluminense reforça sua missão de formar e qualificar profissionais, pautada pela luta por uma educação pública de qualidade. A instituição mantém seu compromisso com a sociedade na elevação da sua escolaridade e na sua formação integral, uma vez que se utiliza de ações e programas que contribuem para internacionalização do instituto e para a capacitação da comunidade escolar quanto ao ensino de idiomas amplamente valorizado no mundo globalizado de hoje.

4.2.2 Centro de Línguas da Rede Municipal e Estadual e Cursos de Idiomas

No capítulo 2, na subseção 2.2, foram feitas considerações sobre os PCNEM e as OCEM, documentos que foram elaboradas com a intenção de colaborar para a promoção de um ensino de qualidade nas escolas brasileiras. A proposta apresentada para o ensino de língua estrangeira segue a recomendação de um perfil comunicativo, para que sejam desenvolvidas as quatro habilidades, e o aprendiz seja capaz de falar, ler, escrever e entender uma língua estrangeira. Contudo, o que se observa nas escolas de uma maneira geral é a ênfase no ensino da gramática e nas estratégias de leitura. Anos depois da elaboração dos referidos documentos, a realidade do ensino de línguas ainda está muito distante do ideal planejado para a aprendizagem eficaz e significativa das línguas estrangeiras.

A lacuna deixada pelo ensino de línguas nas escolas regulares evidencia os institutos especializados como responsáveis pela formação da proficiência em uma língua estrangeira.

O ensino de línguas estrangeiras tem uma rede consolidada de escolas de idiomas com dezenas de marcas no mercado de franquias brasileiro, disputando os potenciais alunos. Segundo o diretor-executivo da Associação Brasileira de Franchising, esse mercado cresce impulsionado principalmente pelo interesse da classe média em aprender uma segunda língua. Ele acrescenta que existe uma

¹⁰ Informações disponibilizadas pela Assessoria da SESu em reunião de coordenadores do Idioma sem Fronteiras da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica.

lacuna hoje na rede pública do oferecimento dos cursos de línguas de qualidade e destaca que a complementação é feita pelos cursos de idiomas (G1, 2015).

Segundo o relatório da pesquisa “*Demandas de Aprendizagem de Inglês no Brasil*”, elaborada com exclusividade para o *British Council* pelo Instituto de Pesquisa Data Popular, a maior motivação para a demanda por cursos de inglês pela classe média é de caráter bastante prático: busca-se garantir a empregabilidade e propiciar a continuidade do crescimento social obtido. A pesquisa teve como objetivo entender o interesse da classe média em aprender inglês e buscou compreender o cenário e as práticas mais comuns no mercado brasileiro, com foco em aspectos voltados ao trabalho e à empregabilidade. Dentre os diversos resultados apresentados no relatório, destacamos que as percepções do público sobre o ensino de inglês estão de acordo com as demandas expressas pelas empresas, sugerindo cursos rápidos e eficientes, com foco na fala e na compreensão oral, conferindo utilidade imediata à língua. Outra informação significativa para esta pesquisa é de que para oito em cada dez pessoas, a educação superior possibilitará uma melhor colocação no mercado de trabalho e 84% acreditam que a escolaridade influi diretamente no aumento da renda (BRITISH COUNCIL, 2014).

Assim, entende-se que a sociedade valoriza a educação como ferramenta de transformação, de melhoria de vida e de realização profissional, em que o domínio do inglês é significativo na sua qualificação, pois representa oportunidades e amplia o horizonte de possibilidades. A consciência da necessidade de se enquadrar nesse perfil, valorizado pelo mercado de trabalho, leva os profissionais a procurarem capacitação em um curso de idiomas.

O mesmo perfil das escolas de idiomas apresentado pela pesquisa feita para o *British Council* também se aplica à região NF, visto que o sistema de franquias trabalha em rede e de forma integrada. A caracterização que se segue dos centros de línguas e cursos de idiomas refere-se à cidade de Campos dos Goytacazes por ser polo de formação e qualificação de mão de obra para o Complexo Petrolífero do NF, considerações já feitas no Capítulo 3.

A cidade de Campos dos Goytacazes tem hoje mais de trinta escolas de idiomas que estão localizadas em bairros centrais da área urbana do município na proximidade das escolas e universidades privadas e públicas da cidade. A maioria desses cursos é parte de um sistema de franquias e algumas têm mais de uma

unidade instalada na cidade. A presença de um número significativo de cursos de idiomas permite a diversificação de opções para a população, aumentando assim a concorrência. Mas, ao mesmo tempo apresenta uma padronização das modalidades ofertadas em cada escola, trazendo como variação mais significativa o tipo de metodologia usada.

Os centros de línguas instalados nas escolas públicas de ensino fundamental e médio atendem a comunidade interna e externa de forma gratuita, oferecendo inscrição para quem se interessar por frequentar os cursos. Mas, as vagas são limitadas e variam de acordo com a disponibilidade de professores e espaço físico.

No âmbito estadual, os centros de línguas funcionam de forma individualizada e não integrada com as demais escolas da rede. Na escola estadual Liceu de Humanidade de Campos, há o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMO) que iniciou suas atividades em 1987 com turmas de Francês¹¹. O CELEMO atende a comunidade interna e externa de forma inteiramente gratuita, atualmente oferece turmas de Francês, Inglês e Espanhol nos três turnos. Os cursos têm duração de três anos e oferecem aproximadamente 500 vagas anualmente, variando de acordo com a quantidade de professores disponíveis na instituição.

Ainda no âmbito estadual, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) implantou o Núcleo de Ensino de Línguas das Escolas Técnicas (NEL) com o objetivo de oferecer ao aluno dos cursos técnicos cursos de idiomas voltados à(s) área(s) técnica(s). Segundo o Projeto Pedagógico do NEL, os núcleos poderão oferecer cursos de Idiomas, com duração de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, de acordo com suas especificidades; e terão como objetivo “a atualização, o aperfeiçoamento, a capacitação e a inclusão do aluno para atuar no mundo do trabalho e da tecnologia a fim de desenvolver um cidadão ativo e crítico” (FAETEC, 2015). As três unidades de ensino da Rede FAETEC de Campos dos Goytacazes oferecem cursos de Inglês e Espanhol para alunos e comunidade externa. Estes cursos têm caráter gratuito, sendo de responsabilidade do aluno a aquisição do material didático.

No âmbito municipal, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SMECE) de Campos dos Goytacazes implantou o Centro de Línguas *Languages for*

¹¹ Informações obtidas na instituição pessoalmente na instituição

A// com cursos de Espanhol e Inglês que atende gratuitamente alunos da rede municipal e são abertos, também, à comunidade. As aulas são ministradas em seis escolas municipais, em diferentes bairros da cidade, que funcionam como polos. Tem duração de dois anos e acontecem nos três turnos. Cada polo oferece cerca de 150 vagas para os cursos de Espanhol e Inglês, níveis básico e intermediário na forma instrumental, que prepara para exames em geral, como pós-graduação e concursos. Os cursos foram criados com o objetivo de qualificar o jovem para o mercado de trabalho (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2015).

A caracterização dos centros de línguas da rede pública e dos cursos de idiomas relatada aqui evidencia a importância dada à necessidade do domínio de uma língua estrangeira pela sociedade e para o mundo do trabalho. À medida que se amplia a demanda, as ofertas aumentam também, seja nos centros de línguas da rede pública, porque identificaram a carência na formação dos seus alunos, ou nos cursos de idiomas que descobriram uma oportunidade de negócio lucrativo.

4.3 ALGUNS ASPECTOS DAS OFERTAS DE EMPREGO ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE OPORTUNIDADE DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE

A atividade petrolífera da região Norte Fluminense é uma forte empregadora de profissionais ligados ao setor. As particularidades dessa indústria impõem demandas e desafios de trabalho à mão de obra local.

A necessidade de tecnologias avançadas para cumprir metas de produção do petróleo e gás abre mais oportunidades aos novos talentos para compor essas equipes que são motivadas a aprimorar tecnologias existentes e a desenvolver novas soluções juntamente com a Petrobras e as empresas parceiras e fornecedoras de bens e serviços. A eficiência das atividades da indústria petrolífera e a conquista de resultados sólidos demandam um conjunto de iniciativas que só se alcança com muito trabalho, capacidade de planejamento e inovação contando essencialmente com o comprometimento dos profissionais envolvidos nesse processo.

Os desafios de atuar em uma indústria de alta performance podem se transformar em oportunidades de trabalho desde que se cumpram os requisitos de formação e suas atribuições. O IF Fluminense, como instituição de referência na formação profissional e cidadã, se destaca pela inserção de seus alunos e egressos

no mercado de trabalho da região NF. Os alunos e egressos podem contar com o apoio e as ações da Agência de Oportunidades do IF Fluminense, responsável pela captação e ampliação de vagas de emprego e estágio, mantendo interação com os diferentes segmentos do setor produtivo da região.

Uma das ações promovidas pela Agência de Oportunidades no IF Fluminense é a Feira “Mostre-se”, evento que ocorre anualmente, desde 2010, em que os estudantes têm oportunidade de interagir com os profissionais que atuam no mercado e também com representantes e recrutadores de empresas empregadoras de mão de obra local. Como parte integrante da Mostra Tecnológica para Estágio e Emprego de Campos dos Goytacazes, a “Mostre-se” funciona como uma política de estreitamento de relações entre a academia e o mundo do trabalho, em busca do desenvolvimento da região e do atendimento às demandas da sociedade e das empresas (IFF, 2015j).

A presença de representantes das empresas petrolíferas traz informações sobre a atuação nos arranjos produtivos locais e regionais, promovendo um diálogo com a comunidade. Em cada estande e em cada palestra é promovida a aproximação direta dos recrutadores com os possíveis estagiários e profissionais de nível superior e técnico.

Algumas empresas promovem a primeira fase de seus processos seletivos para emprego e estágio durante a feira, seja através de prova, entrevista ou de cadastro de currículo para o banco de dados do setor de recursos humanos.

Em parceria com empresas de diversos setores da região, a Agência promove a divulgação de empregos e estágios através das várias formas de comunicação disponibilizada pela instituição, incluindo o *site* oficial do IF Fluminense e a página da Comunicação Social nas redes sociais estabelecendo um canal de interação com a comunidade interna e externa. Foram identificados dentro desses canais de divulgação, no período de 2013/2015, quarenta e quatro anúncios de ofertas de emprego e estágio por empresas fornecedoras de bens e serviços da indústria de petróleo para atuar no complexo petrolífero da região NF. Salientamos que dentro de cada anúncio há desdobramentos para diversas áreas de nível médio técnico e superior, ou seja, cada anúncio representa várias oportunidades. Além da formação básica necessária e dos pré-requisitos técnicos referentes a cada função, as ofertas de emprego destacam o perfil ideal do profissional. Dentre as características desejáveis, podemos citar as mais frequentes: dinamismo, proatividade, espírito de

equipe, bom relacionamento interpessoal, boa comunicação e conhecimento de inglês (IFF, 2015l).

O domínio do inglês é solicitado como pré-requisito ou como desejável. A variação do nível de proficiência exigido é de acordo com a função, mas principalmente pela vaga ser oferecida para candidatos de nível técnico ou superior. No nível técnico, 62,5 % mencionam a necessidade do inglês com predominância do nível intermediário, enquanto 75% das ofertas para o superior exigem inglês, predominando o nível avançado. (Figura 6).

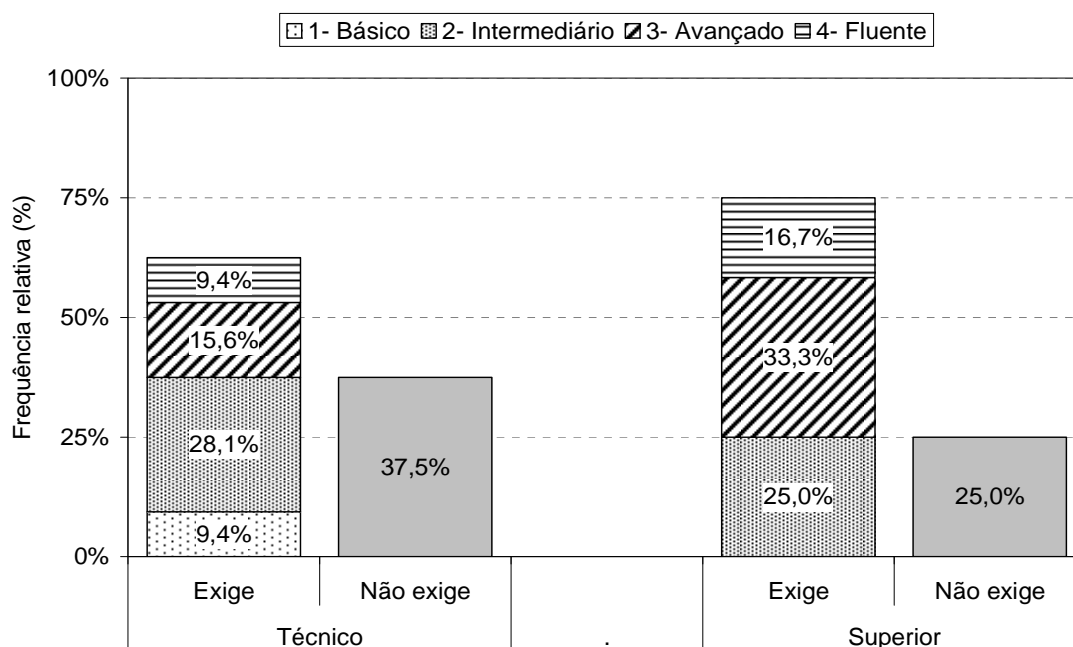


Figura 5: - Nível de inglês exigido nas ofertas de emprego divulgadas pela Agência de Oportunidades do IF Fluminense – 2013/2015

Fonte: Com base no Instituto Federal Fluminense (IFF). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br>>.

Acesso em: 13 maio 2015.

Elaborado pela autora.

Nos três Editais do Processo Seletivo Público da Petrobras no período de 2014-2015, apenas nas provas para cargos de nível superior, a língua inglesa foi exigida. Para os cargos de nível médio, não consta prova de língua inglesa. Todos os três Editais seguem o mesmo padrão de prova: uma etapa única com provas objetivas de Conhecimentos Básicos, com 20 questões, e de Conhecimentos Específicos, com 50 questões, num total de 70 questões. A prova de Conhecimentos Básicos tem caráter eliminatório e foi composta por 10 questões de Língua

Portuguesa e 10 questões de Língua Inglesa (PETROBRAS, 2015). O conteúdo programático para a prova de língua inglesa, que exige apenas interpretação de texto, pode ser comparado ao nível intermediário do Quadro Europeu Comum de Referência (Anexo A), pois o usuário com nível proficiência B maneja o idioma com o grau de fluidez e independência e é capaz de compreender qualquer texto escrito (PETROBRAS, 2015e).

Durante a Feira Mostre-se 2014 no IF Fluminense, uma empresa multinacional prestadora de serviços da indústria petrolífera aplicou uma prova referente à primeira etapa do processo seletivo para o programa de *trainee* em um dos auditórios da instituição para alunos recém-formados interessados na vaga (Anexo 2). Os pré-requisitos apresentados pela recrutadora para participar do processo de seleção foram: diploma de graduação em Engenharia, Administração, Economia ou áreas afins; graduados até um ano da data de início do programa e inglês fluente. A prova escrita discursiva foi composta por duas partes: a primeira foi a leitura de um texto em inglês com respostas da interpretação, em português e a segunda parte foi a elaboração de um texto, em inglês, com um tema predefinido.

A realidade apresentada pelos dados documentais desta seção nos mostra que a necessidade da língua inglesa como pré-requisito nas ofertas de emprego variou de acordo com o nível de formação exigido para o cargo a ser ocupado. Mas também nos mostrou que o domínio do inglês amplia as oportunidades do profissional no mercado de trabalho. Já na relação escola-empresa, é importante que os jovens profissionais aproveitem as chances de comunicação e aproximação com o mercado para que estejam dentro do novo perfil laboral.

4.4 RESULTADOS GERAIS.

Nesta subseção serão apresentados os resultados relacionados aos temas tratados pelos grupos entrevistados. Os dados obtidos foram agrupados de acordo com as categorias das questões contidas no roteiro de entrevistas, apesar de não deverem ser entendidas de forma distintas e isoladas, pois há uma estreita interligação entre elas.

4.4.1 Presença do inglês no processo seletivo e oferta de curso de inglês pelas empresas

Com a intenção de se obter uma possível resposta a uma das questões centrais do trabalho: a língua inglesa e sua influência na inserção de profissionais no mercado de trabalho do complexo petrolífero da região NF, os trabalhadores e empresas fornecedoras foram questionados se o inglês consta nos processos seletivos da empresa, qual o nível de inglês exigido para as contratações e se a empresa oferece curso de inglês para seus colaboradores após a contratação.

Os trabalhadores entrevistados relataram que o inglês fez parte do processo seletivo, sendo que, para os técnicos de nível médio, o inglês não foi eliminatório, apenas um diferencial no momento da contratação. O nível recomendável foi intermediário para os técnicos de nível médio e avançado ou fluente para os de nível superior.

A engenheira entrevistada esclareceu que por sua empresa ser nacional, o inglês não está presente, em caráter eliminatório, em todos os processos seletivos. Mas, que é muito valorizado porque a empresa atua em vários países do mundo e “quem não tem o inglês fica de fora das oportunidades de crescimento dentro da empresa”. Um dos técnicos entrevistados relatou que, no início de sua carreira na indústria petrolífera, não passou em um dos processos seletivos que participou por não ter domínio do inglês. Ele esclarece: “Passei em todas as etapas, mas fui eliminado na entrevista feita em inglês. Quando sai de lá fui diretamente me matricular num curso de inglês”.

Em relação à oferta de cursos de inglês, todos os trabalhadores informaram terem cursos oferecidos ou custeados pela empresa. Uma das entrevistadas esclareceu que o curso de inglês é obrigatório para todos os colaboradores, sendo as aulas ministradas dentro da própria empresa, três vezes por semana, em turmas niveladas. Outro trabalhador entrevistado relatou que está aguardando completar dois anos na empresa para que tenha ajuda de custo e possa se matricular em um curso de idiomas.

Quanto às respostas fornecidas pelas empresas, o inglês está presente no processo seletivo de 50% das empresas, e 30% delas dizem que depende do cargo e em 20% o inglês não faz parte do processo seletivo. O nível de inglês exigido na contratação varia de acordo com o grau de formação do candidato.

Se for para cargos que exigem formação superior, a porcentagem se dividiu entre 45% no nível avançado e 35% no fluente e os outros 20% se referem aos que não exigem inglês no processo seletivo. Se o cargo for para técnicos de nível médio, o nível intermediário predominou com 50%.

Dentre as empresas entrevistadas, 70% delas oferecem cursos de inglês para seus colaboradores: 10% no próprio local de trabalho e 60% custeados em parte pela empresa (Figura 7). Um dos recrutadores apontou que por ser uma multinacional e pelo fato de 90% de seus clientes serem multinacionais também, a empresa precisa de profissionais bilíngues, ou seja, “já no início do processo seletivo, quem não tem inglês, nem passa para as fases seguintes”.

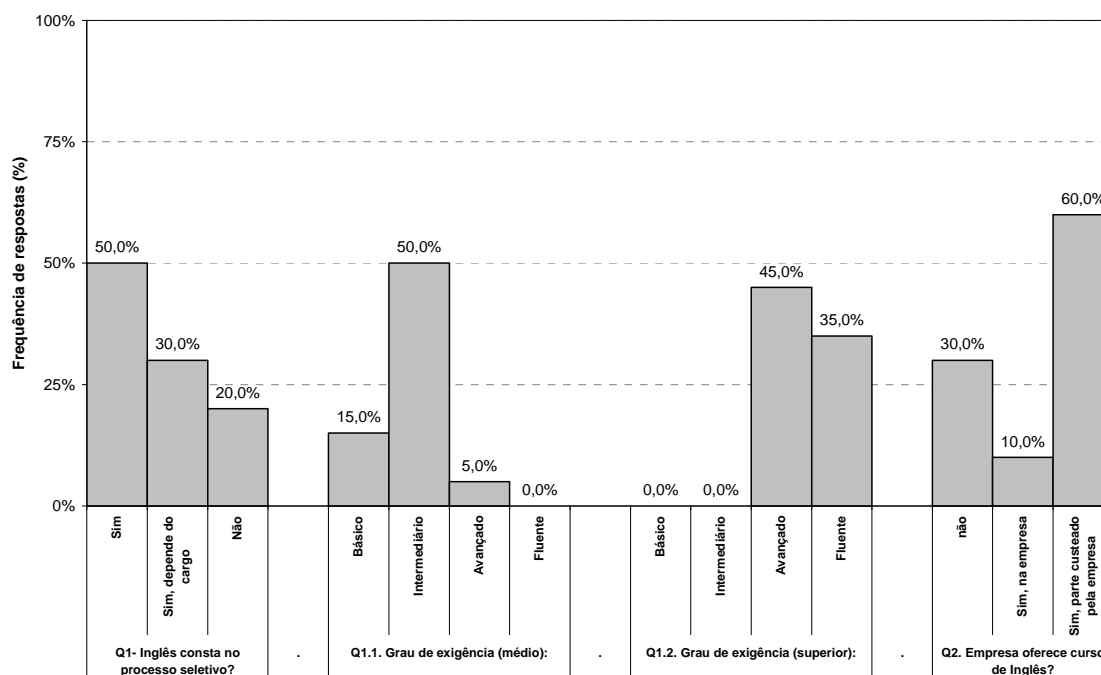


Figura 6: Inglês no processo seletivo das empresas – nível exigido – curso de inglês oferecido.
Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo desses dados, pelo número de empresas que oferecem cursos ou colaboram com os custos, verifica-se que há uma valorização significativa do domínio do inglês pelas empresas.

Fato que comprova o apresentado por Truchot (1997) no referencial teórico quando afirma que há preocupação das empresas globais em investir na

capacitação, pois precisam contar com colaboradores que apresentem um bom desempenho e estejam em desenvolvimento contínuo de suas habilidades. No nível de inglês exigido prevaleceram o intermediário e o avançado, em contraste com o nível de proficiência iniciante/básico em que Brasil se encontra baseado na tabela do BEI 2013, já detalhada no capítulo anterior (GLOBALENGLISH, 2015).

4.4.2 Perfil Profissional

As empresas, em geral, têm um conjunto de valores que determinam a cultura da empresa e que traçam o perfil do profissional que desejam ter em suas equipes. As empresas e trabalhadores foram perguntados sobre o perfil do profissional que o mercado deseja contratar e os cursos de idiomas e centros de línguas sobre o perfil do profissional que procura capacitação. E ainda se esse perfil tem se modificado.

Os profissionais que procuram capacitação em um idioma, conforme relatado pelos coordenadores dos cursos de idiomas e centros de línguas, são na sua maioria jovens conscientes da necessidade de capacitação para o mercado de trabalho. O perfil evidenciado foi o de pessoas que querem aprender com compromisso e encaram como um desafio o aprendizado por saber da importância do domínio de uma língua estrangeira.

A coordenadora do centro de línguas da rede federal exemplificou que os cursos são procurados por jovens com dois discursos ao justificar seu interesse pelo idioma: “Eu quero aprender inglês porque gosto”, ou “Eu quero aprender inglês. Não gosto, mas preciso”. Sobre a mudança no perfil, foi relatado que hoje os jovens estão antenados como o mundo tecnológico e sabem da importância do inglês. Nos centros de línguas da rede pública de ensino, a gratuidade do curso e a oportunidade de capacitação são valorizadas. Nos cursos de idiomas, os coordenadores disseram receber alunos já impactados pela perda de oportunidade de trabalho ou preocupados em se manter no mercado.

Os trabalhadores entrevistados evidenciaram algumas características valorizadas em suas empresas: conhecimentos técnicos; postura comportamental; boa aparência; iniciativa; saber se comunicar bem; proatividade; relação interpessoal saudável; disponibilidade para empreender e encarar desafios; versatilidade dentro da empresa para atender as mudanças; bom caráter; querer permanecer na

empresa; estar disponível para transferências de local de trabalho; identificar problemas, integrar a equipe e desenvolver soluções; entre outras.

Quanto ao questionamento sobre a mudança do perfil atual, todos afirmaram serem profissionais mais preparados e conscientes da necessidade de capacitação e atualização constante na carreira.

Embora tenham havia alguma variação nas respostas apresentadas pelas empresas entrevistadas, há um grupo de competências e características gerais que define o perfil dos profissionais apontado pelos recrutadores e analistas de Recursos Humanos. Serão listadas aqui em ordem decrescente, das mais citadas para as menos citadas:

- Ser proativo;
- Ter flexibilidade quanto ao horário e local de trabalho e saber se adaptar;
- Ter ambição profissional e desejar crescer com a empresa;
- Ser comprometimento e ter bom caráter;
- Ser dinâmico;
- Saber trabalhar em equipe;
- Ter conhecimentos técnicos e se atualizar constantemente;
- Ter iniciativa, apresentando capacidade de resolver problemas;
- Ser comunicativo;
- Ser confiável nas suas atitudes;
- Ter fidelidade à empresa;
- Trazer resultados;
- Ter conhecimento de inglês;
- Ter energia física;
- Ter maturidade emocional e psicológica construindo um bom relacionamento interpessoal;
- Apresentar um perfil contemporâneo;
- Saber ter atitudes de liderança;
- Saber trabalhar sob pressão;
- Ter postura comportamental e aparência adequada.

Quanto à mudança no perfil do profissional, 40% das empresas responderam que não houve mudanças e 60% apontaram que sim, que houve mudanças. Dentro

dos que responderam sim, 60% alegam ter melhorado o nível dos profissionais, 35% dizem ter mantido o mesmo e 5% dizem ter caído o nível.

As características valorizadas, segundo os entrevistados, podem variar muito em função da área de atuação do colaborador. Mas, o ponto mais comentado foi a valorização do perfil do ser humano que tenha caráter com valores e princípios sólidos. Muitos mencionaram que treinar os colaboradores quanto ao conhecimento técnico já é previsto e possível, mas ensinar a ser uma boa pessoa, comprometido com o trabalho e disposto a crescer na carreira “é o que eles têm que trazer de casa”.

4.4.3: Habilidades em Língua Inglesa Valorizadas no Mercado de Trabalho

As competências e habilidades a serem desenvolvidas em Línguas Estrangeiras, no ensino regular, foram definidas pelos PCNEM com o intuito de levar o aluno a entender, falar, ler e escrever para que, a partir disso, ele seja capaz de usar o novo idioma em situações reais de comunicação (BRASIL, 2000). Esta aprendizagem se apresenta como ideal se for comparada com as quatro habilidades (comunicação oral, compreensão oral, leitura e produção escrita) avaliadas nos exames de proficiência e classificadas pelo Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (ANEXO 1).

Sobre as exigências do inglês para atuação no mercado de trabalho, aos grupos entrevistados foi dada a opção de assinalar dentre essas quatro habilidades as que consideraram imprescindíveis para a empregabilidade, podendo escolher livremente apenas uma opção ou todas, caso desejassem.

Foi abordada também outra questão central para esta pesquisa, aos entrevistados foi dada a opção de assinalar se o conhecimento do inglês é apenas um diferencial no currículo ou um requisito essencial/eliminatório numa oportunidade de emprego.

O inglês foi apontado pela maioria das empresas como essencial e eliminatório para os profissionais de nível superior e apenas diferencial para os profissionais técnicos de nível médio. Entre as empresas, 15% delas marcaram o inglês como eliminatório para os técnicos de nível médio e 85% como diferencial (Figura 8). Já para os profissionais de nível superior, os dados são inversos, sendo

considerado o inglês como eliminatório por 80% das empresas e diferencial por 20% delas (Figura 9).

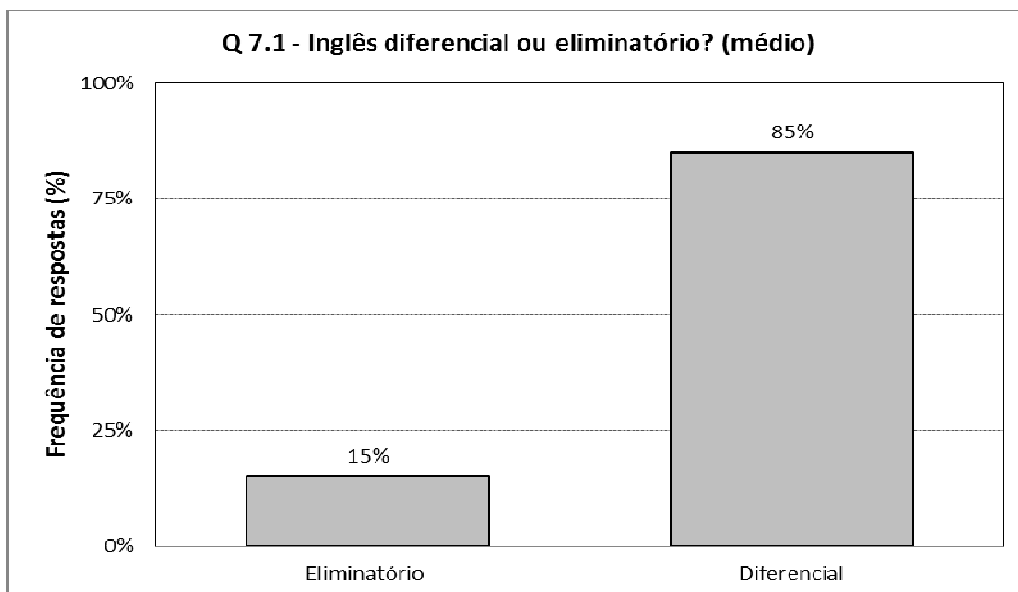


Figura 7: Inglês como requisito diferencial ou eliminatório para profissionais de nível médio nas empresas .

Fonte: Elaborada pela autora.

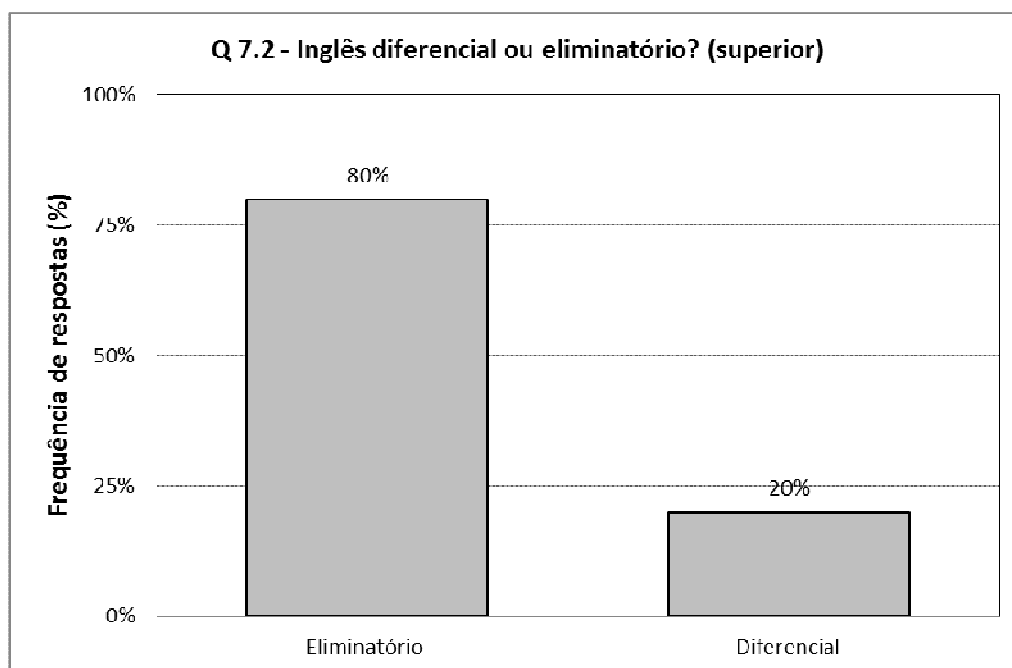


Figura 8: Inglês como requisito diferencial ou eliminatório para profissionais de nível superior nas empresas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às quatro habilidades, os resultados mostram um destaque para a comunicação e compreensão oral. Os coordenadores de cursos de idiomas definiram todas as quatro habilidades como essenciais, alegando que o idioma deve ser desenvolvido de forma integrada para que uma habilidade complete a outra. Os coordenadores dos centros de línguas marcaram as habilidades de compreensão oral e comunicação oral por entenderem que seja o diferencial no mercado de trabalho. Um deles completou a informação explicando que as habilidades de leitura e escrita são mais facilmente resolvidas com o apoio das tecnologias.

As respostas apresentadas pelos trabalhadores variaram muito, não estabelecendo um padrão. Uma das explicações para essa variação seria o fato de que cada trabalhador fez a escolha influenciado pelo uso que ele próprio faz do inglês na função que exerce na empresa.

Como foi dada a opção de escolher livremente entre uma ou todas as quatro alternativas, observou-se que em nenhum caso foi escolhida apenas uma das habilidades. Dentre as vinte empresas entrevistadas, a opção da comunicação oral foi escolhida 70% das vezes. Logo abaixo, a compreensão oral com 55% e a leitura foi marcada por 40% dos entrevistados. A produção escrita foi a menos valorizada com apenas 20% (Figura 10).

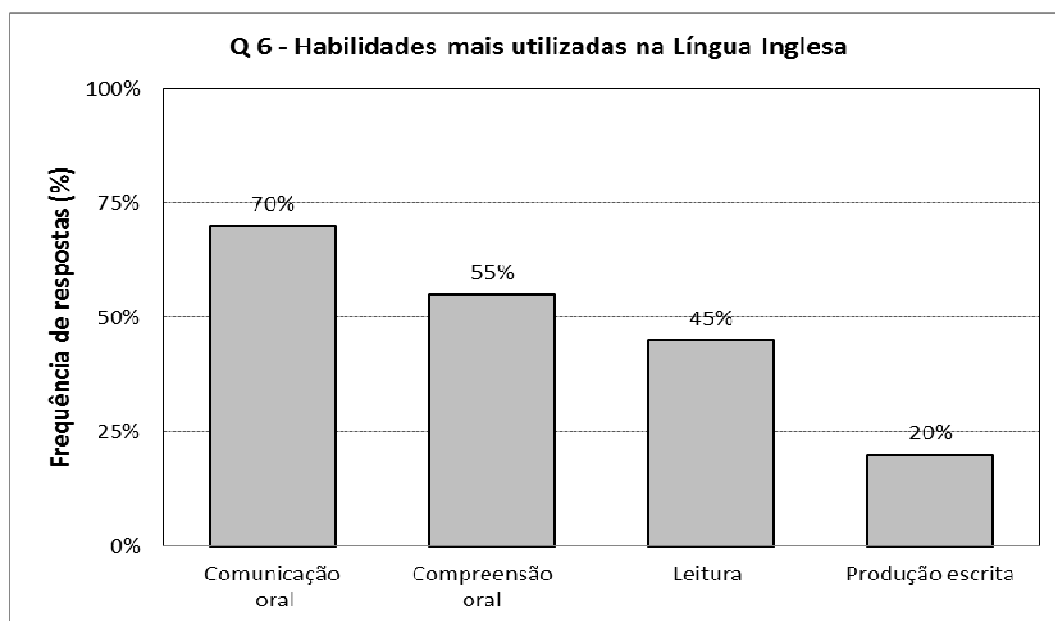


Figura 9: Habilidades mais utilizadas na Língua Inglesa para a empregabilidade, segundo as empresas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar esses resultados, fica claro que as habilidades mais valorizadas para o mercado de trabalho são as de comunicação e compreensão oral. A realidade das línguas estrangeiras no ensino regular no Brasil é centrada na gramática e na leitura, como já discutido no referencial teórico, apesar de serem recomendadas as quatro habilidades pelos PCNEM (BRASIL, 2000).

Para uma aprendizagem significativa de uma língua estrangeira, é necessária que a competência comunicativa seja desenvolvida em conjunto com as demais competências, função delegada aos cursos de idiomas e aos centros de línguas que enfatizam as quatro habilidades. Os resultados apresentados aqui confirmam as recomendações feitas pelos documentos oficiais que regulam o ensino no Brasil, pois consideram a língua inglesa uma ferramenta imprescindível na formação profissional, acadêmica ou pessoal no mundo moderno (BRASIL, 2000).

4.4.4: A Valorização da Língua Inglesa na Trajetória Profissional

Os dados para o estabelecimento desta questão surgiram da alternativa dada aos grupos de responder se um profissional perde oportunidades na sua trajetória por não dominar o conhecimento do inglês.

Entre os coordenadores dos cursos de idiomas e dos centros de línguas entrevistados, todos foram unânimes em afirmar que o domínio do inglês é importante na trajetória profissional. Os cursos informaram que são matriculados alunos em busca de capacitação para não perderem oportunidades de crescimento dentro da empresa onde trabalham ou para que possam se candidatar a um novo emprego.

Em relação aos trabalhadores entrevistados, eles também foram unânimes em dizer que, definitivamente, o profissional perde oportunidade de crescimento na carreira se não dominar o inglês. Podemos destacar os esclarecimentos dados por eles sobre essa questão. Foi evidenciado que as empresas do setor de petróleo e gás atendem aos mercados globais atuando em regiões variadas do Brasil e do mundo. Assim, a mobilidade exigida do profissional que trabalha em empresas desse tipo, torna o conhecimento de inglês essencial para melhor atuar internacionalmente. Outro destaque para o uso do inglês é a oportunidade de cursos de aperfeiçoamento fora do Brasil. Um dos trabalhadores acrescentou que precisou

estudar o inglês e se dedicar bastante para atingir o nível desejado de forma que não perdesse oportunidades de crescimento na sua trajetória profissional.

Com as empresas entrevistadas, os resultados foram semelhantes, pois a maioria respondeu afirmativamente ao questionamento feito. Das 20 empresas entrevistadas, 80% delas responderam que se perde oportunidade de crescimento profissional dentro da empresa se o colaborador não tiver conhecimento de inglês (Figura11).

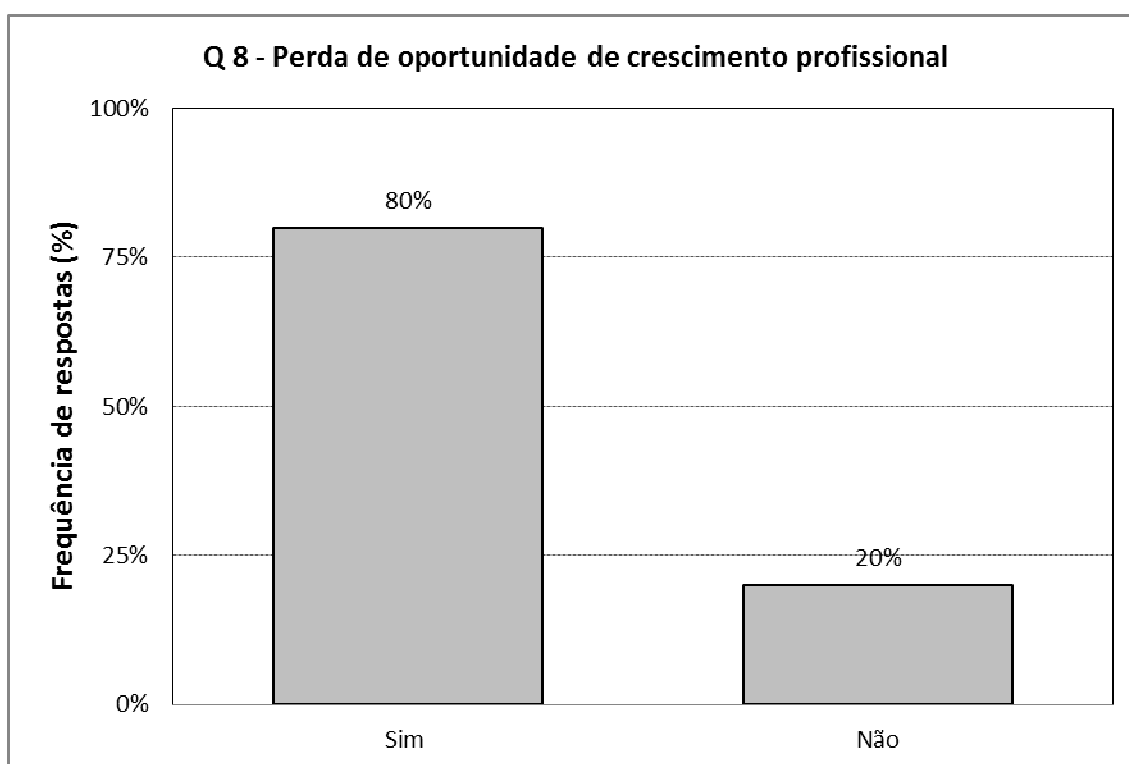


Figura 10: Influência da língua inglesa na perda de oportunidade de crescimento profissional dentro das empresas.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.4.5: Relação entre o Mercado de Trabalho e a Escola

Considerando que a escola tem entre suas finalidades estabelecidas pela LDB/96 (BRASIL, 1996) a qualificação do educando para o trabalho, os grupos foram questionados sobre como é vista a relação entre a escola e o mercado de trabalho. Nesta questão foi dado ao entrevistado espaço para que ele se manifestasse em relação à escola expressando o que poderia ser melhor para atender ao mercado.

A maioria aponta a necessidade do alinhamento entre os dois mundos, para que a teoria esteja em conexão com a prática. Várias sugestões foram destacadas pelos grupos entrevistados:

- necessidade da aproximação da escola com as empresas através de feiras de integração, recrutamento para programas de *trainee*, aquisição de experiência durante o período do curso através dos estágios;
- promoção de intercâmbio de ideias para estreitar os laços e para ajustar os programas de ensino às demandas de mercado;
- conscientização do educando de que sua formação é um processo que exige estudo e dedicação para que se desenvolva de forma integral;
- preparação do aluno nas ferramentas tecnológicas de aplicação em ambiente profissional;
- qualificação técnica integrada, com mais de uma especialidade para que o mercado tenha um profissional mais completo;
- necessidade de valorizar e melhorar o nível de leitura, interpretação e produção de textos, acredita-se que essa seja uma forma de diminuir os vícios de linguagem e fazer com que saibam se expressar corretamente no momento de expor suas ideias oralmente;
- investimento em cursos, palestras, treinamentos ou projetos para que o aluno tenha oportunidade de adquirir uma postura comportamental adequada ao ambiente profissional, filtrando o excesso de informalidade, ou seja, investir em relações humanas;
- sugestão de contato com as empresas para se estabelecer parcerias para que tenham oportunidade de conhecer as atividades operacionais das empresas;

No caso das sugestões específicas para as aulas de inglês, foram mencionadas:

- ações como palestras ministradas por jovens já inseridos no mercado de trabalho para que levem às escolas suas experiências e a importância do inglês na sua vida profissional e até mesmo salarial;
- conscientização dos jovens de que o inglês já é uma ferramenta de trabalho;
- uso de critério de agrupamento de alunos por nível de proficiência para as aulas de língua inglesa e de aulas específicas para o inglês técnico;

- ênfase na comunicação oral, pois os candidatos sabem escrever textos, mas não são capazes de fazer uma breve apresentação oral sobre si mesmo;
- implantação de cursos de idiomas específicos para o mundo corporativo.

Um entrevistado destacou que percebe que em muitas escolas não há preocupação com o mercado de trabalho, devendo melhorar. A grande maioria dos recrutadores e analistas de recursos humanos das empresas disse que atualmente o mercado está mais exigente e busca contratar o profissional não apenas pelas suas habilidades técnicas, mas também valorizando o caráter de cada um. E alguns destacaram a importância do interesse e da vontade de se aprimorar e crescer dentro da empresa.

4.5 RESULTADOS ESPECÍFICOS

Devido ao fato de terem sido utilizados três tipos de protocolos para as entrevistas (APÊNDICES A, B e C), alguns resultados serão tratados aqui separadamente por serem direcionados apenas às escolas ou às empresas.

No protocolo de entrevistas dos cursos de idiomas e dos centros de línguas da rede pública, foi feito o questionamento sobre o idioma mais procurado. De forma bem rápida e sem necessidade de consultar dados estatísticos, a totalidade de entrevistados respondeu que o inglês é o idioma mais procurado. Desta forma, confirmam as considerações feitas anteriormente sobre a língua inglesa usufruir do status de idioma mais ensinado como língua estrangeira ao redor do mundo (GRIGOLETTO, 2015).

Somente para o grupo de trabalhadores e empresas fornecedoras foi pedido que enumerassem e exemplificassem em que momento ou em que funções dentro da empresa fazem uso do inglês. Para os trabalhadores entrevistados, todos fazem uso do inglês em algum momento no dia de trabalho

Das empresas entrevistadas, apenas 20% disseram não ser necessário fazer uso do inglês em nenhuma função específica no dia a dia da empresa.

Os trabalhadores e as empresas que fazem uso do inglês apresentaram respostas diversas, mas muitas se assemelharam. Assim ilustro com as mais citadas:

- comunicação oral;
- participação em reuniões e apresentações com pessoas de nacionalidades diversas
- leitura e escrita de e-mails que são enviados para departamentos da própria empresa fora do Brasil ou para colaboradores de nacionalidades diversas;
- atendimento ao cliente de multinacionais ou venda de produtos e serviços;
- supervisão de equipe e operações;
- treinamento e cursos;
- interpretação de manuais e procedimentos;
- elaboração de relatórios;
- entender sistemas operacionais;
- embarque *offshore*.

5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar a influência do conhecimento da língua inglesa na empregabilidade em empresas do setor petrolífero da Bacia de Campos, na região Norte Fluminense. Observou-se que o conhecimento da língua inglesa é um diferencial competitivo e até uma exigência no momento da contratação de alguns profissionais para atuar na indústria de petróleo.

No contexto do mundo globalizado, deve-se voltar um olhar especial para a competência na língua inglesa, não somente por ser um importante requisito na empregabilidade, mas também por ampliar as possibilidades de acesso a outras pessoas, outras culturas e informações, contribuindo para a formação integral do indivíduo. Na análise de resultados, a informação obtida corrobora com essa ideia. Como a Indústria do Petróleo atua de modo globalizado, as empresas do setor reconhecem a importância do domínio da língua inglesa e em sua grande maioria, oferecem cursos de inglês aos seus colaboradores.

Em relação ao papel da língua inglesa no mundo, destaca-se o fato de impor-se como língua global por ser a mais usada como língua estrangeira, por predominar na comunicação internacional e em número de usuários na internet. Nas informações obtidas através das pesquisas consultadas verificou-se que o nível de proficiência do brasileiro no meio empresarial internacional foi identificado como iniciante e básico, abaixo da média mundial. Enquanto os estudantes avaliados em teste de proficiência aplicado na rede federal de ensino do país apresentaram um resultado entre básico e intermediário.

Com relação às quatro habilidades comunicativas, verificou-se que a compreensão e a comunicação oral foram as mais citadas como necessárias pelos entrevistados, apesar de entenderem a importância do desenvolvimento de todas as

habilidades para que se tenha um nível de inglês efetivo. Quanto ao nível de proficiência que atende ao setor, prevaleceram o intermediário e o avançado, variando de acordo com a função exercida na empresa.

Um dos resultados, produzidos pelas entrevistas com os centros de línguas e os cursos de idiomas, foi o inglês ter sido mencionado como a língua mais procurada pelo público e a mais valorizada na capacitação para o mercado de trabalho. Os trabalhadores e a maioria das empresas fornecedoras de bens e serviços da indústria de petróleo também afirmaram que o conhecimento de inglês é um diferencial e em muitos casos essencial.

Outra conclusão possível foi a identificação do perfil profissional desejado atualmente. Já não se valoriza apenas a formação e o conhecimento técnico, mas também a postura profissional do trabalhador. Deseja-se que tenha iniciativa, que seja empenhado em identificar e resolver problemas, que saiba trabalhar em equipe e se comunicar bem.

O estudo feito com base na análise da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) que regulamenta o sistema educacional brasileiro mostrou a trajetória histórica do ensino das línguas estrangeiras e apontou que houve uma oscilação na importância dada ao ensino de línguas no decorrer dos anos.

Através dos documentos oficiais, os PCNEM (BRASIL, 2000) e as OCNEM (BRASIL, 2006) que norteiam a prática pedagógica das escolas brasileiras, observou-se que as competências e habilidades a serem desenvolvidas em línguas estrangeiras no ensino regular do país são sugeridas objetivando oferecer uma educação de qualidade. Observou-se ainda, que as práticas propostas apresentam-se alinhadas com as exigências do mercado de trabalho do mundo globalizado de hoje. Apesar disso, quase dez anos após a publicação das OCNEM, essas propostas não se encontram efetivamente aplicadas nas escolas regulares do nosso país.

A realidade mostra que a responsabilidade da formação da proficiência em línguas estrangeiras tem sido retirada da escola regular e atribuída aos institutos especializados de línguas. Desta forma, quem intenciona aprender uma língua estrangeira, se inscreve em cursos de idiomas ou centros de línguas, pois não tem a expectativa de que a escola regular cumpra essa função. Conclui-se modo geral, o ensino de inglês na escola regular do Brasil precisa ser revisto, pois se encontra em desalinhamento com o mundo do trabalho.

A escola tem entre seus objetivos a preparação do educando para o mundo do trabalho, a autora acredita que a necessidade do domínio do inglês deveria influenciar diretamente na escolha de políticas públicas educacionais capazes de inserir a população em programas e projetos de capacitação no ensino da língua inglesa. Conclui-se que o conhecimento em língua inglesa influi significativamente na contratação de trabalhadores da indústria do petróleo e pode representar perda de oportunidades na trajetória profissional. Essa constatação comprovou a hipótese apresentada inicialmente nessa pesquisa.

A autora, por ser professora de língua inglesa de uma instituição de ensino formadora de mão de obra técnica de nível médio e superior da região Norte Fluminense, tem a intenção de que sua pesquisa sirva de base para projetos futuros em que se possa efetivamente relacionar o ensino da língua inglesa ao mundo do trabalho. O estabelecimento desse elo poderá contribuir na revisão e nas possíveis mudanças da prática educativa, aproximando a língua inglesa que se ensina na escola da que se usa no mundo do trabalho. Desta forma, estará possibilitando e dando oportunidade aos jovens da região de irem ao encontro de um futuro diferenciado, acreditando que seja possível a existência de uma educação pública de excelência em busca de um Brasil melhor.

6: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL. (ANP, 2015) . P&D: Investimento em pesquisa e desenvolvimento para petróleo, gás natural e biocombustíveis. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?dw=40038>>. Acesso em: 20 mar 2015.

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização**. São Paulo: Nobel, 1997.

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002. p. 75.

_____. “Ontem e Hoje no Ensino de Línguas no Brasil”. In: STEVENS, C.M.T. **Caminhos e colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília, DF: UnB, 2004.

ALMEIDA, Ricardo Luiz Teixeira de. The teaching of English as a foreign language in the context of Brazilian regular schools: a retrospective and prospective view of policies and practices. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte v. 12, n. 2, Jun, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 13 abr 2015.

ARROIO, A.; RÉGNIER, K. O Novo Mundo do Trabalho: Oportunidades e desafios para o presente. **Boletim Técnico do SENAC**, v. 27, n. 2, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/272/boltec272d.htm>>. Acesso em: 13 abr 2015.

BHATIA, V. K. Introduction: genre and analysis and world englishes. **World Englishes Journal**, v.16, n.3, p. 313-319. 1997. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-971X.00066/abstract> > Acesso em 24 abr. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-publicacaooriginal-34450-pe.html>> Acesso em: 29 mar 2015.

_____. _____. **Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942:** organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.htm>> Acesso em: 31 mar 2015.

_____. _____. **Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943:** lei orgânica do ensino comercial. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 mar 2015.

_____. _____. **Resolução n 8, de 1º de dezembro de 1971 do Conselho Federal de Educação.** <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>> Acesso em: 02 de abril 2015.

_____. Ministério da Educação. (2015a). **Ciência sem fronteira:** programa. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____. _____. (2015b). **Ciência sem fronteira:** objetivos.. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/objetivos>>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____. (2015c). **Ciência sem fronteira:** objetivos.. Disponível em: < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/british-council>>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____. _____. **Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932.** Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>>. Acesso em: 29 de mar 2015.

_____. _____. (2015d). **Inglês sem Fronteiras.** 2015p Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/ingles-sem-fronteiras>>. Acesso em:29 de mar 2015.

_____. (2015e). **Inglês sem Fronteiras: ações.** 2015p Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/ingles/pt-br/acoes>>. Acesso em: 29 de mar 2015.

_____. _____. (2015f). **Inglês sem Fronteiras: curso online.** 2015p Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/ingles/pt-br/curso-online>>. Acesso em: 29 de mar 2015.

_____. _____. (2015g). **Inglês sem Fronteiras: curso online.** 2015p Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/ingles/pt-br/curso-presencial>>. Acesso em: 29 de mar 2015.

_____. _____. **Lei de diretrizes e bases n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961:** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 31 mar 2015.

_____. _____. **Lei de diretrizes e bases n. 5.692, de 11 de agosto de 1971:** estabelece as diretrizes e bases para o ensino de 1º. e 2º. graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>> Acesso em: 02 de abril 2015.

_____. _____. **Lei de Diretrizes e Bases n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 03 de abril 2015.

_____. _____. **Orientações curriculares para o ensino médio:** linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf> Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. _____. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino médio.** Brasília: MEC, SEB, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12598:publicacoes&Itemid=859>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. _____. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio:** bases legais. Brasília: MEC/SEB, 2000.

_____. _____. **Parecer CNE/CEB n 15 de 1 de junho de 1998:** apresenta as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015

_____. _____. **Parecer n. 853/71, de 12 de novembro de 1971, do CFE:** núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus: a doutrina do currículo na Lei n.5.692. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2015

_____. _____. (2015). Rede federal de Educação. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 ago 2015.

_____. _____. **Resolução nº 58, de 22 de dezembro de 1976:** . Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/resolu%e7%e3o%20n.581976%20altera%20dispositivos%20da%20resolu%e7%e3o%20n.%208.> . Acesso em: 02 abr 2015.

_____. (BRASIL, 2015j) Ministério de Minas e Energia. **PROMINP:** Conteúdo Local. Disponível em: <http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/conteudo-local.htm>. Acesso em: 24 abr 2015.

_____. _____.(BRASIL, 2015j) **PROMINP:** qualificação no Prominp. Disponível em: <http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/qualificacao-no-prominp.htm> Acesso em: 24 abr 2015.

_____. _____.(BRASIL, 2015l) **PROMINP:** outras iniciativas. Disponível em: <http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/outras-iniciativas.htm>. Acesso em: 24 abr 2015.

_____. _____.(BRASIL, 2015m) **PROMINP:.** Sobre o Prominp. Disponível em: <http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/conteudo/sobre-o-prominp.htm>. Acesso em: 24 abr 2015.

BRITISH COUNCIL. **Demandas de aprendizagem de inglês no Brasil:** elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisa Data Popular. São Paulo: Teaching English, 2014. Disponível em: <[http:// www.britishcouncil.org.br/sites/britihcouncil.br/files/demandas_de_aprendizagempesquisa_completa.pdf](http://www.britishcouncil.org.br/sites/britihcouncil.br/files/demandas_de_aprendizagempesquisa_completa.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

BUCKLEY, Peter J; GHOURI, Pervez N. **The internationalization of the firm.** New York: Cengage Learning, 1999.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (Município). Prefeitura. **Inscrições reabertas para o Centro de Línguas da SMECE.** Disponível em: < [http:// www.Campos.rj.gov.br/exibirnoticia.php?id_noticia=29934](http://www.Campos.rj.gov.br/exibirnoticia.php?id_noticia=29934)>. Acesso em: 12 maio 2015.

CHAGAS, V. C. **Didática especial de línguas modernas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

CHAGURI, Jonathas de Paula. O Ensino de Línguas Estrangeiras com a LDB 1971. **Revista História do Ensino da Língua no Brasil (HELB)**. V.5, n.5, jan-jun, 2011 - Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=191:o-ensino-de-linguas-estrangeiras-com-a-ldb-1971&catid=1111:ano-5-no-5-12011&Itemid=16>. Acesso em 02 abr. 2015.

CHINA, Anna Patricia Zakem. **A trajetória do ensino do inglês como língua estrangeira no Brasil**: considerações sobre metodologias, legislação e formação de professores. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, SP, 2008

CRUZ, José Luis Vianna da. A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, v.14, n. 1, p. 31-61, 2012.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>. Acesso em: 13 abr 2015.

DAROS, R. P. O Ensino de Línguas Estrangeiras no Segundo Reinado. **Traduções Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da UFSC**. V.3, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/intraducoes/article/view/1808/2039>> Acesso em: 03 abr. 2015.

DIAS, Robson. “Instituições e desenvolvimento territorial: um estudo a partir do caso do arranjo produtivo de petróleo e gás natural localizado em Macaé, Brasil”. **Revista Eure**, v. 39, n. 116, pp.141-171. Disponível em: <<http://www.scielo.cl>>. Acesso em: 12 abr 2015.

ENCICLOPÉDIA DE LÍNGUAS NO BRASIL. Disponível em:<<http://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/artigos/lerArtigo.lab?id=98>> Acesso em: 11 abr. 2015.

FERRETTI, Celso João. Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p.401-422, maio 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 abr 2015.

FLEURY, Afonso. Andreza Santos de Gois; et al. Estratégias, organização e gestão de empresas em mercados globalizados: a experiência recente do Brasil **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 4, n. 3, p.264-277, dez. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v4n3/a02v4n3.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. The changing pattern of operations management in developing countries: the case of Brazil. **International Journal of Operations & Production Management**, United Kingdom, v. 19, n. 5/6, p.552-564, 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/01443579910260874>>. Acesso em: 24 maio 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.1129-1152, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ, 2015). Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/Reg%20Gov_2013.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

FURTADO, André. Pré-sal, desenvolvimento industrial e inovação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.34, n.125, p. 79-100, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/635/0>>. Acesso em: 20 de maio 2015.

GENERAL ELECTRIC COMPANY (GE 2015a). Disponível em: <<http://www.geglobalresearch.com/locations/rio-de-janeiro-brazil>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____.(GE, 2015b). Disponível em: <<http://www.geimprensabrasil.com/ge-e-parque-tecnologico-da-ufrj-geram-projetos-de-inovacao-para-o-brasil>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____.(GE 2015c). Disponível em: <http://www.ge.com/br/nossa-empresa/pesquisa_e_desenvolvimento>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. (GE, 2015d). Disponível em: <<http://www.gereportsbrasil.com.br/post/95834201274/crotonville-rio>>. Acesso em: 20 maio 2015.

_____. (GE, 2015e). Disponível em: < <http://www.geimprensabrasil.com/pre-sal-contara-com-inovacao-para-superar-desafios>>. Acesso em: 20 maio 2015.

G1: Portal de Notícias. **Mercado de ensino de idiomas cresce impulsionado pela classe média**: franquias de idiomas faturam R\$ 4, 8 bilhões em 2013.: rede CNA inaugura 40 franquias por ano. Disponível: <<http://www.g1.globo.com/globo-news/contacorrente/noticia/2014/12/mercado-de-ensino-de-idomas-cresce-impulsionado-pela-classe-media.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL ENGLISH. (2015). **Heightened urgency for business english in an increasingly global workforce**. Disponível em: <http://static.globalenglish.com/files/GlobEng_BEIreport%202013_EN_A4_FINAL.pdf>. Acesso e em: 20 maio 2015.

GÓIS, Andreza Santos de et al. A língua Inglesa e o mercado de trabalho Sergipano. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 1, n. 16, p.19-28, mar. 2013.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Recor, 2009.

GRIGOLETTO, Marisa. O inglês na atualidade: uma língua global. In: ENCICLOPÉDIA DAS LÍNGUAS DO BRASIL. Disponível em:<<http://www.labeurb.unicamp.br/elb2/pages/artigos/lerArtigo.lab?id=98>> Acesso em: 11 abr. 2015.

HELD, David.; MCGREW, Anthony. **A. prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HILL, Patt.; VAN ZYL, Susan. English and multilingualism in the South African engineering workplace. **World Englishes Journal**., v. 21, n. 1, p.23-35. 2002. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/227959362_English_and_multilingualism_in_the_South_African_engineering_workplace>. Acesso em: 26 abr. 2015.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF, 2015a). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/institucional>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015b). Disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/copy_of_pro-reitoria-de-ensino/centro-de-linguas-celiff>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015c). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015d). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/institucional/planejamento/arquivos/PDI%20-%202010-2014.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015e). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/campus/reitoria/outros/cooperacao-internacional>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015f). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015g). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015h). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015i). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015j). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. (IFF, 2015l). Disponível em: <<http://portal.iff.edu.br/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

KLEINSASSER, Robert C. Language teachers: research and studies in language(s) education, teaching, and learning: 1985-2012. **Teaching. And Teacher Education**, Philadelphia- US, v. 29, p.86-96, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0742051X12001370>>. Acesso em: 14 maio 2015.

LASTRES, M.M (org); ALBAGLI, Sarita (org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

LEFFA, Vilson J. O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional. **Revista Contexturas - APLIESP**, v.4, p. 13-24, 1999. Disponível em: <<http://www.apliesp.org.br/site-contexturas>>. Acesso em: 25 mar 2015.

LIMA, Bruno Ferreira de. **O ensino de língua inglesa em um instituto federal**: uma análise das recomendações documentais e da perspectiva dos professores. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

LIMA, C. S.; URBINA. L.M.S. Eficiência competitiva através de investimentos em capital humano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 22, 2002, 23-25 out, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPRO, 2003.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, R. A Linha do tempo sobre a história do ensino de línguas no Brasil: LDB de 1961. **Revista História do Ensino da Língua no Brasil (HELB)**, v.1, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.unb.br/il/let/helb/linhadotempo/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=28> Acesso em: 25 maio 2015.

MIRANDA, Débora Fernandes de. **Parâmetros curriculares nacionais de ensino fundamental e de ensino médio para língua estrangeira**: leitura articulada e percepção de professores. 2005. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas- SP, 2005.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 257 – 285.

MY ENGLISH ONLINE. Disponível em< <http://www.myenglishonline>>. Acesso em: 20 abr 2015.

NASCIMENTO, Katiane Andrade. **Domínio de língua Inglesa como fator de mobilidade social na cidade de Salvador**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - Universidade de Salvador, Salvador-BA, 2009.

NAVES, R. R. ;VIGNA D. D. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de Inglês no Brasil. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília (UCB)**, Brasília-DF, v. 1, n.1, fev, 2008. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL>>. Acesso em: 20 mar 2015.

OLIVEIRA, Ênio de. **Políticas de ensino de línguas estrangeiras em escolas públicas do Estado de São Paulo**. 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PAIVA, V.L.M.O. A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa. In: STEVENS, C.M.T e CUNHA, M.J. **Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: UnB, 2003. p.53- 84. Disponível em <<http://www.veramenezes.com/ensino.htm>. > Acesso em: 11 abr 2015.

PETROBRAS (2015 a). **Concursos**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/carreiras/concursos/>>. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. (2015b). **Quem somos: trajetória**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/trajetoria/>> Acesso em: 23 mar 2015.

_____. (2015 c) **Bacia de Campos**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/bacia-de-campos.htm>>. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. (2015d) **Ciências Sem Fronteiras**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/carreiras/oportunidades-de-qualificacao/ciencia-sem-fronteiras/>>. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. (2015 e). **Nossas atividades**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/marco-regulatorio/>>. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. (2015) **Plano de Negócios e Gestão**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao/>>. Acesso em: 23 mar 2015.

PINTO JUNIOR, Helder et al. **Economia da energia**: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PIQUET, Rosélia. A Cadeia Produtiva do Petróleo no Brasil e no Norte Fluminense. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador-BA, v.12, n. 22, p.19-27, 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde>>. Acesso em: 25 mar 2015.

_____; OLIVEIRA, Elzira. Empresas e empresários no Norte Fluminense: uma análise qualitativa. In: _____; SERRA, Rodrigo (Org.). **Petróleo e Região no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 267-288.

_____. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: _____; SERRA, Rodrigo (Org.). **Petróleo e Região no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 15-32.

_____. TERRA, Denise. A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil. In: _____ (org.). **Mar de Riquezas, Terras de Contrastes**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. p.11-48.

RAPPEL, Eduardo. A exploração econômica do pré-sal e os impactos sobre a indústria brasileira de petróleo. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Mar de Riquezas, Terras de Contrastes**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. p. 49-77.

_____. Oportunidades e desafios do parque nacional de fornecedores de bens e serviços para o setor de petróleo e gás. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.95-124.

_____. Tendências do setor de petróleo e gás no Brasil: oportunidades e desafios para os fornecedores locais de bens e serviços. In: PIQUET, Rosélia (org); SERRA, Rodrigo (org.). **Petróleo e Região no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 111-137.

RATTNER, Henrique. Globalização: em direção a um mundo só? **Revista Estudos Avançados**, São Paulo ,v. 9,n. 25,p. 65-76, dez, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 26 jul 2015.

REDE PETRO. Disponível em: <<http://www.redepetro-bc.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2015.

ROSA, Marli Aparecida. **A relação entre domínio da língua inglesa e empregabilidade no imaginário brasileiro em tempos de mudanças**. 2003. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas -SP, 2003.

SANFELICE, José Luís. A história da educação e o currículo escolar. **Revista Quaestio**, Sorocaba-SP, v.10, n. 1/2, p. 35-40, maio/nov. 2008. Acesso em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=quaestio&page=article&op=view&path%5B%5D=60&path%5B%5D=60>>. Acesso em: 20 abr 2015.

SANTOS, Nadja Paraense dos. Pedro II, sábio e mecenas, e sua relação com a química. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54-64, jan./ jun. 2004.

SANTOS, Ricardo; AVELLAR, Ana Paula. Da Criação do Conselho Nacional do Petróleo ao Prominp: a trajetória histórica das políticas para a indústria do petróleo no Brasil. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA 4, 2012, 09 -11 out, São Paulo. . **Anais...** São Paulo: CIHE: 2013.

SCHÜTZ, R. **O aprendizado de línguas ao longo de um século**. Disponível em:<<http://www.sk.com.br/sk-apren.html>>. Acesso em: 29 mar 2015.

TENARIS (2015). Disponível em: <<http://www.tenaris.com/TenarisConfab/pt/perfil/default.aspx>> Acesso em: 29 mar 2015.

TONDELLI, Maria de Fátima. **A influência da língua estrangeira na empregabilidade de profissionais da área tecnológica no setor industrial**: um estudo exploratório na região norte do Paraná. Ponta Grossa : UTFPR, 2005.

_____.FRANCISCO A.; MARÇAL R. **Investimento no capital humano como forma de desenvolvimento contínuo**. Brasília, DF: COBENGE, 2004.

TRUCHOT, Claude. **Key aspects of the use of english in Europe**. Disponível em: <<http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/source/truchoten.pdf>> . Acesso em: 20 maio 2015

_____. The spread of english: from france to a more general perspective. **World Englishes Journal**, v. 16, n.1, p. 65–76. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-971X.00047/pdf>> . Acesso em: 26 abr. 2015.

VIANNA, J. L. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense. In: PESSANHA, R.M, (org); SILVA NETO, R. (org.) **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC, 2004, p.77-116.

VIDOTTI, J. V.; DORNELAS R. O ensino de línguas estrangeiras no Brasil: período de 1808 – 1930. **Revista História do Ensino da Língua no Brasil (HELB)**, v. 1, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94:o-ensino-de-linguas-estrangeiras-no-brasil-periodo-de-1808-1930&catid=1022:ano-1-no-01-12007-issn-1981-6677&Itemid=12>. Acesso em: 02 abr. 2015.

VIEIRA, Maria Margareth Garcia. **A globalização e as relações de trabalho: a lei descontrato a prazo no Brasil como instrumento de combate ao desemprego**. Curitiba:Juruá, 2000.

VILANI, Rodrigo Machado. Petróleo e sustentabilidade no Brasil, uma questão intergeracional. **Revista Vértices**, Campos dos Goytacazes, v.15, n.3, p.159-184, 2013.

YORK , Lauralee B. **A history of the english language past changes precipitate Worldwide Popularity**. Disponível em: <<http://linguistics.byu.edu/classes/ling450ch/reports/english2.html>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

APÊNDICE A - PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA OS RECRUTADORES OU COLABORADORES DAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS

1) Dados iniciais: Empresa/ Setor de atividade /Nome do entrevistado/Função na empresa/ Tempo de atuação na empresa/Data da entrevista

1ª PARTE: Sobre o processo seletivo

1) O Inglês consta no processo seletivo da empresa? () Sim () Não

Se a resposta for sim, responder a pergunta 1.1:

1.1) Qual o nível de inglês exigido para contratação de profissionais com formação

- médio/técnico () básico () intermediário () avançado () fluente

- superior () básico () intermediário () avançado () fluente

2) Após a aprovação, o candidato faz cursos na empresa? () Sim () Não

Se a resposta for sim, responder à pergunta 2.1 e 2.2:

2.1) Qual o conteúdo desses cursos? Área específica, Inglês, ...?

2.2) Oferece curso de Inglês:

() não () sim, na própria empresa () sim, custeado pela empresa ____ %

2ª PARTE: Sobre o perfil do profissional

3) Qual é o perfil do profissional que a empresa deseja contratar? Que competências e/ou características ele deve trazer de modo geral?

4) Esse perfil, exigido pela empresa, está se modificando?

3ª PARTE: Sobre o Inglês

5) A cada processo de admissão, observa-se que os candidatos estão se aprimorando no nível de inglês?

6) Quanto às exigências do INGLÊS:

6.1 Marque aquelas que em sua opinião, são imprescindíveis para a empregabilidade. () Leitura e compreensão (reading) () Comunicação oral (speaking) () Produção escrita (writing) () Compreensão oral (listening)

6.2 O inglês é requisito essencial ou diferencial na admissão de colaboradores?

Nível médio/técnico () essencial/eliminatório () diferencial

Nível superior () essencial/eliminatório () diferencial

4ª PARTE: Sobre a relação entre o mercado de trabalho, a sala de aula e o inglês

7) Como você vê a relação entre a sala de aula e o mercado de trabalho? Ela acontece? Precisa ser mais próxima? De que forma buscar uma maior aproximação?

8) Há alguma sugestão mais específica para as aulas de **Língua Inglesa**, no que diz respeito à demanda da empresa?

9) O colaborador já contratado perde oportunidade na sua trajetória profissional dentro da empresa pelo não conhecimento do Inglês? () Sim () Não Exemplifique.

10) Que funções exercidas na empresa exigem o conhecimento de inglês? Em que momento o inglês é usado? Quais as principais atividades/reponsabilidades dentro da empresa que envolve o uso do inglês?

APÊNDICE B : PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA CENTROS DE LÍNGUAS NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL E PRIVADO

1) Dados iniciais: Instituição/Âmbito/ Nome do entrevistado/ Função na instituição/ Início da atuação na região/ Quantidade de alunos anualmente / Data da entrevista:

1ª PARTE: Sobre a oferta de cursos

1) Qual o idioma mais procurado? Sempre foi assim ou tem se modificado?

2) A instituição oferece algum curso específico...

para o setor de petróleo e gás? () Sim () Não

para área técnica ? () Sim () Não

para capacitação de profissionais para o mercado de trabalho ? () Sim () Não

Se a resposta for sim, responder a pergunta 2.1:

2.1) Quais são as opções para essas modalidades?

3) A instituição tem alguma parceria com empresas para capacitação de profissionais?

() Sim () Não Se a resposta for sim, responder à pergunta 3.1:

3.1) Qual o conteúdo desses cursos? Algum específico para a indústria de petróleo? Qual a duração? Algum custeado pelas empresas?

4) O que a instituição oferece a um jovem que venha em busca de capacitação para o mercado de trabalho? Qual a duração do curso? Que nível de inglês é atingido nesse período? Que habilidades são principalmente trabalhadas durante esse curso?

2ª PARTE: Sobre o perfil dos alunos

- 5) Qual é o perfil do jovem profissional que procura se capacitar em uma língua estrangeira?
- 6) Você acredita que a clientela está mais consciente quanto a necessidade do inglês para se inserir no mercado de trabalho? Exemplifique.

3ª PARTE: Sobre o Inglês

7) Quanto às exigências do **INGLÊS** para atuação no mercado de trabalho:

7.1 Marque aquelas que em sua opinião, são imprescindíveis para a atuação nas empresas.

() Leitura e compreensão (reading) () Comunicação oral (speaking)

() Produção escrita (writing) () Compreensão oral (listening)

7.2 O Inglês é requisito essencial ou diferencial para o mercado de trabalho hoje em dia?

Profissionais de Nível médio/técnico () essencial/eliminatório () diferencial

Profissionais de Nível superior () essencial/eliminatório () diferencial

4ª PARTE: Sobre a relação entre o mercado de trabalho e a escola

8) Como você vê a relação entre a sala de aula e o mercado de trabalho? Em que e

9) No que diz respeito à demanda do mercado de trabalho, você daria algum sugestão para jovens profissionais sobre o domínio da Língua Inglesa?

APÊNDICE C: PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO DA REGIAO NORTE FLUMINENSE

1) Dados iniciais: Empresa/ Setor de atividade/ Nome do entrevistado/ Cargo na empresa / Função/ Tempo de trabalho na área e na empresa/ Formação / Data da entrevista:

1ª PARTE: Sobre o processo seletivo e seus requisitos

1) O Inglês faz parte do processo seletivo da sua empresa? () Sim () Não

Se a resposta for sim, responder a pergunta 1.1 e 1.2:

1.1) Quais foram as habilidades avaliadas de Inglês?

1.2) Qual o nível de inglês exigido para profissionais de nível médio/técnico: () básico () intermediário () avançado ()fluyente superior: () básico () intermediário () avançado ()fluyente

2) Após a contratação, você fez cursos na empresa? () Sim () Não

Se a resposta for sim, responder à pergunta 2.1 e 2.2:

2.1) Qual o conteúdo desses cursos? Área específica, Inglês, ...?

2.2) A sua empresa oferece curso de Inglês:

() não () sim, na própria empresa () sim, custeado pela empresa ____ %

2ª PARTE: Sobre o perfil do profissional

3) Qual é o perfil do profissional que a empresa contrata? Que competências e/ou características ele deve trazer de modo geral?

3ª PARTE: Sobre o Inglês

4) Formação e nível de inglês

4.1 Qual era o seu nível de inglês no início de carreira? Como aprendeu? Por quanto tempo estudou inglês formalmente?

4.2 Como está o seu nível de inglês hoje? Você precisou fazer algum curso ao longo de sua carreira por ser necessário aprimorar seus conhecimentos de inglês?

4.3 Você acredita que os profissionais estão aprimorando-se quanto ao nível de Inglês? Estão mais preparados, menos preparados ou não se observam mudanças qualitativas na sua formação?

5) Quanto às exigências do **INGLÊS** para sua atuação na empresa:

5.1 Marque aquelas que em sua opinião, são imprescindíveis para a atuação na sua empresa. () Leitura e compreensão (reading) () Comunicação oral (speaking)

() Produção escrita (writing) () Compreensão oral (listening)

5.2 O Inglês é requisito essencial ou diferencial?

Profissionais de Nível médio/técnico () essencial/eliminatório () diferencial

Profissionais de Nível superior () essencial/eliminatório () diferencial

5.3 O colaborador já contratado perde oportunidade na sua trajetória profissional dentro da empresa pelo não conhecimento do Inglês? () Sim () Não Exemplifique.

5.4 Que funções exercidas na empresa exigem o conhecimento de inglês? Em que momento o inglês é usado?

4ª PARTE: Sobre a relação entre o mercado de trabalho, a sala de aula e o inglês

6) Como você vê a relação entre escola e o mercado de trabalho? Em que e como poderia ser melhor e mais próxima?

7) No que diz respeito à demanda da empresa, você daria algum sugestão mais específica para as aulas de **Língua Inglesa**?

ANEXO 1: QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA AS LÍNGUAS

O Conselho da Europa definiu o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas com o intuito de harmonizar os níveis de aprendizagem das línguas no espaço europeu. Esta referência é uma ferramenta para medir os conhecimentos de um idioma da maneira mais objetiva possível, de forma que os diferentes credenciamentos linguísticos sejam similares. Para isso se estabelecem três níveis que se dividem, por sua vez, em subníveis para se chegar uma escala mais precisa com um total de seis níveis, conforme quadro abaixo:

USUÁRIO EXPERIENTE	C2	É capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e fatos de um modo coerente. É capaz de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exatidão, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas.
	C1	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar procurar muito as palavras. É capaz de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, académicos e profissionais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.
USUÁRIO INDEPENDENTE	B2	É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstratos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com certo grau de espontaneidade e de a vontade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da atualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.
	B1	É capaz de compreender as questões principais, quando é usada uma linguagem clara e standardizada e os assuntos lhe são familiares (temas abordados no trabalho, na escola e nos momentos de lazer, etc). É capaz de lidar com a maioria das situações encontradas na região onde se fala a língua-alvo. É capaz de produzir um discurso simples e coerente sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal. Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projeto.
USUÁRIO ELEMENTAR	A2	É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e direta sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.
USUÁRIO ELEMENTAR	A1	É capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.

ANEXO 2: MODELO DE PROVA DE PROCESSO SELETIVO PARA PROGRAMA DE *TRAINEE* PARA FORMANDOS DE NÍVEL SUPERIOR

Processo Seletivo

- Nome/ Curso/ Instituição/ Mês e ano da Graduação/ Telefone/ E-mail
- Esta prova é composta por duas partes:
- Um abstract com 2 questões relativas a ele, que devem ser respondidas em Português.
- Uma redação a ser desenvolvida em 10 linhas, em Inglês.

Parte I

Until recently, water pollution was viewed primarily as a threat to human health because of the transmission of bacterial and viral waterborne diseases. In less developed countries, and in almost any country in time of war, waterborne diseases remain a major public health threat. In the United States and other developed countries, however, water treatment and distribution methods have almost eradicated microbial contamination in drinking water. We now recognize that water pollution constitutes a much broader threat and continues to pose serious health risks to the public as well as aquatic life.

Water pollutants are categorized as **point** and **nonpoint** source, the former being identified as all dry weather pollutants that enter watercourses through pipes or channels. Storm drainage, even though the water may enter watercourses by way of pipes or channels, is considered nonpoint source pollution. Other nonpoint source pollution comes from agricultural runoff, construction sites, and other land disturbances. Point source pollution comes mainly from industrial facilities and municipal wastewater treatment plants. The range of pollutants is vast, depending only on what gets “thrown down the drain.”

- 1) Como a poluição da água era vista até recentemente e como agora é considerada?
- 2) Como o texto distingue fonte de poluição pontual e não pontual? Quais exemplos são citados?

Parte II: Prepare an essay presenting yourself and explaining briefly your

professional objectives